



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MESTRADO PROFISSIONAL**

BRUNO VIANA ULHÔA SANTOS

**“QUEM CANTA SEUS MALES ESPANTA”:
40 anos de Mística e Música na CPT a partir da análise do Cancioneiro**

**CATALÃO (GO)
2018**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

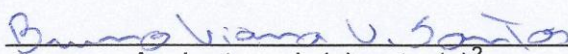
Nome completo do autor: Bruno Viana Uihôa Santos

Título do trabalho: "QUEM CANTA SEUS MALES ESPANTA": 40 anos de Mística e Música na CPT a partir da análise do Cancioneiro.

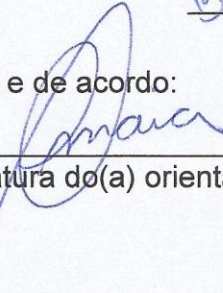
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 12 / 12 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro¹ de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

BRUNO VIANA ULHÔA SANTOS

“QUEM CANTA SEUS MALES ESPANTA”:
40 anos de Mística e Música na CPT a partir da análise do Cancioneiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História - Mestrado Profissional da Universidade Federal de Catalão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia

CATALÃO (GO)
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Viana Ulhôa Santos, Bruno

"QUEM CANTA SEUS MALES ESPANTA" [manuscrito] : 40 anos de mística e música na CPT a partir da análise do Cancioneiro / Bruno Viana Ulhôa Santos. - 2018.
xcviii, 98 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação em História (profissional), Catalão, 2018.
Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras.

1. CPT. 2. Cancioneiro. 3. Música. 4. Mística. 5. Consciência Histórica. I. Lopes Maia, Cláudio, orient. II. Título.

CDU 94

Ata de Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Mestrado

Defesa: nº 41

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito realizou-se, na sala do Laboratório de Audiovisual, localizada no Bloco Didático II, da Regional Catalão/UFG, a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Mestrado intitulado “**QUEM CANTA SEUS MALES ESPANTA**”: 40 anos de Mística e Música na CPT a partir da análise do Cancioneiro, de autoria do mestrando **Bruno Viana Ulhôa Santos**. Na ocasião, compareceu a Banca Examinadora, designada pela Coordenadoria do Mestrado em História – nível Mestrado Profissional, e composta pelos docentes Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia, professor da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof. Dr. David Maciel, professor da Universidade Federal de Goiás - UFG, Prof.^a Dr.^a Regma Maria dos Santos, professora da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC. A sessão teve início às 14:00, sendo presidida pelo Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia (orientador) que abriu os trabalhos junto à Banca Examinadora. Em seguida, o Presidente da sessão passou a palavra ao discente que teve quinze minutos para apresentar o trabalho. Após a apresentação, passou-se a palavra aos componentes da banca que tiveram cada um, vinte e cinco minutos para expor suas questões e observações sobre o trabalho apresentado, tendo o mestrando quinze minutos para responder. Após o término da arguição, o Presidente da sessão solicitou que o candidato e o público presente que se retirassem do recinto para que a Banca Examinadora pudesse proceder sua avaliação. Após a conclusão dos trabalhos de avaliação, os arguidores atribuíram o seguinte resultado: aprovado. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora. Regional Catalão, UFG, aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia (Orientador/a UFG/RC) _____

Prof. Dr. David Maciel (UFG) _____

Prof.^a Dr.^a Regma Maria dos Santos (UFG/RC) _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço com toda sinceridade a tod@s que estiveram ao meu lado nos momentos difíceis que se deram durante a escrita desse trabalho. Principalmente à Natália, minha companheira de vida e de lutas e que também esteve em processo de produção da sua dissertação nesses dois anos. Foram anos difíceis para nós. Obrigado de todo coração, não poderia ser outra pessoa ao meu lado. As “crianças”, Sabrina e Arthur, que me escolheram como pai e que tanto tiveram que me suportar em momentos de nervosismo nos últimos dois anos. Que vocês entendam e continuem a nossa luta por um mundo melhor.

Ao meu orientador, professor Cláudio. Obrigado pela paciência e pelas palavras de conforto nos momentos de angústia.

A professora Luzia. Não tenho palavras para expressar minha gratidão pela sua ajuda desde muito tempo. Sua luz ilumina minhas escolhas e minhas lutas.

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.”

(Walter Benjamin)

RESUMO

O presente trabalho visa compreender três elementos principais que deram origem à pesquisa sendo estes: como a Igreja Católica Apostólica Romana, em determinado contexto histórico, toma uma *Opção Preferencial Pelos Pobres*, dando assim uma guinada em suas posturas em relação à questão da terra posta historicamente e dando origem à CPT, ou seja, num primeiro momento buscamos mapear a trajetória da Igreja da legitimação do latifúndio à Opção Preferencial pelos Pobres; o que é a mística feita por essa pastoral e como a mesma incorpora e traduz a visão de parte da Igreja em relação à questão da terra no Brasil e qual tipo de consciência a CPT trabalha em suas místicas; e por fim, qual a importância da música para o processo de formação dessa consciência anteriormente citada. Portanto, iremos aqui buscar compreender o conceito(s)/prática(s) de mística vivenciados/incorporados pelos membros da CPT e propagados por ela socialmente e compreender especialmente como a música exerce papel fundamental na construção desse processo através da análise do “Cancioneiro da CPT”, caderno de músicas utilizado em encontros da pastoral, feito em comemoração aos 40 anos da mesma que se deu em 2015.

Palavras-chave: CPT, Mística, Cancioneiro, Questão da terra

ABSTRACT

The present work aims to understand three main elements that gave rise to the research being these: how the Roman Catholic Apostolic Church, in a certain historical context, takes a Preferential Option for the Poor, thus giving a turn in their positions on the historically placed land question and giving origin to the CPT, that is, at first we seek to map the Church's trajectory of the legitimation of the latifundial to the Preferential Option for the Poor; what is the mystique made by this pastoral and how it incorporates and translates the vision of the Church in relation to the land issue in Brazil and what kind of consciousness the CPT works in their mystics; and finally, what is the importance of music for the process of formation of this consciousness previously quoted, therefore, we will seek to understand the concept / practice (s) of mysticism experienced / incorporated by the members of the CPT and propagated by it socially especially to understand how music plays a fundamental role in the construction of this process through the analysis of the "Cancioneiro da CPT", a book of songs used in pastoral meetings, celebrated in the 40th anniversary of the same one that took place in 2015.

Keywords: CPT, Mystic, Cancioneiro, Land issue.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Foto 1 – Mística da Juventude Camponesa.....	28
Foto 2 – Mística e Bem Viver.....	29
Foto 3 – Mística na Formação Nacional da CPT.....	32
Foto 4 – Capa do caderno Cancioneiro da CPT.....	40
Foto 5 – Apresentação do caderno Cancioneiro da CPT.....	42
Foto 6 – Canção de Maria.....	52
Foto 7 – Javé, o Deus dos pobres.....	54
Foto 8 – Povo que luta.....	56
Foto 9 – Baião da nova mulher.....	57
Foto 10 – A de Ó.....	59-60
Foto 11 – Sou índio.....	61
Foto 12 – Devoção à Amazônia.....	64
Foto 13 – Cadê nossa floresta?.....	65-66
Foto 14 – Abertura do Ofício Divino das Comunidades.....	67-68
Foto 15 – Baião das comunidades.....	69
Foto 16 – Cidadão.....	71
Foto 17 – Romaria da terra.....	73
Foto 18 – América Livre.....	75
Foto 19 – Liberdade.....	76
Foto 20 – Canção pra Margarida.....	77-78
Foto 21 – Mataram mais um irmão.....	79
Foto 22 – Religião Libertadora.....	80
Foto 23 – Santa Mãe Maria.....	81
Foto 24 – Educação do campo.....	83
Foto 25 – Vermelho.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção das autorias musicais do Cancioneiro da CPT.....	43
Gráfico 2 – Temas Recorrentes nas canções do Cancioneiro da CPT.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A IGREJA E A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL: DA LEGITIMAÇÃO DO LATIFÚNDIO À OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES.....	16
2.1 A Mística e a Música na CPT.....	28
3 A MÍSTICA DO CANCIONEIRO.....	37
3.1 A Consciência Histórica no Cancioneiro da CPT.....	48
3.1.1 Uma nova Consciência de Deus: Deus é libertador.....	51
3.1.2 Quem é o povo de Deus? O povo oprimido.....	55
3.1.3 A construção de uma nova cosmologia: uma nova consciência ambiental.....	63
3.1.4 A consciência de uma nova sociedade: a Comum-unidade.....	67
3.1.5 Uma nova consciência e construção do trabalho/trabalhador.....	70
3.1.6 Uma nova consciência e engajamento na luta pela libertação.....	74
3.1.7 A consciência dos percalços da luta.....	77
3.1.8 A consciência do que fortalece o povo de Deus na luta.....	80
3.1.9 A valorização da Educação e da cultura no campo.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXO.....	93

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada parte de uma inquietação diante da atual conjuntura política e social brasileira, sendo esta, talvez, um dos mais pesados fardos para nossa geração, ainda que as origens de sua causa remetam a quase todo o processo de organização humana no decorrer da História. Vivenciamos na história recente do Brasil um avanço significativo das pautas mais conservadoras principalmente nos âmbitos político e social, e que emergem com mais contundência a partir das jornadas de junho em 2013 e se aprofundam após o golpe de Estado de 2016, quando Michel Temer assume a presidência do país via golpe de Estado articulado entre os poderes parlamentar-jurídico-midiático, se alinhando fielmente ao receituário neoliberal.

Para além do aprofundamento das políticas econômicas neoliberais, há claramente um avanço de uma mentalidade ultraconservadora e de extrema direita, de cunho fascista que se propõe equivocadamente a resolver problemas históricos do Brasil “facilmente” através do uso recorrente da violência e da criminalização de movimentos que se opõem as pautas neoliberais. Dentre estas, encontra-se fortemente a narrativa de combate aos movimentos sociais, que atinge não só os trabalhadores urbanos, mas também os trabalhadores do campo.

As pautas conservadoras são facilmente identificadas nas narrativas desses grupos e a questão da luta pelo direito à terra é apontada como uma demanda de cunho ideológico exclusivo da “esquerda”. Para os conservadores neoliberais a propriedade privada, independente do uso e da forma como foi destinada ao proprietário, é considerada um bem imperturbável, sendo assim, rapidamente rechaçada qualquer atitude que ameace a manutenção da mesma. A discussão sobre a distribuição social de terras, há tempos é pauta delicada em debates políticos e sociais no Brasil, afinal, a concentração de terras em nosso país é estrutural e delimitou as feições históricas que nos caracteriza até os dias atuais.

Na sociedade brasileira, desde a chegada dos colonizadores, a questão da terra está posta como um ponto fulcral em torno do qual se articulam relações de poder, economia e culturas que propiciaram à nossa sociedade tomar as formas históricas que hoje apresenta. Os movimentos de luta pela democratização de seu acesso e uso configuraram-se ao longo da nossa história com grande contundência, mas a manutenção da grande concentração de terras nas mãos de poucos é, na contemporaneidade de nossa história, uma dura realidade.

Fontana (2000) defende que a questão da terra é uma das mais importantes lutas em torno da qual a história da humanidade se organiza. Inicialmente buscava-se locais onde as condições naturais favoreciam a sobrevivência, depois, locais e tecnologias que permitissem a

produção agrícola. As expansões e conquistas territoriais das grandes sociedades desde a antiguidade até hoje são indicativos de que seja pela coleta, pela agricultura e pastoreio, mineração, especiarias, fatores religiosos ou ideológicos, mercado consumidor, ou para exercer influências ou obter vantagens de qualquer natureza, a humanidade gastou boa parte de suas energias na busca pela conquista e exercício do domínio sobre a maior quantidade possível de terras.

Dominar espaços territoriais e aumentar a produtividade tem sido uma das principais alavancas para a construção e direcionamento da história humana. Poderíamos dizer que a luta pela conquista e uso da terra tem, em boa medida, moldado a própria humanidade. Atualmente os movimentos sociais de maior expressão são aqueles de lutam por terra. Apesar das divergências quanto as estratégias de luta e os objetivos finais da Reforma Agrária para cada movimento, no Brasil e no mundo nenhum outro movimento contemporâneo tomou tamanhas proporções, mesmo não havendo muitas informações vinculadas à grande mídia e quando há, geralmente são divulgadas de forma negativa e criminalizada.

A luta pela terra, sob diversas formas, percorreu nossa história e está subjacente a vários processos sociais e políticos que marcaram a nossa formação. Diante desta afirmação, presente unanimemente entre as obras pesquisadas, é que se baseia a inspiração para a execução deste trabalho.

Desde a chegada dos europeus em terras indígenas, a disputa pela terra foi em grande medida a responsável pela forma qual as políticas de Estado se dariam e se refletiriam nas gerações futuras. Embora tenha vigorado por pouco tempo, as Capitânicas Hereditárias (sistema de administração territorial, que consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas de terra e distribuí-las para particulares, principalmente nobres ligados à Coroa portuguesa) deixaram marcas profundas na divisão de terras no Brasil. Essa divisão desigual deu origem posteriormente aos grandes latifúndios. Outro fato que delimitou quem teria acesso a posse de terras no Brasil foi a chamada “Lei de Terras”. Antes de vigorar essa lei, em 1850, a terra não tinha valor de mercado. Prevendo a aproximação da libertação dos escravos, o império optou por regular a estrutura fundiária, ou seja, definir a forma como ela deveria ser utilizada. A terra passa então a ter valor material, de mercado.

Esse processo traz consigo outros sujeitos na disputa territorial: as comunidades quilombolas, os camponeses e os povos indígenas, que tiveram seus territórios originários drasticamente reduzidos ou dizimados. A terra para esses sujeitos cumpre sua função social precípua, posto que sua organização se baseia no uso dos recursos territoriais para a manutenção social, cultural e física do grupo, fora da dimensão comercial. Considerando,

portanto, a historicidade supracitada, o modelo fundiário brasileiro se desmembrou na estrutura econômica, política e cultural vigente no modelo agroexportador brasileiro.

Outro elemento que se encontra nas bases dos discursos dos grupos conservadores que se alçaram ao poder nas eleições de 2018 no Brasil, é a narrativa religiosa que nos aproxima ao modelo de uma República Fundamentalista, em que prevalece a ideia de um Deus punitivo a fim de justificar ações de perseguição do governo à grupos de oposição ao mesmo, sendo acusados de comunistas, terroristas e ateus. O filósofo Vladimir Safatle (2018), em artigo publicado num jornal de grande circulação nacional, diz que “nunca houve na história recente do Brasil um momento aonde líderes religiosos tivessem tamanha influência na composição do governo”, em exercício a partir de 2019.

A ameaça fundamentalista não é novidade para nós, historiadores. Essa mesma perspectiva foi base de ação de grupos civis e religiosos que deram sustentáculo social para o golpe civil-militar de 1964, podendo ser melhor representada na famigerada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em março de 1964, sendo que esta também denunciava os perigos do avanço comunista no Brasil e diante disso, seus defensores pediam intervenção militar. Cabe lembrar que em nenhum trabalho de historiadores sérios há elementos que corroborem com esse pensamento de “ameaça comunista” no Brasil.

Apresentamos aqui esta breve reflexão por entendermos que algumas das pautas defendidas pelos conservadores são temas caros à história e que compreendemos serem de extrema importância para o ensino/pesquisa em História, pois ao longo do tempo em que a História existe como ciência e também como disciplina escolar, tem importante papel, na construção da sociedade, seja jogando águas no moinho da manutenção do status estabelecido ou pleiteando a transformação. Logo, a história é um vasto campo de conhecimento (pesquisa/ensino) que se institui sobre as memórias na sociedade e se concebe como memória por ser também prática social.

Seguindo o pensamento de Jörn Rüsen (1992) com seu conceito de “consciência histórica”, e também pela *Educação Histórica*, acreditamos que uma parcela significativa daqueles que acreditam e disseminam as ideias conservadoras em ascensão no Brasil desde a segunda década do século XXI, o fazem por não compreenderem as relações que se estabelecem entre a História e a vida, parece faltar-lhes ferramentas para orientar-se no presente, e somente a História pode fornecer-lhes os devidos instrumentos. Portanto, consideramos a extrema relevância que alguns temas possuem para nós historiadores/professores, entre eles, o tema proposto para este estudo, a consciência histórica a partir da análise do caderno Cancioneiro da CPT.

Nesse sentido, a pesquisa proposta envolve as problemáticas até aqui levantadas, sendo que os dois elementos elucidados sobre as narrativas conservadoras serão contrapostos através das discussões nos dois capítulos seguintes: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) - enquanto base de ação de alguns movimentos de luta pelo direito à terra no Brasil - e a visão religiosa que esta envolve em suas místicas e que nos revelou no decorrer desse trabalho a compreensão de Deus enquanto um campo em disputa.

Justificada a relevância do tema tratado, traçamos como objetivo central deste trabalho buscar compreender o conceito(s)/prática(s) de mística vivenciados/incorporados pelos membros da CPT e propagados por ela socialmente e entender especialmente como a música exerce papel fundamental na construção desse processo.

Para tanto, dividimos o trabalho em dois capítulos que visam: num primeiro momento, recorrer a um resgate bibliográfico que possibilite compreender a trajetória da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil que vai da legitimação do latifúndio à opção preferencial pelos pobres, aonde surgem as bases para a criação da CPT e sua atuação, e o que é a mística que a entidade trabalha na perspectiva da visão de Deus incorporada em suas práticas; e no segundo capítulo, através de uma análise do caderno de canções da CPT (que reúne as canções utilizadas pela entidade nos seus 40 anos de existência), aplicado também em suas místicas, para tentar identificar que tipo de consciência a entidade busca desenvolver em seu corpo militante através da música.

2 A IGREJA E A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL: DA LEGITIMAÇÃO DO LATIFÚNDIO À OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES.

Há uma rica historiografia que possibilita diversas análises sobre a trajetória histórica da Igreja Católica e a sua relação com a terra no Brasil. Dentre autores que se destacam, podemos citar Bernardo Mançano, João Pedro Stédille, Zilda Iokoi, Leonilde Servolo, entre outros e outras. Entretanto, para a construção da primeira parte desta pesquisa, vamos nos apoiar basicamente nos textos de Moisés Pereira da Silva (2015), intitulado *Igreja católica e movimentos sociais no campo nas décadas de 1950 e 1960*, em uma entrevista de José Oscar Beozzo, publicada na Revista IHU do ano 2011 em edição comemorativa aos 50 anos da encíclica *Mater et Magistra*, e nos trabalhos de Luís Roberto Benedetti (1990), Michael Löwy (2016) e Ismar da Silva Costa (2004) que ilustram o caminhar da Igreja Católica no Brasil em tempos de debates e disputas por transformações. A escolha dos autores, deu-se basicamente em função da primeira parte do trabalho, que visa traçar uma trajetória histórica entre a relação da Igreja Católica no Brasil com a questão da terra, e a forma didática que esses textos apresentam o tema nos ajuda a cumprir tal propósito.

A Igreja Católica Apostólica Romana historicamente está ligada às questões que envolvem a terra no Brasil, ora defendendo os interesses de grandes proprietários, ora se voltando ao clamor dos alijados da terra. Ainda que seja uma mesma Igreja, há campos de disputas internas que delineiam para onde apontam os direcionamentos da mesma. Fato é que, independente dos direcionamentos nos últimos 2000 anos de história da humanidade, a Igreja se faz presente nos mais diversos momentos que abarcam a disputa pela terra.

No Brasil, desde o Tratado de Tordesilhas, quando a Igreja divide as terras descobertas e ainda por descobrir entre os reis de Portugal e Espanha, ela apresenta uma íntima relação com o Estado, que pode ser constatada, por exemplo, no sistema de padroado, em que a divisão e distribuição das terras estava sob forte influência e interesse desta instituição. Para Silva (2015, s/p):

A igreja, desde sua fixação nas colônias portuguesas na América, teve como característica principal de suas práticas pastorais no campo, a dubiedade no entendimento sobre os direitos e os valores dos sujeitos com quem estabelecia contato, num primeiro momento os indígenas. É possível afirmar, que de uma ação afirmativa frente aos povos indígenas, a igreja passou a uma involução, marcada pela visão de que os homens do campo por simplórios que eram estavam suscetíveis às heresias bárbaras de líderes fanáticos, de que Antônio Conselheiro e os frades do Contestado eram exemplos. Nesse sentido, assentada na bonança da mesa dos ricos, a igreja, com exceção de alguns poucos membros, comprometida com os favores do Estado, encarava as questões sociais como demanda por caridade, no que resultava

na formação de uma engrenagem de distribuição de esmolas que sobreviveu com muita força até a década de 1960.

Embora após a proclamação da República haja uma separação entre Igreja e Estado, o pensamento positivista fazia-se majoritário entre os republicanos, desempenhando forte influência nessa separação. Quando a elite conservadora brasileira se reestabelece prioritariamente na República brasileira, a Igreja rearranja-se no interior do Estado, ficando assim ao lado dos interesses de coronéis nos governos da política Café com Leite. Adiante, com a ascensão de Vargas, a Igreja consolida novamente sua aliança com interesses do Estado. Este fato evidencia-se na constituição de 1934 que

[...] consagrou, ao preservar os valores defendidos pela igreja, a manutenção dos privilégios eclesiásticos em relação ao Estado o que se configura, sobretudo, no fato de D. Leme ter conseguido que, por essa constituição, “o Estado fosse autorizado a financiar a igreja, invocando ‘o interesse coletivo’, e que as escolas públicas admitiessem o ensino religioso”. A igreja, a um só tempo, garantia sua permanência financiada, como, pelo proselitismo escolar, podia ampliar o seu séquito. (SILVA, 2015, s/p).

Silva (2015), em seu artigo intitulado *Igreja católica e movimentos sociais no campo nas décadas de 1950 e 1960*, nos oferece uma síntese elucidativa sobre como ocorreu o processo de construção da chamada Ação Social da Igreja, nos mostrando seu caráter conservador, sobretudo quando esta se aproxima dos trabalhadores urbanos e rurais, evidenciando que a natureza das preocupações que qualificava tais práticas era a luta contra o comunismo. O autor aponta como exemplos desses movimentos conservadores a fundação da organização Tradição, Família e Propriedade (T.F.P.) e também o surgimento em 1934 das bases da Ação Católica brasileira, quando a Igreja, na mesma medida em que possibilitava a ampliação da participação leiga no seu interior, se mantinha no comando dessa participação a partir do controle dos seus movimentos sociais. Isso explica, em parte, o caráter hierarquizado e centralizador do jeito de ser da Igreja Católica no Brasil, jeito aperfeiçoado, sobretudo, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, em 1952.

Ainda segundo Silva (2015), a Igreja Católica foi a instituição mais comprometida com o combate ao comunismo no Brasil. Em nenhum outro ambiente essa dimensão do enfrentamento ao comunismo esteve tão clara quanto na presença da Igreja no campo com sua política de sindicalização rural. Ela foi uma grande aliada dos interesses políticos norte-americanos na sua missão de ganhar corações, mentes e almas. Silva (2015) destaca que:

Ianni (1975) identifica várias frentes que disputavam a organização da sindicalização no campo. Estava presente os comunistas, as Ligas Camponesas, os

líderes ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro com lugar no governo, o governo através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, a igreja ligada ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD, órgão que, segundo Dreifuss (1981) concentrava os esforços norte-americanos de desestabilização política do governo que consideravam alinhado ao comunismo. Todos estes agentes, estudado os meandros de suas práticas políticas no campo, contribuem para a constituição de um quadro em que o papel político pensado para o camponês era apenas acessório a um projeto revolucionário que deveria dar-se a partir da cidade e do trabalhador urbano.

Silva (2015) diz ainda que, nos anos finais da década de 1950, inicia-se a campanha pela sindicalização cristã, uma atuação claramente desmobilizadora, na medida em que a base para a ação da Igreja foi o medo da expansão comunista no campo e a conseqüente perda de sua influência. Fazendo densa revisão bibliográfica sobre a questão do sindicalismo rural, Silva (2015) destaca a ideia de que, naquele momento, o combate ao comunismo, a negação da luta de classes e a defesa da harmonia social era o objetivo primordial do sindicalismo cristão e do Movimento de Educação de Base (MEB), que se fortaleceram a partir do papel de contraposição às Ligas Camponesas e ao Partido Comunista.

Michael Löwy (2016), já no final da década de 1950, ressalta que era possível perceber a emergência de uma série de correntes diferentes entre os bispos e o clero. Segundo o pesquisador, dessas, as três mais importantes eram os tradicionalistas, os modernizadores conservadores e os reformistas: “todos compartilhavam a mesma aversão pelo ‘comunismo ateuista’”. Assim, para Silva (2015), a organização das Ligas assustou as duas instituições guardiãs da ordem, o Estado e a Igreja. E esta última, pelo que transpareceu de condescendência, terminou por renovar os seus dirigentes, para não mudar o projeto que caracteriza sua feição conservadora no Brasil.

Contudo, Costa (2004) acrescenta sobre as disputas internas que delineavam as orientações do MEB, pois o Movimento de Educação de Base criado em 1961, tinha como objetivo discutir e proporcionar o acesso à educação básica e através de verbas do Ministério da Educação estruturou seu trabalho pelo interior do país. Essa estrutura estimulou o processo de discussão sobre a sindicalização rural, que funcionava pedagogicamente a partir do método de alfabetização de adultos, desenvolvido pelo educador popular e filósofo Paulo Freire, e fez com que leigos ligados às ações católicas, entre eles membros da AP (Ação Popular), atuantes no MEB, “procuravam fazer deste não apenas um programa de conscientização, mas também de mobilização e organização das massas camponesas.”. (COSTA, 2004, p. 19)

A postura conservadora da Igreja no Brasil, entretanto, logo sofreu profundas mudanças, tendo em vista os acontecimentos mundiais da década seguinte. Beozzo (2011), historiador católico, lembra que no início dos 1960, a Igreja tentava se reorganizar frente a

complexa conjuntura que o mundo vivia, buscando, assim, adequar suas estruturas a uma nova realidade que se impunha no mundo pós-guerra: a entrada na era nuclear, a corrida espacial, as novas organizações da classe trabalhadora, o abalo do colonialismo com os processos de independência na África e na Ásia e a conseqüente imposição do neocolonialismo, que de acordo com Beozzo (2011) era visto pelo Papa João XXIII como ameaça à paz, pois sob o disfarce de cooperação técnica e financeira acabaria por se tornar nova ferramenta de dominação que colocaria a paz mundial em perigo.

Beozzo (2011, p.6) afirma ainda que a encíclica *Mater et Magistra*, coloca a Igreja como “mãe, que mais anima do que reprova, mais corrige do que condena, mais ama do que recrimina”. Ele aponta ainda elementos de avanços e limites da encíclica dirigida nem tanto aos estreitos círculos eclesiásticos, mas aos cristãos comuns e para além das fronteiras da Igreja e dos crentes: ela se destinava a “todas as almas retas, espalhadas pelo mundo”. Beozzo (2011) realça ainda que os trabalhadores e os leigos em geral, ao assumirem o papel de protagonistas da ação pela transformação das estruturas injustas na esfera econômica e social, promoveram um avanço significativo na posição da igreja no mundo. Para ele:

Em termos econômicos e sociais, a novidade da *Mater et Magistra* foi trazer para o horizonte da questão social, até então praticamente identificada com a questão operária, os graves problemas do setor agrícola e dos trabalhadores do campo; o grito dos que passam fome; a dificuldade do acesso à terra para os que nela trabalham; os desequilíbrios entre a agricultura; a indústria e os serviços e ainda as injustas disparidades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, vistas como grave ameaça à paz mundial. (BEOZZO, 2011)

O historiador da Igreja acrescenta que a recepção da encíclica no Brasil expôs as divergências internas da própria Igreja. Os conservadores se apoiavam na *Mater et Magistra* para condenar a Reforma Agrária defendida pelos movimentos camponeses e defender a propriedade privada como elemento básico da organização social e cristã do país. As alas mais progressistas, todavia, se remetiam ao documento para condenar o latifúndio e defender a Reforma Agrária. Nesse sentido, Löwy (2016) destaca que no Brasil, a personalidade que mais expressa esse segundo campo era Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda, que representava o melhor da “teologia do desenvolvimento” e questionava a trágica pobreza do povo nordestino. Ainda segundo Michael Löwy (2016),

No começo da década de 1960, no entanto, surgiu uma tendência totalmente nova, que logo ficou conhecida como “Esquerda Católica”. Sob a influência da teologia francesa recente, da economia humanista do padre Lebreton e do socialismo personalista de Emmanuel Mounier, bem como da Revolução Cubana, o movimento

estudantil católico (a JUC) radicalizou-se e muito rapidamente aproximou-se das ideias esquerdistas e socialistas.

Assim, a “Esquerda Cristã Brasileira” (que Löwy nomeia sendo os vários ramos da Ação Católica, alguns intelectuais católicos, os dominicanos e alguns jesuítas) usando diversos componentes da cultura católica progressista francesa, a partir dos primeiros anos da década de 1960 começam a criar uma forma de pensamento e prática religiosa radicalmente nova. (LÖWY, 2016)

A Esquerda Católica Brasileira da década de 1960 foi a precursora do que Löwy (2016) chama de “Cristianismo da Libertação”. No entanto, ainda segundo o autor, ao contrário da Igreja dos Pobres da década de 1970, ela tinha um número limitado de seguidores e foi rapidamente combatida pela hierarquia institucional, que acusou a tendência esquerdista da JUC de ser contrária à sã doutrina social da Igreja.

Sendo amplamente sabido o apoio do alto escalão da Igreja no Brasil ao golpe civil-militar de 64, Michael Löwy (2016, p. 148) cita a declaração de apoio da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) elaborada no mesmo ano:

Em resposta às expectativas gerais e ansiosas do povo brasileiro, que viu a marcha acelerada do comunismo na direção do poder, as forças armadas intervieram a tempo, e impediram o estabelecimento de um regime bolchevique em nosso país... Ao mesmo tempo em que agradecemos a Deus, que respondeu às preces de milhões de brasileiros e nos libertou do perigo comunista, estamos gratos, também, aos militares que, com sério risco de vida, se ergueram em nome dos interesses supremos da nação.

No entanto, à medida em que a afronta da opinião católica internacional e brasileira aumentava, uma posição como essa já não era viável. Logo tudo começou a mudar. Löwy (2016) descreve rapidamente um quadro referente a essas mudanças e disputas e como elas atingem as estruturas da Igreja no Brasil:

[...] em outubro de 1970 (pouco depois do discurso de Paulo VI contra a tortura), Dom Agnelo Rossi foi “promovido” para uma alta posição em Roma e substituído por um novo bispo. Dom Paulo Evaristo Arns, conhecido por seu envolvimento em defesa dos direitos humanos e sua solidariedade com os religiosos presos. Pouco tempo depois, a CNBB elegeu um novo presidente, Dom Aloísio Lorscheider, que levou a Igreja a uma oposição cada vez mais aberta à ditadura militar.

Conforme Michael Löwy (2016) a mudança foi tão profunda que, durante a década de 1970, depois da eliminação da esquerda clandestina, a Igreja surgiu como principal força de resistência ao estado autoritário, “um inimigo muito mais poderoso (e radical) que a oposição

parlamentar tolerada (e domesticada), o MDB, Movimento Democrático Brasileiro”, para Löwy, como também para Benedetti (1990, p.354), “os documentos do episcopado se tornavam cada vez mais incisivos, contundentes e diretos nas críticas ao regime militar, o que fez a Igreja aparecer como sua grande adversária.”. Assim, vários movimentos sociais, em defesa dos direitos humanos ou de sindicatos de trabalhadores ou camponeses, encontraram abrigo na Igreja. Löwy (2016, p.151) destaca:

Através da voz dos bispos, a Igreja criticava, de uma maneira cada vez mais direta e explícita, as violações de direitos humanos e a ausência de democracia. Mas não era só isso: denunciava também o método de desenvolvimento imposto pelos militares, seu programa de “modernização” em sua totalidade, considerando-o desumano, injusto e baseado na opressão social e econômica dos pobres.

O alto escalão do exército acusa então a Igreja de subversão e de ser inspirada pelo marxismo, bem como, “utópica, feudal e atrasada, devido a sua oposição à ‘modernização’ e ao ‘progresso’ (capitalista)” (LÖWY, 2016, p. 152). Também no mesmo período há um crescimento das comunidades eclesiais de base (CEB)¹ que foram impulsionadas por um grande número de padres e religiosos e com o apoio de bispos radicais.

As ordens religiosas femininas não só eram as mais numerosas – existem 37 mil freiras no Brasil – mas também o fator mais eficaz na promoção de CEBs nas comunidades pobres urbanas. Como resultado, no fim da década, já havia dezenas de milhares de tais comunidades de base, com centenas de milhares (talvez alguns milhões) de participantes.

Seguindo essa perspectiva, Benedetti (1990) elucida de forma clara sobre o contexto de surgimento das CEBs e a importância das mesmas para a conjuntura de mudanças da Igreja e da sociedade naquele momento. Para ele:

[...] o *aggiornamento* (posto pelo Concílio Vaticano II) engendrava diversificação, na medida em que era provocado pela necessidade de a Igreja adaptar-se a um mundo que ela não mais moldava, ou seja, em que indivíduos e grupos sentiam-se livres da tutela religiosa. O mundo não era mais "religioso", padecia de uma "crise de plausibilidade". (BENEDETTI, 1990)

Ou seja, ao assumir, no Concílio Vaticano II, o questionamento que as mudanças sociais impõem, segundo Benedetti (1990), a Igreja entra em discussão consigo mesma,

¹ Costa (2004), em sua pesquisa, constatou que o número de CEBs variava entre 50 e 80 mil, conforme diferentes pesquisadores, naquele período.

colocando em dúvida, neste gesto, a solidez institucional fundada na eternidade e imutabilidade de sua verdade. Esta passa pelo crivo hermenêutico e já não "funda" mais a compreensão do mundo, da sociedade, da história pessoal e social.

É importante realçar aqui, conforme aponta Costa (2004), que é preciso ter claro o fato de o Concílio Vaticano II não ter sido produzido para a realidade da América Latina,

e sim para a Europa conflitiva com o desenvolvimento do capitalismo, a falta de padres e o descrédito da instituição. No caso do Brasil, ele não poderia ter acontecido em um momento melhor: com o crescimento da violência militar, a parcela progressista da Igreja Católica no Brasil pôde atuar com mais autonomia na sociedade, baseando-se nas resoluções da Segunda Conferência dos Bispos da América Latina, ocorrido em Medellín (Colômbia), em 1968. A importância dessa conferência foi a de adaptar essas resoluções do Concílio Vaticano II à realidade da América Latina. (COSTA, 2004)

É nesse processo que se inserem as Comunidades Eclesiais de Base. Para Benedetti (1990), o quadro geral favorecia as CEBs e, sobretudo, sua politização. O autor aponta que de um lado a luta armada contra o regime chegava ao fim; de outro, com o A1-5, acobertava-se todo tipo de violações dos direitos humanos. “Mas esta era a face mais ‘visível da violência’ — por paradoxal que isso possa parecer — que representava o ‘milagre econômico’ em termos de ‘dilapidação da força de trabalho.’” (BENEDETTI, 1990).

Formava-se uma classe média forte, representativa, cujo crescimento no interior do mercado de trabalho era proporcionalmente maior do que o do próprio proletariado nos grandes centros urbanos. Nestes, o imenso cinturão de pobreza, as periferias, alargavam-se cada vez mais.

É no interior deste quadro que surge, de acordo com Benedetti (1990), um personagem chave, o agente religioso, “cujo grupo é constituído sobretudo por padres e religiosos, predispostos à politização pela sua procura de redefinição da identidade.”

Nesse processo de redefinição da identidade os agentes religiosos, por um lado, encontravam seu "braço secular" - sociólogos, cientistas políticos economistas, educadores, jornalistas, advogados — capazes de guiá-los nos meandros de um conhecimento "adequado" do "novo" campo pastoral; por outro, eles mesmos, buscavam um campo "político" de atuação. (BENEDETTI, 1990, p.355)

É esse conjunto que contextualiza uma politização que Benedetti chama de "exterior" das comunidades de base. Para o autor, elas não conseguiram elaborar uma expressão religiosa própria, assim como as tomadas de posição política não conseguiram tocar as estruturas internas da Igreja.

Ainda para o autor, essa exterioridade da politização significa que foi antes de tudo, uma ação política que se justificou na religião. É nesse contexto que Löwy (2016) aponta para a emergência de uma nova força cultural e religiosa: a Teologia da Libertação brasileira.

Em breve resumo, Michael Löwy (2016) traça então três elementos fundamentais para ilustrar porque a Igreja brasileira “se tornou a mais avançada de todo o continente, a primeira na qual surgiram ideias à esquerda (desde 1960) e a única em que a Teologia da Libertação gozava de uma influência tão ampla”. Ele diz:

Vários fatores precisam ser levados em consideração cuja combinação produziu as características peculiares do catolicismo brasileiro: 1. A insuficiência cada vez maior do clero, demasiado pequeno para controlar a vasta população do país, que se expandia rapidamente, isso teve como resultado uma influência e importância crescentes por parte dos membros leigos, em particular a Ação Católica – que foi precisamente o fator dinâmico na radicalização da década de 1960. 2. A forte influência da Igreja Católica e da cultura francesas no Brasil – em contraste com o resto do continente, onde a tradição espanhola (e italiana) era predominante. Como vimos acima, é na França que encontramos a cultura católica mais progressista, crítica e avançada (inclusive uma corrente esquerdista significativa). Dadas as ligações diretas entre as ordens religiosas francesas e brasileiras (sobretudo as dominicanas), o grande número de missionários franceses no Brasil e a influência tradicional de intelectuais franceses católicos sobre seus congêneres brasileiros, existia, na Igreja brasileira, um ambiente cultural muito mais propício às novas ideias radicais que em outros países da América Latina. 3. A ditadura militar estabelecida em 1964. Ao fechar progressivamente todos os canais institucionais para a expressão do protesto popular (particularmente depois de 1968), o regime militar acabou por transformar a Igreja no último reduto da oposição.

Portanto, embora durante a década de 1960 as alas conservadoras da Igreja ainda fossem dominantes, constituindo a maioria dos bispos do país e a CNBB tenha apoiado o golpe civil-militar, o endurecimento do regime e a perda de espaço social da instituição levaram-na a uma inflexão que diante dos novos desafios resultou em ações concretas de natureza libertadora, numa perspectiva da visão que os progressistas tinham da encíclica *Mater et Magistra*. Nesse contexto que se dá o surgimento da Comissão Pastoral da Terra. Beozzo (2011) afirma que:

No Brasil, a herança mais fecunda da *Mater et Magistra* encontra-se na criação e nos trabalhos da Pastoral da Terra, fundada em junho de 1975 e no documento da CNBB, maduro e inovador, em termos de doutrina social da Igreja, A Igreja e os problemas da terra (1980). Ali se introduz a distinção entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”, ao lado da “terra comunitária” dos povos indígenas e se proclama o apoio da Igreja às iniciativas e organizações dos trabalhadores e dos seus movimentos, assim como à reforma agrária e à mobilização dos trabalhadores para exigir sua aplicação.

A intensa repercussão da *Mater et Magistra* em todo o continente latino-americano, segundo Beozzo (2011), plantou as sementes do amplo movimento de apoio da Igreja aos movimentos camponeses e indígenas, que ganhou corpo com as reuniões do episcopado latino-americano nas cidades de Medellín em 1968 e Puebla em 1979. Tais encontros, onde se confrontaram membros conservadores e progressistas da Igreja, tiveram como resultado, mesmo sob forte intervenção conservadora do Papa João Paulo II, a elaboração de um documento, em Puebla, que deixava a clara a **Opção preferencial pelos Pobres**.

Assim, para Costa (2004), se a década de 1970 é marcada por uma profunda aprendizagem sobre as novas direções proféticas da Igreja, a década de 1980 é o momento da ação, propriamente no campo da política, ainda que não haja uma separação clara entre essas duas esferas.

A CPT é uma pastoral que nasce como fruto da trajetória preme de novas orientações da igreja para lidar com a realidade das populações excluídas do campo. A CPT surge numa situação em que comunidades rurais inteiras tinham sido expulsas dos seus territórios, onde haviam vivido por gerações. Milhares de famílias expropriadas de suas terras pelos métodos mais variados, perdendo assim seu único meio de sobrevivência, o trabalho com a terra. Este contingente de trabalhadores rurais, a quem foi negado o direito de acesso à terra, se autodenominavam de Sem-Terra: homens e mulheres explorados através da sua força de trabalho, submetidos a condições degradantes, muitas vezes em situações análogas à escravidão.

A Pastoral da Terra origina-se também a partir dos processos de disputas internas da Igreja e das condições colocadas pela conjuntura complexa e tensa da Guerra Fria e da necessidade da Igreja se posicionar diante das demandas sociais. A CPT é fruto de um momento particular que leva a Igreja Católica na América Latina a enfraquecer os conservadores defensores do latifúndio, e, sustentada nas compreensões da nascente Teologia da Libertação, faz valer a **Opção Preferencial pelos Pobres**.

Conforme consta em seu *site*, é por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito em sua missão, que a CPT assume o compromisso de registrar e denunciar os conflitos de terra e da água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos. A seguir temos um excerto, retirado de um documento da CPT e que constitui parte da sua missão²:

2 Citação retirada do site oficial da CPT. Texto elaborado, em novembro de 1998, por agentes que participam da CPT há mais de dez anos e revisto e aprovado durante o I Congresso da CPT, realizado em Bom Jesus da Lapa, em 2001. Acesso em 05/12/2017. < www.cptnacional.org.br/sobre-nos/missao>

Convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus, a CPT quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo.

Devido à multiplicidade dos problemas e dos mais variados contextos e regiões que envolvem as disputas por terras no Brasil, se procurarmos uma organização com uma estrutura rígida de cima a baixo, com instrumentos de acompanhamento e controle, com uma definição de atribuições claras entre suas diversas instâncias, podemos até encontrar isso em documentos, mas não na realidade. Este é o caso da CPT, que em cada lugar onde se estabeleceu, buscando respostas para os desafios da realidade local impostos aos homens e mulheres da terra, foi adquirindo contornos próprios e diferenciados que fazem dela muitas “CPTs”.

Acreditamos ser necessário e importante falar dessas tensões existentes no interior da CPT, que são resultantes de sua heterogeneidade no vasto território nacional, porque nos parecem ter relevância para a compreensão da nossa problemática, que diz respeito à mística e à formação de uma consciência de seus membros, pois a mística não é um elemento isolado das experiências cotidianas dos trabalhadores, mas se constitui, mesmo, nestas experiências e só pode existir enquanto um desdobramento de suas vivências.

Segundo Antônio Canuto, do setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT, há tamanha diversidade de atuações que, ao mesmo tempo que configura como uma riqueza de enorme valor, representa fragilidade e dispersão. Tendo, portanto, uma série de questões internas a serem debatidas. Para explicitar algumas, trataremos a seguir cinco embates enfrentados pela CPT retirados do texto de Antônio Canuto “Uma vez CPT, sempre CPT” (CPT, 2016).

CPT nacional, regional, diocesana:

A primeira grande tensão enfrentada pela CPT tem a ver com a forma de organização da entidade. Em vários lugares, possui uma ligação direta com a diocese local. Sua atuação e seus projetos dependem do bispo local e podem ter intervenção direta dele. Em outros lugares, a CPT tem uma estrutura regional forte e bem montada, sendo ela mesma que define suas formas de atuação, as prioridades, as atividades desenvolvidas, etc. Em outros ainda, há enorme fragilidade, resistindo, quase sempre, apenas com pessoas de referência.

Essa diversidade pode ser verificada inclusive nos símbolos. Em cada regional a CPT pode se identificar de uma forma diferente das outras. São elementos que remetem “as situações históricas que tiveram um apelo muito forte, sobretudo em algum momento da história e das quais não se quer abrir mão”. Até hoje a CPT não tem uma logomarca única que a identifique. (CANUTO, 2016)

Agente voluntário X Agente liberado

Outro elemento de tensão na CPT se relaciona com a identidade de seus agentes. Geralmente existem agentes liberados, que são agentes/funcionários, mas, antes de tudo são militantes que se dedicam à causa em tempo integral, no entanto, algumas vezes a lógica burocrática empregatícia, pode ser mais forte, pois muitos deles ao se dedicarem integralmente à entidade, precisam de um retorno financeiro para sua subsistência.

A CPT, porém, só existe porque conta com um número bastante expressivo de pessoas que, voluntariamente, empenham-se em desenvolver atividades, acompanhar comunidades, mesmo sem qualquer tipo de vínculo empregatício ou remuneração. Existem, não obstante, limitações no trabalho voluntário, pois há por vezes a dificuldade de mediar a necessidade urgente de uma comunidade vivendo alguma situação de conflito com a disponibilidade de um agente estar presente. (CANUTO, 2016)

Pastoral Rural X Pastoral da terra

Uma outra questão vivida pela CPT é em relação a forma de presença pastoral. Algumas regionais acabam descartando atividades de cunho litúrgico-religioso, ficando estas sob a responsabilidade da paróquia. São mais atuantes no acompanhamento de conflitos, com assessoria jurídica, ou com acompanhamento a processos agroecológicos de produção, ou se dedicando a realizar atividades de formação. Outras regionais desenvolvem uma ação bastante aos moldes de uma Pastoral Rural onde se valoriza a vida religiosa das famílias e das comunidades. “No entanto, o que é comum a todos é a leitura popular da Bíblia. A Bíblia alimentando a Mística da terra, da Resistência, do sonho de um novo céu e uma nova terra.” (CANUTO, 2016)

Pastoral X ONG

Uma quarta tensão que a CPT vive é entre a entidade ser uma pastoral, ou ser uma organização não governamental que atua junto às comunidades, se preocupando mais com a produção de renda, focada nos resultados de sua atividade.

A CPT tem sofrido críticas, sobretudo nos últimos anos, por parte de agências financiadoras por não apresentar resultados concretos (aos olhos das mesmas) com seus trabalhos. E cada vez mais os projetos de agências financiadoras exigem que se tenha bem definido os resultados que serão buscados e esses devem especificar o que realmente se atingiu. (CANUTO, 2016).

Assessoria, apoio X liderança

Por fim, uma quinta tensão se dá quanto à forma em que atua a CPT. É uma assessoria, um apoio ou um movimento? A questão se dá porque, historicamente, a CPT rejeitou ser a representante das comunidades. Ela sempre se colocou como apoio, estímulo ou assessoria, atuando na retaguarda. O que almeja é que o trabalhador seja o protagonista de sua ação. Assim, a CPT fomentou o nascimento de muitos movimentos como o MST. Por diversas razões, a CPT, em alguns lugares, acabou adquirindo um caráter de movimento, formando seus próprios acampamentos e assentamentos e assim acabando por se tornar liderança em manifestações e diversas atividades e mediadora de conflitos. (CANUTO, 2016)

Mas, para Antônio Canuto (2016), o que as “muitas CPTs” têm em comum, o que lhes dá unidade é o espírito, é a Mística que anima os seus membros. Mística que os leva a se identificarem com os homens e mulheres que têm na terra, ou nela buscam, sua fonte de vida e sustento, leva esses trabalhadores a se indignarem profundamente com as agressões e injustiças que sofrem e com eles compartilharem e celebrarem conquistas e vitórias (CANUTO, 2016). A CPT é uma rica colcha de retalhos, mas é preciso buscar compreender o papel fundamental da mística em dar corpo e unidade em toda essa diversidade.

2.1 A Mística e a Música na CPT

Iniciamos este tópico com a imagem de um momento da mística em um dos encontros da CPT, no ano de 2017. Na ocasião, cerca de 100 jovens de assentamentos e acampamentos organizados pela Comissão Pastoral da Terra em Alagoas, participam do 4º Encontro Estadual da Juventude Camponesa na Casa dos Irmãos Marista, na Barra de São Miguel. A juventude, vinda da região da mata, litoral e sertão, vivenciou palestras, discussões e reflexões sobre o que é ser jovem camponês, a situação atual do país, a história dos movimentos sociais do campo em Alagoas e sobre a 30ª Romaria da Terra. Além disso, trocaram experiências vividas em suas comunidades. Momentos como este ajudam a fortalecer a união e esperança entre os jovens que se encontram frente a necessidade de seguir com a luta histórica pelo direito à terra, ao trabalho e a dignidade humana.

Foto 1 - Mística da Juventude Camponesa



Fonte: Comissão Pastoral da Terra - Alagoas. Disponível em <http://cptalagoas.blogspot.com/2017/09/encontro-fortalece-juventude-camponesa.html>. Acesso em 13 jun. 2018.

Objeto de estudos de diversas áreas do conhecimento, apenas recentemente a mística se tornou objeto de reflexão do conhecimento histórico. A seguir faremos apontamentos breves de como a mística tem sido definida sob diferentes olhares.

Um primeiro olhar que podemos enumerar é o que historicamente a psicologia tem lançado sobre o tema. Araújo (2015), em seu texto sobre mística e psicanálise aponta que

Freud definia a mística como um “sentimento oceânico”. Por “sentimento oceânico”, entende-se um sentimento de profunda união com o mundo circundante, como se não houvesse fronteiras entre o si mesmo e o todo. Araújo (2015) afirma que ao analisar o sentimento oceânico, Freud observou que esse sentimento é herdeiro da indiferenciação entre o corpo do bebê e o seio da mãe.

Essa perspectiva sobre a mística nos remete à um conceito que a CPT recentemente introduziu em suas formações. Trata-se do conceito do “Bem viver”. Em sua preocupação com a situação atual dos povos tradicionais a pastoral introduziu em seu corpo de discussões esse conceito originário dos povos indígenas, mais especificamente dos andinos. Alberto Acosta (2016) reúne uma série de textos que recorrem “às experiências, às visões e às propostas de povos que, dentro e fora do mundo andino e amazônico, empenharam-se em viver harmoniosamente com a Natureza”. Por não ser objeto central dessa pesquisa, podemos resumir essa visão mística nas palavras de Boaventura de Souza Santos na parte introdutória da obra de Acosta, aonde diz: “Uma quebra de paradigmas para superar o fatalismo do desenvolvimento, reatar a comunhão entre Humanidade e Natureza e revalorizar diversidades culturais e modos de vida suprimidos pela homogeneização imposta pelo Ocidente.”

Foto 2 - Mística e Bem Viver



Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/4469-terra-regularizacao-fundiaria-e-mercado-financieiro-norteiam-formacao-de-agentes-da-cpt>. Acesso em: 25 set. 2018.

Na Foto 2 é retratado um momento da mística da CPT que ocorreu durante o encontro de Formação Nacional da entidade em 2017, no qual tivemos a oportunidade de participar. Essa mística realizada nos remete a concepção do Bem Viver apontada acima. Nos foi pedido que retirássemos os sapatos para que pudéssemos entrar em contato direto com a terra, a seguir foram feitas orações que se remetiam a diversas religiosidades tais como, além da cristã, agradecimentos a entidades da umbanda e indígenas. Do lado direito da imagem havia um vaso de barro com terra dentro e outro com água e foram distribuídas diversas sementes para que plantássemos no vaso com terra e jogássemos água. A proposta é que ao plantar a semente fosse dito o que estávamos plantando junto, por exemplo, a esperança, a justiça, o sonho de dias melhores, etc. Tempos depois nos foi informado que as sementes germinaram e estavam crescendo, junto as plantas, nossos desejos.

Chamou-nos a atenção o olhar que os estudos teológicos tem produzido sobre a mística, devido ao fato do tema deste estudo ser uma pastoral da igreja católica a CPT. No Dicionário Teológico O Deus Cristão, Publicado por Pia Sociedade de São Paulo - Editora Paulus (s/d), aparece a seguinte definição:

A palavra *mystikós* provém do verbo *myo*, que significa fechar e, especialmente, fechar os olhos. Seu uso pré-cristão conserva relação com as celebrações rituais das religiões místicas, cerimônias secretas de iniciação fechadas aos não iniciados, e nas quais os *mystes* recebiam ensinamentos que não podiam comunicar a ninguém. Assim, pois, na sua origem, o termo *mystikós* traz consigo a ideia de realidade secreta e acessível somente a uma minoria. Tanto no paganismo quanto na própria igreja cristã, até séc. XVII, o termo místico foi somente um adjetivo que qualificava um substantivo. No século XVII aparecerá, pela primeira vez, na espiritualidade ocidental o substantivo mística, e, com esta expressão, se assinalará diretamente determinada experiência interior. (...) Desde então até nossos dias este aspecto experiencial subjetivo ou psicológico ocupará o primeiro plano ao se falar de mística. (grifo nosso)

Na Enciclopédia Digital Theologica Latino-americana, Cleide Maria de Oliveira, em seu artigo “Mística e erotismo” (s/d), nos diz que:

(...) tanto a experiência mística quanto seu testemunho são didáticos: nos mostram os limites do nosso conhecer e os limites da nossa linguagem. E desta forma nos possibilita vivenciar o mistério intrínseco àquilo que nos excede como seres de e da cultura. Nesse sentido a mística tem implicações espirituais, éticas e cognitivas que são importantes para a compreensão desse fenômeno. Espirituais porque quando tocado pelo sagrado o místico torna-se “uma nova criatura” (2Cor, 5,17) cujos propósitos, comportamento, desejos e ambições são totalmente dirigidos por uma vontade que ultrapassa seu entendimento; éticas porque o itinerário místico exige daquele que o empreende comprometer-se com valores que estão na contramão daqueles adotados pela sociedade capitalista contemporânea; e, por fim, cognitivos,

pois mais que conhecimento positivo sobre o mundo e sobre Deus a mística põe sob suspeita o que pensamos saber sobre os mesmos.

Para Fernandes (2016), a mística pode ser entendida por alguns como uma experiência exótica (visões, dom de línguas, revelações particulares, expansão da consciência ou êxtase), para outros, entretanto, a mística cristã é fazer a experiência do mistério de Cristo no hoje da história. E esse mistério de Cristo se prolonga na vida dos pobres e sofredores. Não existe mística cristã descontextualizada da vida daqueles que mais sofrem. Para estes, o verdadeiro místico não se esconde do mundo. Ele está no coração do mundo, testemunhando o sentido da vida que prevalece ante os sinais de morte. Essa segunda compreensão apontada por Fernandes (2016) nos parece bastante fecunda para esta pesquisa, a qual será referência para este escrito.

Ainda para Fernandes (2016), na contemporaneidade, a humanidade tem perdido esse senso místico da experiência do “Cristo hoje na história” e que é urgente recuperá-lo. O que notamos é que a CPT procura efetivar “um mergulho ainda mais fundo nas entranhas da realidade para ser capaz de captar os sinais dos tempos”.

A mística, portanto, compreendida por alguns estudiosos como um fenômeno político/religioso praticado em movimentos camponeses de luta pela terra, pode ser entendida entre outros pontos na ideia de que não deve ser considerada universal, mas sim múltipla, particular e ao mesmo tempo coletiva. Trata-se de uma experiência pessoal, mas não individualista e egocêntrica.

Como traz Almeida (2005, p.25) em seu artigo “A Mística Na Luta Pela Terra” diz que as místicas “são fenômenos inseridos em um contexto Histórico-Religioso, assim não existe mística, mas sim místicas”. Ou seja, o fenômeno das místicas passa, a rigor, por um processo subjetivo ligado ao que sente o sujeito e, portanto, fenômeno único.

A mística, a princípio, era desenvolvida pelos agentes religiosos que prestavam assessoria aos movimentos e tinha grande aceitação entre os sujeitos. Segundo Coelho (2010), pesquisador sobre a prática da mística no MST, o investimento no fazer da mística é intenso por parte de alguns movimentos, devendo ela ser desenvolvida nos mais distintos espaços e circunstâncias.

A mística pode ser realizada de maneira diversa e plural, levando em consideração o contexto e a realidade do grupo. O seu fazer é em forma de teatro, contendo músicas, poesias e muitos símbolos em seu interior. Como uma prática cultural e política, é um momento em que o Movimento consegue se comunicar eficazmente com os sujeitos, construindo representações sobre tudo aquilo que compõe o modo de ser Sem Terra, a mística se tornou essencial e estratégica na organização do MST,

sendo ela dotada de poder, isto é, desencadeadora de memória, representação e ação política. (COELHO, 2010, p.65)

Foto 3 - Mística na Formação Nacional da CPT



Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/4077-o-bem-viver-so-existe-quando-nao-so-voce-esta-feliz-defende-cacique-babau>. Acesso em 07 fev. 2018.

É comum ainda encontrarmos em alguns movimentos sociais a leitura de que a mística é um momento que antecede as reuniões e encontros, sendo esta, um momento de animação e encenação, como também deixa transparecer Coelho (2010) no trecho acima. Bogo (2010), aponta que a concepção trabalhada por Coelho (2010) não deve ser totalmente descartada, pois, a preparação para esses momentos envolve pessoas que querem expressar, através de uma mensagem, seja ela cantada, contada, encenada, etc. as razões pelas quais lutam, “criando, de forma imaginária, o mundo que queremos alcançar, para que os presentes vejam e se animem a ajudar a construir aquela ideia, aquele sonho.” (BOGO, 2010, s/p). No entanto, seria um erro reduzir a mística a esses momentos. Para Bogo (2010, s/p) a mística é isso e muito mais “Ela é a motivação que nos faz viver a causa até o fim. É aquela energia que temos e que não nos deixa dizer não, quando nos solicitam ajuda. É a vontade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, de querer ajudar e realizar coisas que façam a luta ser vitoriosa”.

Para Bogo (2010, s/p), a mística se expressa de muitas maneiras. “Cada militante dá de si aquilo que possui, tal como carisma, talentos ou habilidades, cooperando como elemento central do programa, sendo a parte física e mental da tática e da estratégia do programa”. Cada um como pode, se oferece para preencher espaços nem sempre previstos. Assim ocorre quando diversos grupos se prontificam a elaborar diversas atividades como cozinhar os

alimentos para um encontro, a melhorar e ornamentar o ambiente, cuidar da pauta e da segurança, preparar a cerimônia de abertura, etc. “E assim, o encontro se transforma numa grande festa, uma confraternização de seres humanos que marcaram de se encontrar para pensar o que fazer de suas vidas e das vidas de tantos outros seres e espécies.” (BOGO, 2010, s/p).

Bogo (2010) traz ainda que é possível ver e explicar o fenômeno da mística sob diferentes olhares, e compartilha em seu artigo “A mística: parte da vida e da luta” três interpretações sobre o tema: o sentido religioso, o sentido das ciências políticas e o sentido filosófico e da valorização cultural.

No sentido religioso, o autor realça que existem indivíduos que fazem opção por uma relação com Deus para solucionar os problemas sociais, o que nos remete ao conceito de “experiências exóticas” apontadas por Fernandes (2016). Noutra direção, Bogo (2010) afirma que outros sujeitos se apegam à espiritualidade militante e pela força da fé procuram solucionar os problemas sociais através de suas contradições, buscando atacar causas econômicas e políticas dos problemas.

[...] podemos chegar a duas visões da mística: uma que se manifesta nos místicos, aqueles indivíduos que tem por opção a relação cotidiana com a divindade para explicar e solucionar os problemas sociais.[...] A outra é a espiritualidade militante. Estes, pela força da fé apegam-se aos problemas sociais e buscam soluções pelas contradições. Querem a igualdade e a fraternidade entre as pessoas, mas buscam atacar as causas econômicas e políticas dos problemas. (BOGO, 2010, s/p)

No sentido das ciências políticas o termo místico é tomado por outro termo, o CARISMA. Os carismas seriam habilidades ou características de cada sujeito que os capacitariam a ocupar um lugar específico na luta de classes para colaborar com ela.

Acerca do carisma, Max Weber (1999) nos ajuda a compreender melhor esse conceito. Em seu estudo sobre carisma e dominação carismática, o autor coloca que no século XVIII e XIX diversos estudiosos “destacavam o caráter diferenciado de homens guiados pela paixão, que, apaixonando seus seguidores, geravam novos rumos para a história, criavam conflitos, revolucionavam tradições e rompiam com as práticas cotidianamente aceitas” (WEBER, 1999, p.239).

Para Weber (1999), ao contrário de boa parte dos estudiosos do assunto, a importância do carisma está na sua forma de dominação e efeitos. Assim, para Rodrigues (2014, p. 244) de acordo com Weber (1999) o potencial do carisma para a revolução se “dá a partir da transformação da ordem estabelecida pela tradição, e, com ela, pelas instituições, visões de

mundo, esperanças, e dogmas estabelecidos por um carisma anteriormente rotinizado”. Este movimento de transformação e rotinização do carisma, “que transforma o carisma em tradição, e, posteriormente em ordem cotidiana estabelecida”, é que é, para Weber (1999), o motor da história.

O carisma, em suas formas de manifestação supremas, rompe todas as regras de toda a tradição e mesmo inverte todos os conceitos de santidade. Em vez da piedade diante dos costumes antiquíssimos e por isso sagrados, exige o carisma a sujeição íntima ao nunca visto, absolutamente singular, e, portanto, divino. Neste sentido puramente empírico e não-valorativo, é o carisma, de fato, o poder revolucionário especificamente criador da história. (Weber, 1999, p. 328)

Weber (1999), portanto, reconhece no carisma uma força social essencialmente criativa ou destrutiva que irrompe de modo abrupto no decorrer dos acontecimentos e que pode dar à história um rumo novo, dar origem a uma nova religião, destruir as ordens e instituições políticas dominantes ou abrir o caminho para novas formas de vida, de uma ética e constituição econômica sem precedentes históricos.

E por fim, para Bogo (2010), o sentido filosófico e da valorização cultural da mística, sendo aqui:

[...] a mística a própria existência. Nasce da vida, das formas de trabalhar, se organizar, conviver, lutar etc. Cada grupo social tem as suas manifestações culturais; uns são mais alegres, outros são mais contidos, mas todos vivem a memória de seus antepassados; desenvolvem valores e acreditam na continuidade da vida, por isso preservam o ambiente como o berço de todos os nascimentos. Os movimentos sociais resgataram este sentido da mística e o trouxeram para a prática política. A luta de classes tornou-se um lugar de convivência, admiração e esforço coletivo. Lutar faz parte da existência como o trabalho ou a festa. (BOGO, 2010, s/p)

Fernandes (2016), chama para o diálogo o teólogo espanhol Raimon Panikkar para quem, a experiência mística envolve toda a realidade, mantendo-se aberta a todos os problemas humanos. Segundo Fernandes (2016), ele concebe a mística como experiência que acontece na historicidade do ser humano. É uma experiência que integra todas as dimensões da vida. Para Panikkar a mística é uma experiência onde nada fica de fora. Ela contempla a existência toda da pessoa envolta do mistério. Mística é uma experiência integradora da vida de uma pessoa. Essa mística, como experiência integradora, parece indicar caminhos de superação de uma mística fragmentada, exótica e até mesmo desenraizada na atualidade. Essa perspectiva dialoga com a anteriormente apontada por Bogo (2010), na qual a mística abarca a totalidade da existência humana. Essa compreensão nos parece significativa porque nos

remete à noção de cultura de E.P. Thompson e R. Williams para os quais a cultura abarca todas as dimensões da vida.

Trata-se, portanto, de como a mística participa da formação da “consciência” dos camponeses ligados à luta pela terra à luz do conceito de cultura de Thompson. Para Thompson (1987), “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros cujos interesses diferem dos seus”. E é no campo da cultura que as experiências tomam forma de consciência de classe, “encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.” (THOMPSON, 1987).

O objetivo central de Thompson em “*A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA*” era colocar as pessoas comuns nos seus devidos lugares de sujeitos históricos, ele via o processo histórico como resultado de relações estabelecidas e das ações de sujeitos conscientes e ativos. Para Thompson, portanto, a consciência de classe é constituída a partir da experiência e da cultura de um determinado grupo social.

Portanto, é nas experiências compartilhadas que homens e mulheres se identificam enquanto *classe*, podendo ser, então, a *mística* elemento formador de *consciência de classe*.

Se para Thompson (1987) é nas experiências compartilhadas que homens e mulheres se identificam enquanto classe, aonde “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais” (THOMPSON, 1987), a mística pode ser entendida também como parte essencial da formação dessa consciência para os movimentos de luta pela terra. Para o MST, por exemplo:

A mística deve ser entendida como sendo o conjunto de motivações que sentimos no dia-a-dia, no trabalho organizativo, que impulsiona nossa luta para a frente. Ela é responsável por reduzir a distância entre o presente e o futuro, fazendo-nos viver antecipadamente os objetivos que definimos e queremos alcançar (MST, 1991, p. 4).

Quando olhamos para a mística dos movimentos sociais, como o MST, algo que salta aos olhos é um discurso mais evidente que remete à compreensão de mística como lugar da formação da consciência de classe. Nos indagamos neste trabalho, como se manifesta essa ideia na CPT enquanto pastoral da Igreja Católica.

Se, como realça Fernandes (2016):

Antes do místico se debruçar sobre a pergunta pelo Absoluto de sua vida ele pergunta pela sua existência real, se a pergunta “Quem eu sou” ficar jogada nas margens do esquecimento, a experiência mística pode se tornar pura alienação com a realidade onde o místico atua. A pergunta pelo divino e pelo humano são as bases

para a construção de uma sólida e verdadeira experiência mística. Na mística, divino e humano se entrelaçam.

A mística pode ser elemento tanto alienante quanto formador de determinado tipo de consciência, a questão que nos colocamos nessa pesquisa é: Diante das pluralidades de realidades históricas da CPT no Brasil, a mística seria sempre elemento da formação da consciência ou não? Para tentarmos responder a essa indagação, utilizaremos como fonte o documento “Cancioneiro da CPT”, caderno de músicas editado em comemoração dos 40 anos da CPT e que contém uma coletânea de músicas que, segundo a apresentação do próprio caderno, foram cantadas ao longo dos 40 anos da entidade. A opção por essa fonte se dá por acreditarmos na potencialidade da linguagem musical para nos ajudar a compreender a realidade social daqueles que a produzem e utilizam.

3 A MÍSTICA DO CANCIONEIRO

O uso da música como fonte de análise na pesquisa em História se faz como um tema que nos desperta profundo interesse, como historiador e apreciador da música sem, no entanto, uma compreensão aprofundada da linguagem musical e seus códigos.

É certo que, os sons, ritmos e a própria melodia em si acompanham a humanidade desde antes mesmo de se teorizar a cerca delas. Sendo assim, há uma historicidade na música que está presente também nas letras, versos e poesias. As escolhas que envolvem a elaboração da música, como os sons, os instrumentos usados, as melodias e escalas são frutos de “opções, relações e criações culturais e sociais, e ganham sentido para nós na forma de música” (MORAES, 2000). Por certo, as outras linguagens utilizadas na construção de uma obra musical também permitem que se investigue profundamente as relações sociais, o lugar que o autor, ou autores, se encontram socialmente.

Mesmo compreendendo o complexo jogos de elementos que compõem a musicalidade apontada por Moraes (2000), nossa fonte de pesquisa é o “Cancioneiro da CPT”, um caderno de canções editado em 2015 pela própria CPT em comemoração aos 40 anos da entidade. Muitas canções presentes no Cancioneiro não são de fácil acesso, pois são composições que não estão no circuito musical comum, o que dificulta a audição das mesmas e, pelo menos a princípio, frente o recorte que optamos por fazer nessa pesquisa, as análises do Cancioneiro se limitarão à compreensão de suas letras.

As fontes artísticas foram durante muito tempo consideradas impróprias para uso como documento em trabalhos históricos. Os historiadores positivistas do século XIX, representados pela Escola Metódica Francesa foram os responsáveis por estabelecer parâmetros metodológicos que orientaram as críticas das fontes com o objetivo de assegurar a autenticidade dos documentos para se alcançar uma objetividade e uma cronologia do passado. Para isso elegeram as fontes escritas, principalmente os oficiais, como as únicas capazes de trazer à tona a verdade histórica. Por outro lado, houve durante certo tempo uma ideia na historiografia, principalmente para o Materialismo Histórico ortodoxo, de que a música, especialmente a popular, era mero reflexo da cultura erudita, das elites. A dura relação superestrutura/infraestrutura.

Alguns autores já há certo tempo têm pregado a necessidade de compreender a história da arte integrada aos movimentos sociais e históricos, mas de modo algum formam uma linha influente e, sobretudo, hegemônica na área estrita da música (MORAES, 2000). No século XX, a Escola dos Annales colabora para o alargamento da noção do que seria fonte e

documento para o historiador. Marc Bloch defendeu que a busca do historiador seria guiada por tudo o que fosse humano. Sendo assim, ao mesmo tempo em que se amplia o campo do historiador, amplia-se, necessariamente, os tipos da sua fonte. O século XX estimulou a ampliação de objetos históricos e cumpriu o desejo de Bloch, que era dar o estatuto de "documento histórico" a tudo que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana. Isto implica também pensar que, a história é reconhecida em toda experiência humana e significa considerar então que a história real é construída por homens reais. Ainda no século XX historiadores marxistas ligados a *nova esquerda inglesa*, entre eles Raymond Williams, Thompson, Hobsbawn entre outros, acabam por romper com a lógica estruturalista de cultura e adotam uma nova postura diante deste conceito. Um exemplo influente, nesse sentido, é “A História Social do Jazz” de Eric Hobsbawn.

Influenciado, portanto, por uma noção de cultura como um conjunto de experiências, que não são desligadas das contradições e problemas da realidade, é necessário pensar ainda outro aspecto particular na música. Inúmeras formas musicais são produzidas e experimentadas pelas classes menos favorecidas que interpretam e fazem usos a sua maneira. Isso levanta a um questionamento: O quanto a música é responsável pela formação da consciência histórica nas pessoas? Levando em consideração que esta reproduz, cria e interpreta, pelo convívio com as artes, práticas sociais.

José Moraes (2000) afirma que,

A canção é uma expressão artística que contém um forte poder de comunicação, alcançando ampla dimensão da realidade social. Se de fato essas condições são reais e se estabelecem dessa maneira, aparentemente as canções poderiam constituir-se em um acervo importante para se conhecer melhor ou revelar zonas obscuras das histórias do cotidiano dos segmentos subalternos. Ou seja, a canção e a música popular poderiam ser encaradas como uma rica fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a história de setores da sociedade pouco lembrados pela historiografia. (MORAES, 2000)

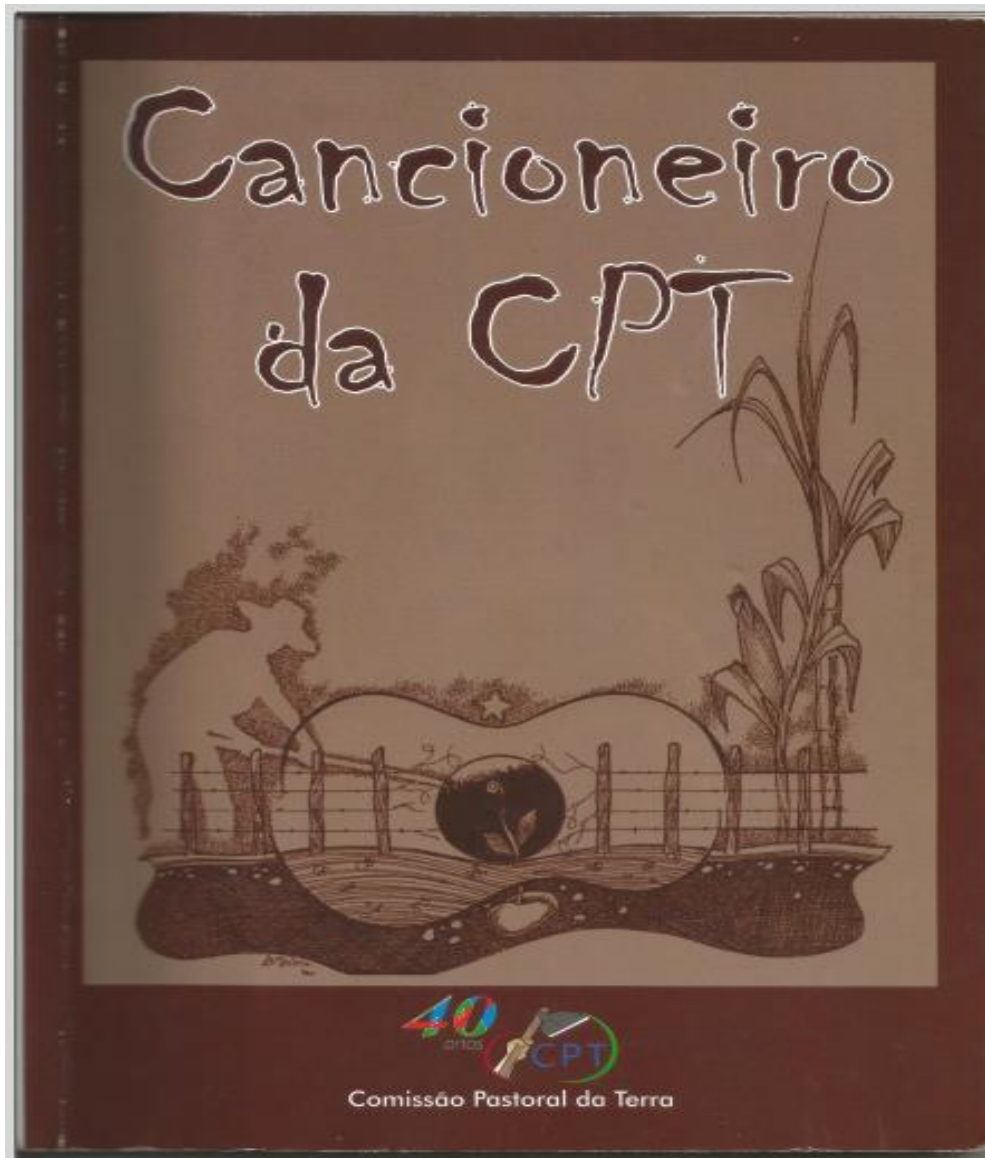
Na CPT e outros movimentos de luta pela terra são diversos os momentos no qual as canções se fazem presente, sendo que alguns deles como o MST e a própria CPT produzem materiais audiovisuais como CDs e cadernos de cancionários com as músicas, hinos e mantras utilizados em encontros. A música está sempre presente nas místicas e ocupa lugar de destaque, quase sempre estabelecendo relação entre gestos e símbolos, dando-lhes um sentido peculiar. De acordo com Bogo (2002) a música é o elemento iniciador de todos os encontros e é também um elemento que fomenta a conscientização.

Conforme dito anteriormente, utilizaremos como fonte de análise o caderno “Cancioneiro da CPT” com objetivo de compreender o conceito(s)/prática(s) de mística vivenciados/incorporados pelos membros da CPT e propagados por ela socialmente e interpretar especialmente como a música exerce papel fundamental na construção desse processo.

O “Cancioneiro da CPT” é de autoria da própria Comissão Pastoral da Terra e editado pela Fundação Rosa Luxemburgo por ocasião da comemoração dos 40 anos da CPT que se deu em 2015, ao longo desses 40 anos, certamente muitas canções foram cantadas. A CPT viveu diferentes momentos em relação as questões da terra, momentos de maior radicalidade e outros de menor contundência. A seleção que compõe o cancionário é efetivada em 2015, portanto, irá dialogar com o perfil, os problemas e contradições desse tempo. Dessa maneira, esta seleção, irá dialogar e fazer memória com os diferentes perfis que a CPT teve no decorrer desses 40 anos. O caderno se destina aos Trabalhadores rurais, membros da CPT e ao público que com ela se relaciona. É editado no formato 21x15 cm, a capa é composta por uma imagem que remete à xilogravura³. Possui 100 páginas, não traz referências bibliográficas, é composto por 155 canções; 16 mantras e 8 Salmos. As canções, mantras e salmos estão organizados em ordem alfabética. Detém poucas ilustrações: na capa, na página 94 que divide os Salmos do restante das canções e algumas claves de Sol espalhadas nas margens do caderno.

³ Arte e técnica de fazer gravuras em relevo sobre madeira. (Michaelis On-Line, 2018)

Foto 4 – Capa do caderno Cancioneiro da CPT



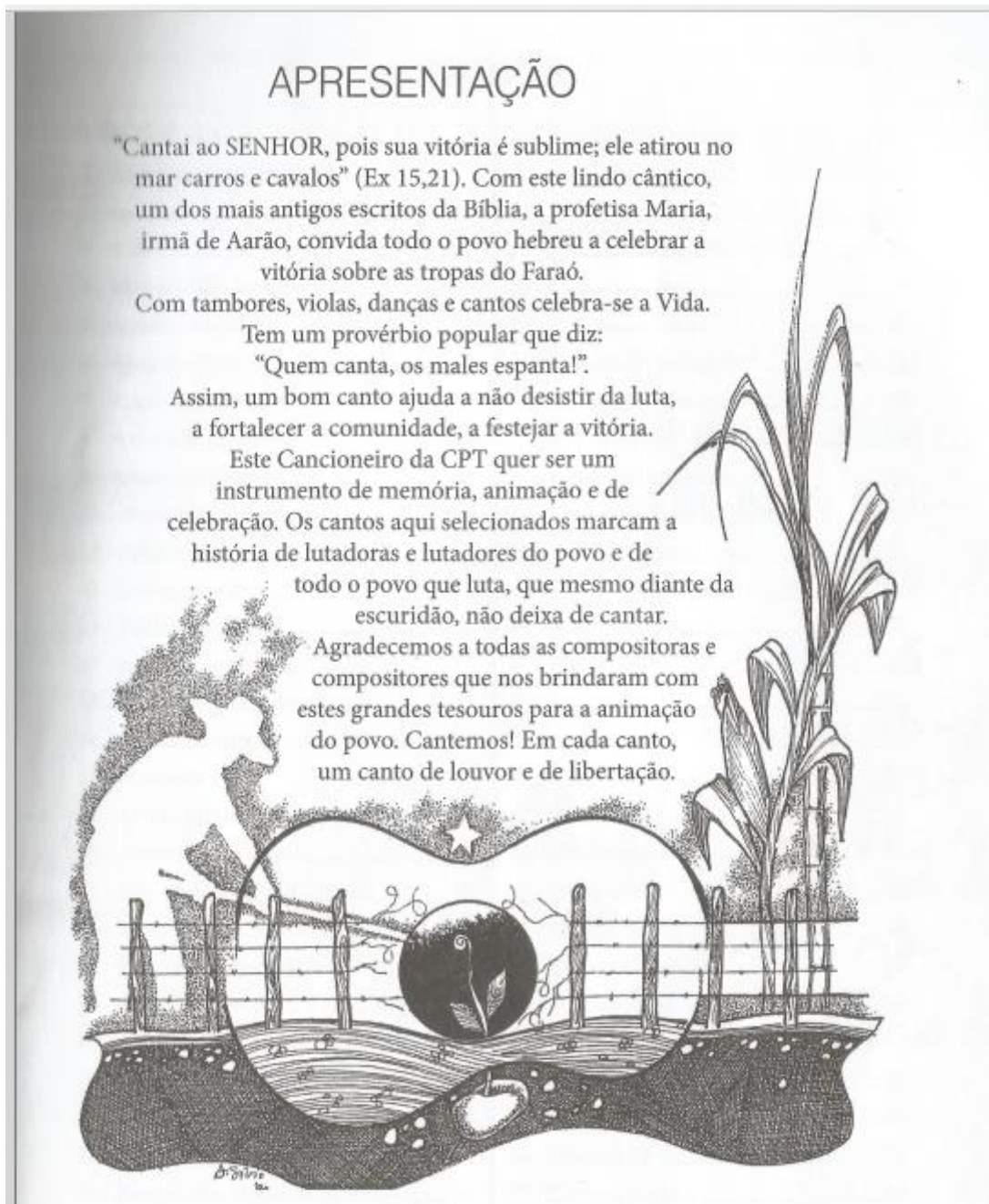
Fonte: Cancioneiro da CPT (2015)

Esta é a imagem de capa do “Cancioneiro da CPT”. É uma das poucas imagens impressas na nossa fonte de pesquisa. Ela nos parece bastante instigante para refletirmos sobre a nossa problemática, qual seja, a busca por compreender o conceito(s)/prática(s) de mística vivenciados/incorporados pelos membros da CPT e propagados por ela socialmente e, compreender especialmente, como a música exerce papel fundamental na construção desse processo. Podemos ver na imagem, que nos parece uma representação de uma xilogravura, um lugar muito importante para a música. Vemos um instrumento de quatro cordas onde estas se confundem com a imagem de uma cerca de arame farpado que separa uma terra árida de outra, a qual se tem acesso rompendo a cerca/cordas e atravessando a caixa acústica do instrumento. Aí, nasce uma planta, cuja semente está plantada ainda na terra a ser

conquistada. Nas mãos do lavrador há um instrumento que remete à uma enxada que arrebenta a cerca/corda. Há uma dificuldade de compreensão da profundidade da imagem, sendo que, ora alguns elementos estão de um lado ora de outro, como a semente e a planta. Isso nos remete à ideia da terra una, a mesma terra a ser conquistada é a terra explorada. O milharal se sobressai com uma grande espiga, símbolo da terra produtiva e o milho como símbolo da agricultura camponesa. Uma estrela se destaca acima do instrumento, do lado da terra do trabalhador, que remete à imagem da Estrela “Dalva”, aquela que brilha no céu de quem cedo madruga. A estrela se remete também à ideia do nascimento do novo, simbolicamente, Jesus quando nasceu foi anunciado ao mundo por uma estrela. A música aqui se apresenta como a passagem para um mundo a ser conquistado.

A apresentação do Cancioneiro não possui autoria e é claramente direcionada a membros e participantes de encontros da CPT. É um texto curto que traz um pequeno trecho do livro Êxodos da Bíblia e um provérbio popular que reforçam a importância dos cantos e da música para a CPT. Nas palavras da própria CPT: “Este Cancioneiro da CPT quer ser um instrumento de memória, animação e celebração.”. No caderno do Cancioneiro da CPT (2015) de 40 anos da entidade, em sua apresentação, fica claro o sentido das canções:

Foto 5 – Apresentação do caderno Cancioneiro da CPT



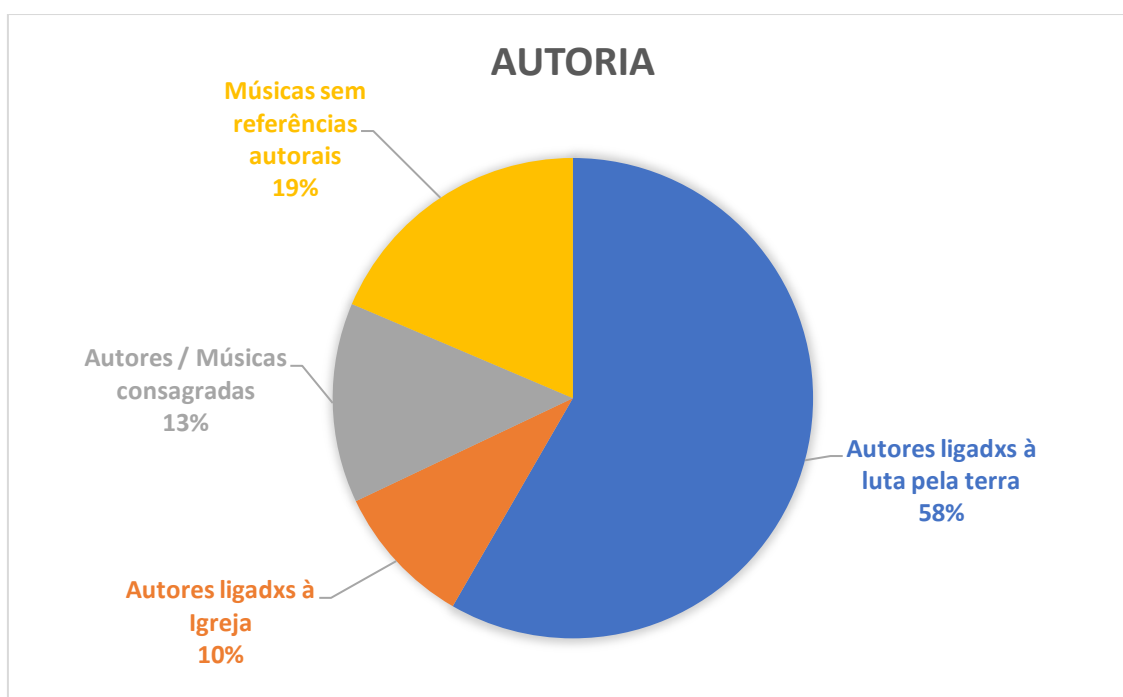
Fonte: Cancioneiro da CPT (2015)

Na apresentação, logo no primeiro parágrafo, surgem alguns elementos importantes para nossa problemática. Um deles é o perfil de Deus como aquele que atira ao mar “carros e cavalos” e liberta o povo do cativo. Outro elemento é o lugar do canto, o canto enquanto lugar de memória da vitória sobre a opressão. A apresentação segue evocando instrumentos musicais da cultura popular para dar lugar central à música enquanto elemento primordial da mística, a música é, então, o elemento de animação e celebração do povo que luta.

É possível identificar na apresentação do Cancioneiro alguns dos sentidos da mística levantados por Bogo (2002) anteriormente. Primeiramente, e de forma mais explícita, o sentido de animação e de celebração. Mas também é possível identificar um sentido de valorização da cultura tradicional, diversas canções “marcam a história de lutadoras e lutadores do povo”.

As canções que compõem o Cancioneiro da CPT são canções de autores consagrados da música brasileira, canções de autores que compõem movimentos de luta pela terra e cânticos sem autoria definida, sendo esses, provavelmente, canções e hinos da Igreja.

Gráfico 1 – Proporção das autorias musicais do Cancioneiro da CPT



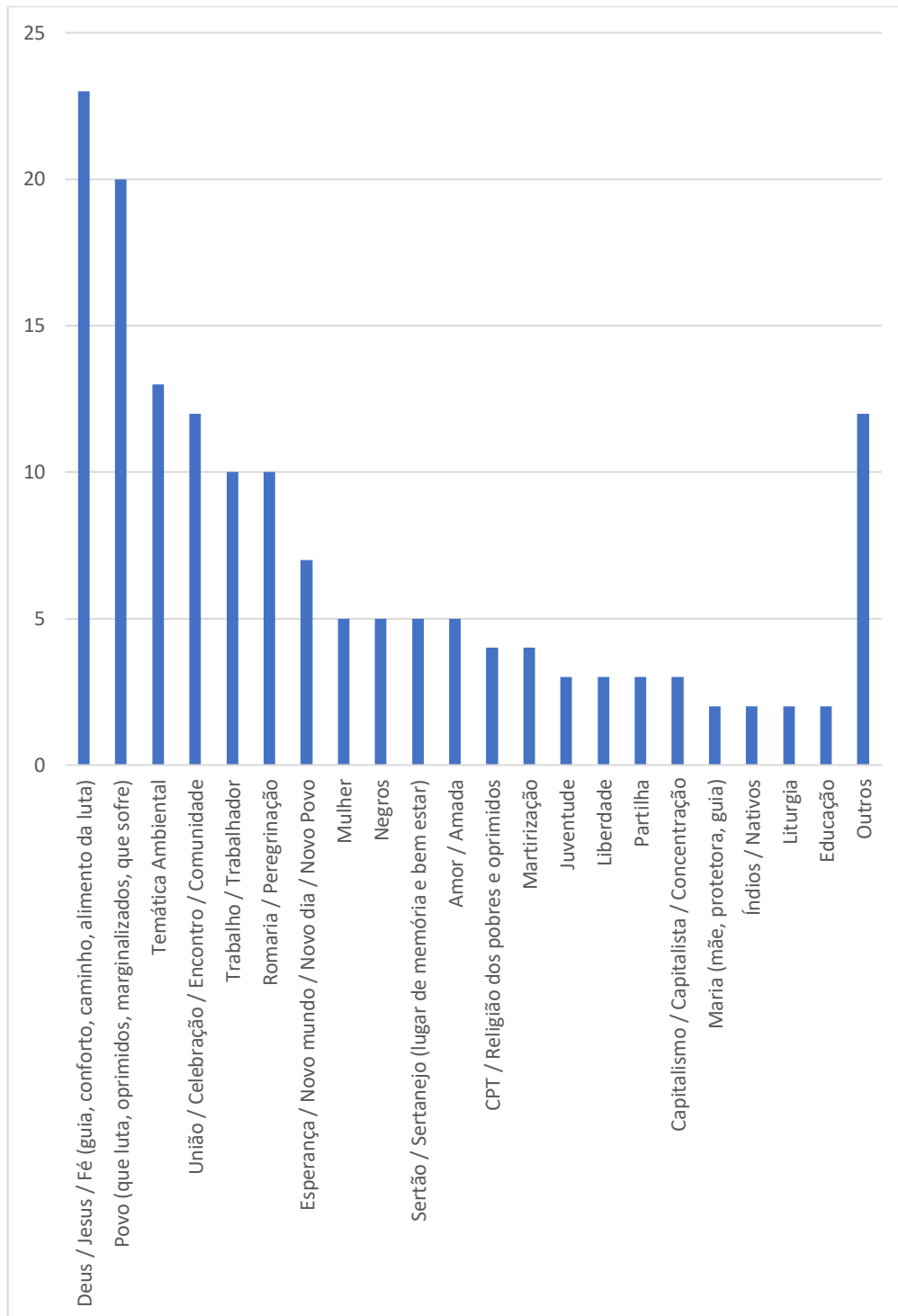
Fonte: Cancioneiro da CPT (2015). Org.: SANTOS, Bruno V.U.

Em relação as autorias das canções no caderno do “Cancioneiro”, é visível a prevalência de autores ligados à luta pela terra. Podemos dizer que isso significa uma perspectiva de valorização dos sujeitos e um espaço para fazer ecoar aquilo que eles têm a dizer, sua capacidade de produção, seus valores, sua cultura, de conectar aquilo que se diz/canta com o que se vive. Podemos observar pelo gráfico que ao juntarmos autores claramente ligados à luta pela terra, a porcentagem de canções sem referências autorais, que provavelmente são escritas por trabalhadores com os quais a CPT tem relações ou canções de domínio público, vamos obter um total de 77% das músicas, número significativo no sentido de a CPT apresentar-se como um espaço onde a voz do trabalhador rural ecoa.

O estilo de músicas predominante no caderno é o que podemos chamar genericamente de música popular, sendo que estas giram em torno de estilos como o baião, o xote, o carimbó, o sertanejo, a MPB, o samba e o forró. Uma das maiores dificuldades em definir os ritmos das canções é o fato de o “Cancioneiro” só ter sua versão escrita e não apresentar uma versão em áudio. Os ritmos que conseguimos mapear aparecem explícitos no título das canções ou são músicas de autoria reconhecida nacionalmente sendo de fácil identificação. Ainda sobre as canções de autoria reconhecida (21 ao todo) que compõe 13% do total de canções do “Cancioneiro” se destacam músicos como Luíz Gonzaga, Milton Nascimento, Chico Buarque, Alceu Valença, Geraldo Azevedo dentre outros. O que nos chama a atenção é que a maior parte dos músicos são nordestinos, com ritmos populares e dançantes.

Para uma análise mais aprofundada do caderno, elaboramos uma planilha com o intuito de organizar as canções por autoria, nome da canção e sua ideia central, relação entre as ideias centrais das canções e sua quantidade, tipo de sujeitos e referências temporais predominantes nas canções, com o objetivo de mapear os elementos que estão presentes e encontrar seus significados para a análise de nossa problemática, sendo esta a busca por compreender o conceito(s)/prática(s) de mística vivenciados/incorporados pelos membros da CPT e propagados por ela socialmente, compreendendo especialmente como a música exerce papel fundamental na construção desse processo.

Gráfico 2 – Temas Recorrentes nas canções do Cancioneiro da CPT



Fonte: Cancioneiro da CPT (2015). Org.: SANTOS, Bruno V.U.

Quanto aos temas mais recorrentes no “Cancioneiro da CPT”, conforme observamos no gráfico, estão: Deus/Jesus/Fé e Povo. Deus como guia, conforto, caminho, alimento da luta - com 23 canções - e Povo como povo que luta, povo oprimido, marginalizado e que sofre - que compõe 20 canções.

Esses elementos são bastante simbólicos para a perspectiva da nossa pesquisa, pois, pensando a concepção da mística como elemento de formação de consciência libertadora histórica e/ou de classe, a perspectiva nas quais essas canções colocam a presença do Divino e do Humano apontam para esse tipo de consciência, já que o Deus que aparece não é qualquer Deus e o homem não é qualquer homem. É o Deus que liberta, guia e conforta e o Povo são os oprimidos, que lutam e que sofrem. Ainda que boa parte das músicas do cancioneiro não explicitem a luta de classes propriamente dita, o que está embutido aqui, na ideia de “povo oprimido” e de um Deus libertador é justamente que, então, existe um “povo opressor” e isso aponta para a ideia de classe.

A seguir, o tema mais recorrente diz respeito ao Meio Ambiente com 13 canções que tratam da temática. A Igreja, a partir dos anos 90 - aonde o mundo passa a discutir com maior fervor os problemas ambientais - passa a incorporar em seus debates o tema ambiental. Um documento base da Igreja que trata de forma clara esta questão é o Compêndio da Doutrina Social da Igreja de 2004. A partir então das discussões da igreja nos anos 90, culminando no documento do início do séc. XXI, fica mais evidente que houve uma inflexão da Igreja à respeito do tema ambiental, onde ela sai de uma posição de um antropocentrismo radical, na qual a natureza está à disposição do homem e passa então a defender uma perspectiva de uma busca por uma relação de equilíbrio entre homem e natureza.

Saltamos para o 5º tema antes de abordarmos o 4º. Essa nova ideia de uma relação entre homem e natureza reforça a perspectiva que aparece de forma mais contundente no 5º tema mais recorrente no Cancioneiro (com 10 canções), o “Trabalho/Trabalhador”, que aponta para uma relação mais harmoniosa entre o homem do campo e a terra, tais como as realizadas pela agricultura familiar orgânica, um trabalho sustentável.

O 4º tema, mais presente nas canções - 12 canções - é a de “União/Celebração/Encontro/Comunidade”. As canções exortam as pessoas a se unirem para celebrar, se organizar e lutar pela “Comum-idade”. Ideia presente na Igreja primitiva e que se perde ao longo do tempo em que a entidade se hierarquiza e acaba por romper com essa perspectiva. Assim, a Teologia da Libertação resgata essa ideia de comunidade como centro da construção da Igreja.

É possível estabelecer uma relação entre “União/Celebração/Encontro/Comunidade” e outros que surgem a seguir, sendo eles “Romaria/Peregrinação” e “Esperança/Novo mundo/Novo dia/Novo Povo” - com 10 e 7 canções respectivamente. Juntando essas temáticas soma-se 29 canções que apontam para uma ideia comum de construção do Mundo

Novo. Essa perspectiva podemos entender como um chamado de união das comunidades rumo ao caminho da construção de um novo mundo, o mundo da comum-idade libertada.

A seguir aparece uma série de temas com 5 canções cada, sendo esses: mulheres, negros, sertão/sertanejo, amor/amada. Esses temas, junto com outros de menor recorrência - Juventude (3 canções) e Índios/Nativos (2 canções) - apontam para a diversidade de identidades de sujeitos que são convocados para a caminhada de transição da opressão à libertação. Remete-nos à memória do povo de Deus do Antigo Testamento, que fizeram a travessia, a caminhada através do deserto rumo à terra prometida.

Os temas seguintes, de ocorrência com 4 canções, sendo esses a “CPT / Religião dos pobres e oprimidos”, a “Martirização”, nos lembram que a construção do caminho para a libertação tem seu preço. Na travessia desse deserto (que parte da CPT, da religião dos oprimidos) alguns podem ficar pelo caminho, porque nessa construção haverá resistência por parte das forças de manutenção da opressão, como o “Capitalismo/Capitalista/Concentração” que se apresenta como um tema do Cancioneiro com 3 canções.

Os outros temas restantes podem ser interpretados como elementos aglutinadores da luta tais como: a ideia de partilha (3 canções), de liberdade (3 canções), a proteção de Maria (2 canções) e a liturgia/eucaristia (2 canções). Esses são elementos que surgem como aqueles que irão garantir a força dos que lutam.

Dentre as canções presentes no Cancioneiro da CPT, há 14 com temas diversos, aonde não foi possível estabelecer uma categoria específica, geralmente canções de animações. No entanto há duas canções que se remetem à questão da Educação do Campo como tema específico. Estas apresentam a Educação do Campo como um direito do povo que vive no meio rural, de camponeses à povos nativos, seringueiros, castanheiros, posseiros, pescadores, etc. No decorrer das análises do Cancioneiro juntamos as canções cujo temas não se repetiam em uma única categoria, “Outros”. As canções tratam de uma variedade de elementos da cultura popular, tais como danças, alimentos, costumes, valores e práticas diversas.

O que podemos notar nessa síntese dos temas em ordem de recorrências é que, aparentemente há um sentido para a formação de uma consciência. Partindo do tema mais recorrente, sendo esse o Deus libertador, a preocupação é de que somente a partir do reconhecimento de Deus como aquele que liberta e que luta pela libertação é pôr em prática a vontade divina, Deus se faz vivo na ação dos sujeitos sofredores. Há então a identificação enquanto sujeito oprimido que identifica em si e no outro àqueles a quem Deus é protetor e à quem a terra prometida é jurada, sendo esse o segundo tema.

Depois, surge a construção de uma nova cosmologia que se propõe a repensar a relação do homem com a natureza - 3º tema - que se relaciona diretamente com o 5º tema que é uma nova forma de trabalhar com a terra em comunhão com os recursos e o trabalho como redentor, aquele no qual não há alienação e quem produz na terra tem direito de usufruir do que nela dá. Os temas a seguir apontam para a metáfora da travessia da condição de escravos e oprimidos para à libertação. Pra isso as pessoas são chamadas a se unirem e peregrinarem juntos rumo à um novo mundo, um novo dia. Um chamamento ao engajamento na luta pela libertação.

Os chamados a serem o novo povo de Deus são aqueles ligados ao meio rural, como: seringueiros, quilombolas, indígenas, mulheres, etc. Ao longo desse processo há a lembrança de que a luta é dura e alguns poderão ficar pelo caminho da travessia, são os mártires da luta pela liberdade. E por fim, há um chamado de valorização dos elementos de homens e mulheres do campo, seus costumes, a importância da educação do campo, etc.

3.1 A Consciência Histórica no Cancioneiro da CPT

Para a análise das canções nos ocuparemos na tentativa de identificar alguns sentidos que podem apontar para um tipo de consciência histórica. Faz-se importante reconhecer novamente que nesta pesquisa nos limitaremos à compreensão das letras do Cancioneiro da CPT e tratando-as enquanto narrativas. Nesse sentido, é importante também destacar a centralidade do conceito de “consciência histórica” da qual foi inspiração para as análises a seguir.

Segundo Rüsen (1992), a aprendizagem que constitui a consciência histórica vem em destaque nas narrativas, ou seja, no ato de contar histórias, pois esta é uma forma coerente de comunicação e porque trata da identidade histórica tanto do comunicador como do receptor. Isso ocorre porque as narrativas são produtos da mente humana e, com seu auxílio, as pessoas envolvem lugar e tempo de uma forma que lhes pareça aceitável (RÜSEN, 1992). Nesse sentido, a narrativa histórica é um “modo específico de sentido sobre a experiência do tempo” e, para a construção desse “sentido”, a narrativa deve estar vinculada à “experiência do tempo de maneira que o passado possa tornar-se presente no quadro cultural de orientação da vida prática contemporânea” (RÜSEN 2010, p. 155). A aprendizagem histórica é “a consciência humana se relacionando com o tempo, experimentando o tempo para ele ter algum significado, adquirindo a competência de dar sentido (significado) ao tempo e desenvolvendo esta competência.” (RÜSEN, 1992, p.155).

Ainda para Rüsen (2010), a consciência histórica é “um pré-requisito para a orientação em uma situação presente que demanda ação”. Isto significa que a consciência histórica funciona como um “modo específico de orientação” nas situações reais da vida presente, tendo como função específica ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente (idem, *ibid.*). Desse ponto de vista, a consciência histórica dá à vida uma “concepção do curso do tempo”, trata do passado como experiência e “revela o tecido da mudança temporal no qual estão amarradas as nossas vidas, bem como as experiências futuras para as quais se dirigem as mudanças” (idem, *ibid.*, p. 29).

Essa concepção molda os valores morais a um “corpo temporal”, transformando esses valores em “totalidades temporais”, isto é, recupera a historicidade dos valores e a possibilidade dos sujeitos problematizarem a si próprios e procurarem respostas nas relações entre passado/presente/futuro. Assim, Rüsen (1992) afirma que a consciência histórica relaciona “ser” (identidade) e “dever” (ação) em uma narrativa significativa que toma os acontecimentos do passado com o objetivo de dar identidade aos sujeitos a partir de suas experiências individuais e coletivas e de tornar inteligível o seu presente, conferindo uma expectativa futura a essa atividade atual.

Portanto, a consciência histórica tem uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica.

Rüsen (1992) destaca ainda que há quatro tipos de consciência histórica: a do tipo tradicional, do tipo exemplar, do tipo crítico e do tipo genética. Na tipologia tradicional:

As tradições são elementos indispensáveis de orientação dentro da vida prática, e sua negação total conduz a um sentimento de desorientação massiva. A consciência histórica funciona em parte para manter vivas essas tradições. Quando a consciência histórica nos provê de tradições, nos faz recordar as origens e a repetição de obrigações, fazendo-o em forma de acontecimentos passados de concretização fática que demonstram o atributo de validade e obrigatoriedade dos valores e dos sistemas de valores. (RÜSEN, 1992, s/p)

O tipo exemplar, muito recorrente no uso da aprendizagem da história, na qual o passado deve servir de exemplo para o presente. “O modelo de significação que corresponde aqui tem a forma de regras atemporais. Nesta concepção a história é vista como uma recordação do passado, como uma mensagem ou lição para o presente” (RÜSEN, 1992, s/p). Nesse sentido, para Rüsen (1992),

Aqui a consciência histórica se refere à experiência do passado na forma de casos que representam e personificam regras gerais de mudança temporal e a conduta humana. O horizonte da experiência temporal se expande de forma significativa neste modo de pensamento histórico. A tradição se move dentro de um marco de referência empírica bastante estreito, mas a memória histórica estruturada em termos de exemplos está aberta para processos em número infinito de acontecimentos passados, desde o momento em que estes não possuem relação com uma ideia abstrata de mudança temporal e de conduta humana, válido para todo o tempo, ou ao menos cuja validade não está limitada a um acontecimento específico.

O tipo crítico, aonde o conceito de uma totalidade temporal abrangente que inclui o passado, o presente e o futuro envolve algo negativo: “a noção de uma ruptura na continuidade ainda operativa da consciência” (RUSËN, 1992, s/p). A história funciona como a ferramenta com a qual se rompe, tal continuidade para que perca seu poder como fonte de orientação no presente. Para Rüsen (1992) então, as narrações deste tipo formulam pontos de vista históricos, demarcando-os, distinguindo-os das orientações históricas sustentadas por outros. Por meio dessas histórias críticas dizemos 'não' às orientações temporais predeterminadas de nossa vida.

E por último a consciência histórica do tipo genética. Para o historiador alemão, “no centro dos procedimentos para dar sentido ao passado encontra-se em si mesmo a mudança. Nesta estrutura, nosso argumento é que ‘os tempos mudam’.” (RÜSEN, 1992, s/p). Nesse sentido, aqui a mudança é a essência e o que dá à história seu sentido.

Neste modelo a memória histórica prefere representar a experiência da realidade passada como acontecimentos mutáveis, nos quais as formas de vida e de cultura distantes evoluem em configurações "modernas" mais positivas. (RÜSEN, 1992, s/p)

Com a devida referência estabelecida, buscamos elaborar um instrumento de análise das canções (suas narrativas mais especificamente) que nos ajudasse a responder determinadas perguntas. Partimos então da perspectiva da “Educação Histórica”, na qual se orientam as questões do instrumento de análise das músicas do Cancioneiro. A opção por esta área de investigação revela a preocupação que pesquisadores têm tido na busca de respostas sobre como se dá a construção do pensamento histórico e a formação da consciência histórica. Para Maria Auxiliadora Schmidt, renomada pesquisadora da área:

A perspectiva da Educação Histórica parte do entendimento de que história é uma ciência particular, que não se limita a considerar a existência de uma só explicação ou narrativa sobre o passado, mas, pelo contrário, possui uma natureza multiperspectivada. Isto, contudo, não significa aceitar o relativismo de todas as explicações sobre o passado e o presente, mas entender que existe uma objetividade da História. Assim, ela precisa ser conhecida e interpretada, tendo como base as evidências do passado, incluindo aquelas que foram construídas pelos que vivem as lutas do presente... Baseando-se no realismo crítico, a Educação Histórica entende

que há uma utilidade e um sentido social no conhecimento histórico, por exemplo, para a formação da consciência histórica. (SCHMIDT, 2009, P. 12).

Nesse sentido, as análises das canções buscam responder algumas questões que foram pensadas como instrumento para tal, como:

- 1 - Tema da música e a mensagem nuclear – como se articulam a ideia central e as secundárias?
- 2 - Quem são os sujeitos apresentados na canção? Como são apresentados? Qual a importância que a canção confere aos Sujeitos históricos? Quais seriam as motivações dos sujeitos históricos para agirem?
- 3 - Quais são os marcadores temporais usados na canção? Há uma forte presença de mediações do presente como elementos estruturantes nas narrativas? Como se organiza a relação presente/passado/futuro?
- 4 - Partindo da relação do tema no tempo é possível dizer quais são os elementos de consciência histórica que a canção enseja?
- 5 - Há na canção elementos que ajudam da construir compreensão de permanência/mudança e identidade?
- 6 - Há ideias implícitas nas canções? Quais são as funções de tais ideias?
- 7 - Que tipo de elementos causais (agentes, motivos, estruturas sócio-políticas, etc.) as canções incluem quando explicam a ocorrência de um fato histórico?

Ainda para as devidas análises, selecionamos algumas das canções separadas em temas dos quais foram anteriormente apontados sendo eles: Uma nova Consciência de Deus: Deus é libertador; Quem é o povo de Deus? O povo oprimido; A construção de uma nova cosmologia: uma nova consciência ambiental; A consciência de uma nova sociedade: a Comum-idade; Uma nova consciência e construção do trabalho/trabalhador; Uma nova consciência e engajamento na luta pela libertação; A consciência dos percalços da luta; A consciência do que fortalece o povo de Deus na luta e A valorização da Educação e da cultura no campo.

3.1.1 Uma nova Consciência de Deus: Deus é libertador

As canções selecionadas trazem conceitos centrais para a ideia de Deus / Jesus / Fé (guia, conforto, caminho, alimento da luta) e que se fazem na luta daqueles que buscam o direito à terra. Na canção de Manoel Machado “Canção de Maria” surgem elementos como: “Deus libertador”, “[...] Deus meu salvador”, “[...] Ele se lembrou do seu povo oprimido”,

“[...] , levanta os humilhados, arrasa os opressores, os ricos e malvados.”, “Deus da libertação” entre outros. No entanto, o sentido ali que expressa a visão de Deus poderia ser resumida em uma frase da canção: “Assim é o Deus que marcha na história”. Aparece aqui então a imagem do Deus vivo, que se personaliza na luta do povo oprimido.

A canção de Frei Zeca reforça ainda a imagem de que o Deus que a CPT clama é o dos oprimidos e sofredores, é esse Deus quem “alimenta nossos sonhos”. A consciência aqui se trata da imagem de Deus como aquele que está com os pobres e sofredores. São para essas pessoas que a CPT se dirige em suas atuações e seria esse Deus então quem livraria os povos das misérias. Novamente esse entendimento nos remete à Fernandes (2016) para quem a mística cristã surge enquanto experiência do mistério de Cristo no hoje da história. E esse mistério de Cristo se prolonga na vida dos pobres e sofredores.

Foto 6 – Canção de Maria

34 - CANÇÃO DE MARIA

(Manoel Machado)

Virá o dia em que todos,/ ao levantar a vista,/ veremos nesta terra/ reinar a liberdade. (bis)

1. Minh'alma engrandece ao Deus libertador,/ se alegra meu espírito em Deus meu Salvador./ Pois Ele se lembrou do seu povo oprimido/ e fez de sua serva a mãe dos esquecidos.

2. Imenso é seu amor, sem fim sua bondade/ pra todos que na terra lhe seguem na humildade./ Bem forte é nosso Deus, levanta o seu braço,/ espalha os soberbos, destrói todos os males.

3. Derruba os poderosos dos seus tronos erguidos,/ com sangue e o suor do seu povo oprimido./ E farta os famintos, levanta os humilhados,/ arrasa os opressores, os ricos e os malvados.

Cancioneiro da CPT 27

4. Protege o seu povo com todo o carinho./ Fiel é seu amor em todo o caminho./ Assim é o Deus que marcha na história,/ bem junto do seu povo em busca da vitória.

5. Louvemos nosso Pai, Deus da libertação,/ que acaba com a injustiça, miséria e opressão./ Louvemos nos irmãos, que lutam com valia,/ fermentando a história, pra vir o grande dia.

A canção de Manoel Machado faz clara referência à A Oração de Maria (*Magnificat* – Lc 1,39-56). O tema é a construção de um mundo libertado. Essa ideia é construída a partir da ideia do “Deus libertador” (Minh’alma engrandece ao Deus libertador), ideia essa que é central à toda prática da Teologia da Libertação que fundamenta as práticas da CPT e de todas as pastorais libertárias da Igreja Católica. Essa ideia articula à ação e o perfil de Deus como libertador (Ele lembrou do seu povo oprimido...; Levanta seu braço, espalha os soberbos...; Derruba os poderosos...; levanta os humilhados...; arrasa os opressores... farta os famintos...; etc.). Esse perfil de Deus como libertador mobiliza os fiéis para luta, pois realizar a vontade de Deus é lutar contra a opressão (Assim é o Deus que marcha na história,/ bem junto do seu povo em busca da vitória.). Se olharmos para a atuação da CPT e de outras pastorais ao longo da história destas, essa premissa é fundamental para suas práticas, no sentido da construção de diversos movimentos sociais que atuaram no processo de luta contra a ditadura civil-militar no Brasil por exemplo.

Os sujeitos presentes aqui são tanto os oprimidos (os esquecidos, os famintos, os humilhados, etc.), como os opressores (ricos e malvados, poderosos, soberbos que erguem seus tronos com sangue e suor dos oprimidos) além do próprio Deus (Que caminha na história, libertador, forte, que usa sua força a favor dos oprimidos). O cantor também se faz presente, na perspectiva de que quem canta a canção se faz sujeito no processo. Os pronomes pessoais utilizados são a 1ª no singular (Minh’alma) e no plural (Bem forte é nosso Deus; Louvemos nosso pai, etc.) e a 3ª pessoa no plural (os poderosos, os ricos, os soberbos, etc.). Os sujeitos são elementos centrais na narrativa pois, quem realiza a história são os homens e mulheres acompanhados da presença divina e a fé e o desejo de libertação são as motivações que movem esses sujeitos.

Os verbos utilizados no refrão da Canção de Maria apontam para o futuro (Virá o dia..., veremos...), nas estrofes temos mais o presente e o passado (Minh’alma engrandece..., se alegra..., Ele se lembrou do seu povo...). Nas 2ª, 3ª e 4ª estrofes as ações se detém no presente (seguem, levanta, espalha, destrói, derruba, farta, arrasa, etc) e apontam para as ações de Deus e na 5ª e última estrofe a temporalidade se detém no presente porém as ações destacadas são as ações humanas (os irmãos que lutam fermentando a história, pra vir o grande dia), o verbo no gerúndio indica processo, uma ação em andamento que culmina no futuro esperado, a ideia de “vir o grande dia”, que retorna para o futuro. Há uma forte presença de mediações do presente como elementos estruturantes nas narrativas? O tempo das

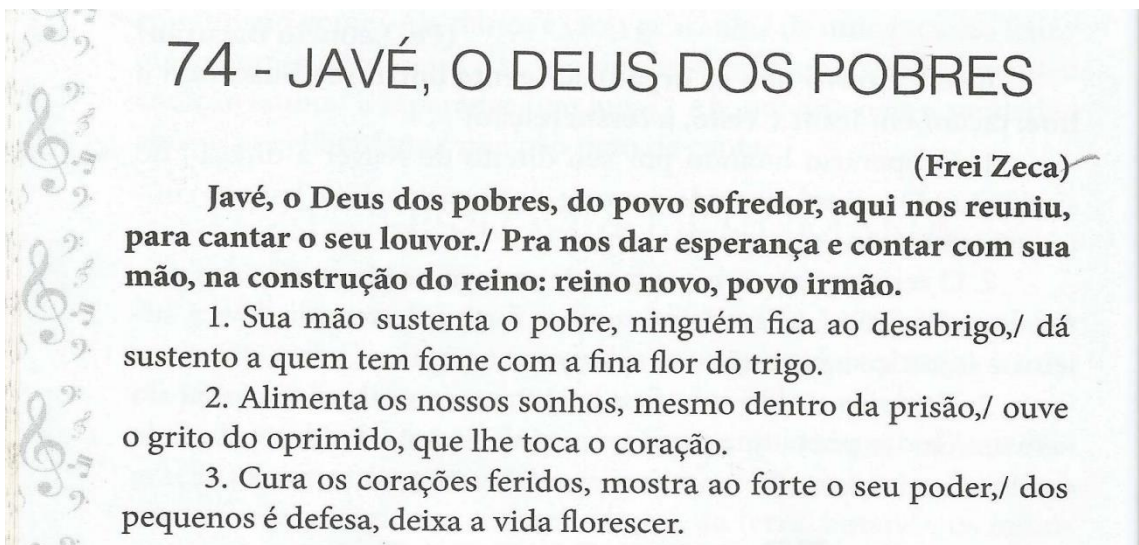
ações dos sujeitos está no presente, o passado entra como memória que garante essas ações e constroem uma perspectiva de futuro que é um mundo libertado.

Das tipologias da consciência histórica apontadas por Rüsen (1992), é possível identificar o tipo genético presente nas ações humanas que apresentam elementos de contraposição da ideia de um futuro libertado a ser construído. Os homens querem romper com uma sociedade opressora em que “veremos nesta terra reinar a liberdade”.

Sobre elementos que apontam para uma noção de mudança ou permanência, o que permanece na canção é uma visão de Deus como atemporal e a luta pela libertação que ainda não se concretizou. A mudança se encontra na perspectiva de ver a terra libertada da opressão em um dado dia.

Podemos identificar como fato histórico apontado na canção o reconhecimento da divisão da sociedade em classes: opressores e oprimidos, pois o trono dos poderosos foram erguidos com sangue e suor do povo oprimido, ou seja, a usurpação do sangue e suor dos oprimidos para a manutenção de seus poderes.

Foto 7 – Javé, o Deus dos pobres



74 - JAVÉ, O DEUS DOS POBRES

(Frei Zeca)

**Javé, o Deus dos pobres, do povo sofredor, aqui nos reuniu,
para cantar o seu louvor./ Pra nos dar esperança e contar com sua
mão, na construção do reino: reino novo, povo irmão.**

1. Sua mão sustenta o pobre, ninguém fica ao desabrigo,/ dá sustento a quem tem fome com a fina flor do trigo.
2. Alimenta os nossos sonhos, mesmo dentro da prisão,/ ouve o grito do oprimido, que lhe toca o coração.
3. Cura os corações feridos, mostra ao forte o seu poder,/ dos pequenos é defesa, deixa a vida florescer.

Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 48)

O tema aqui são as ações de Javé e como ele age com os pobres. Na canção de Frei Zeca novamente os sujeitos que aparecem reforçam a existência de um Deus que está vivo na história e ao lado dos sofredores (Javé, o Deus dos pobres, do povo sofredor...). É esse Deus que, no repetir do refrão, reúne o povo oprimido e dá esperança, que lhes chama a segurar sua mão para a “construção do reino: reino novo, povo irmão.”. É ainda no refrão que há a intenção de lembrar que quem faz a luta são homens e mulheres no cotidiano, sendo Deus

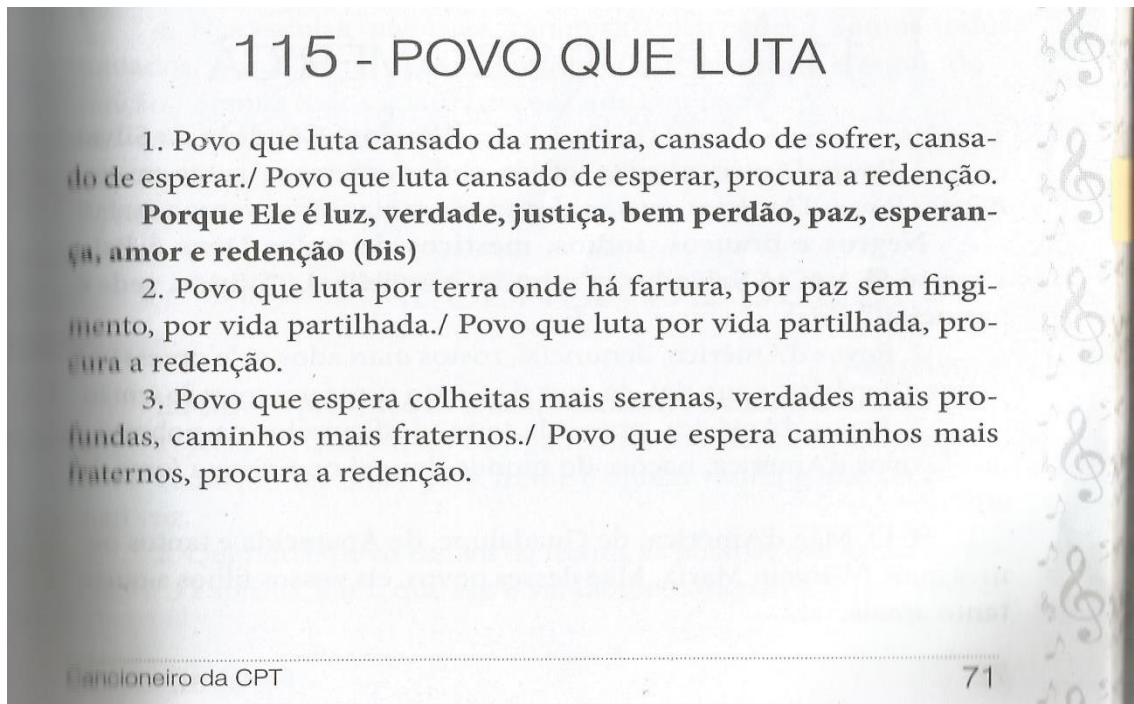
então a “mão” que os sujeitos podem contar “na construção do reino...”. A temporalidade da canção se detém no presente, pois “aqui nos reuniu para cantar o seu louvor” e as ações do Deus libertador se fazem no presente. No entanto, um marcador temporal está implícito ao utilizar o nome Javé para designar Deus. Javé era como os hebreus da antiguidade se referiam ao Deus que libertou o povo de Israel do Egito, o que nos remete ao passado. O pronome pessoal em toda a canção é na 3ª pessoa do singular, o que aponta para as ações de Deus (Sua mão...; Alimenta os nossos...; Cura as feridas...), e este como sujeito central da canção.

Na canção de Frei Zeca podemos identificar, do ponto de vistas das tipologias de Rüsen (ano), a consciência do tipo tradicional, pois eles partem de Javé, referência ao Deus do Antigo Testamento dos povos hebreus da antiguidade, contudo, a canção se detém para as ações divinas no presente. Podemos assim dizer que há uma ideia de continuidade nas intenções de Deus, pois ao nomeá-lo Javé, o autor remete à um Deus que já estava nas ações dos antepassados e continua vivo no dado momento em que a canção é cantada.

3.1.2 Quem é o povo de Deus? O povo oprimido

Quanto a temática Povo no Cancioneiro, destacamos algumas músicas que exemplificam a ideia de povo que luta, oprimido, aqueles que são marginalizados e que sofrem. Aqui, mais uma vez, o imaginário proposto nas canções é de povo, mas não qualquer povo, e sim o povo que luta e sofre, mas se ergue e se alimenta na força da divindade. Homens e mulheres lutam historicamente pela terra, os conflitos não se resolveram e quem luta hoje resgata a memória daqueles que lutaram antes. Nas canções selecionadas buscamos nos ater a quem são esses sujeitos, nos quais a CPT busca reconhecer como os povos sofredores que devem se identificar com a imagem de Deus anteriormente apontada. São os negros, as mulheres, povos indígenas e demais povos que vivem às margens das sociedades capitalistas ocidentais. Esses temas contidos nas canções do Cancioneiro revelam uma preocupação que a CPT tem com diversos grupos sociais dos quais a Pastoral chama para compor a luta pela transformação da sociedade, ou ainda, para fazer a travessia do deserto que outrora o povo oprimido de Deus fez.

Foto 8 – Povo que luta



Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 71)

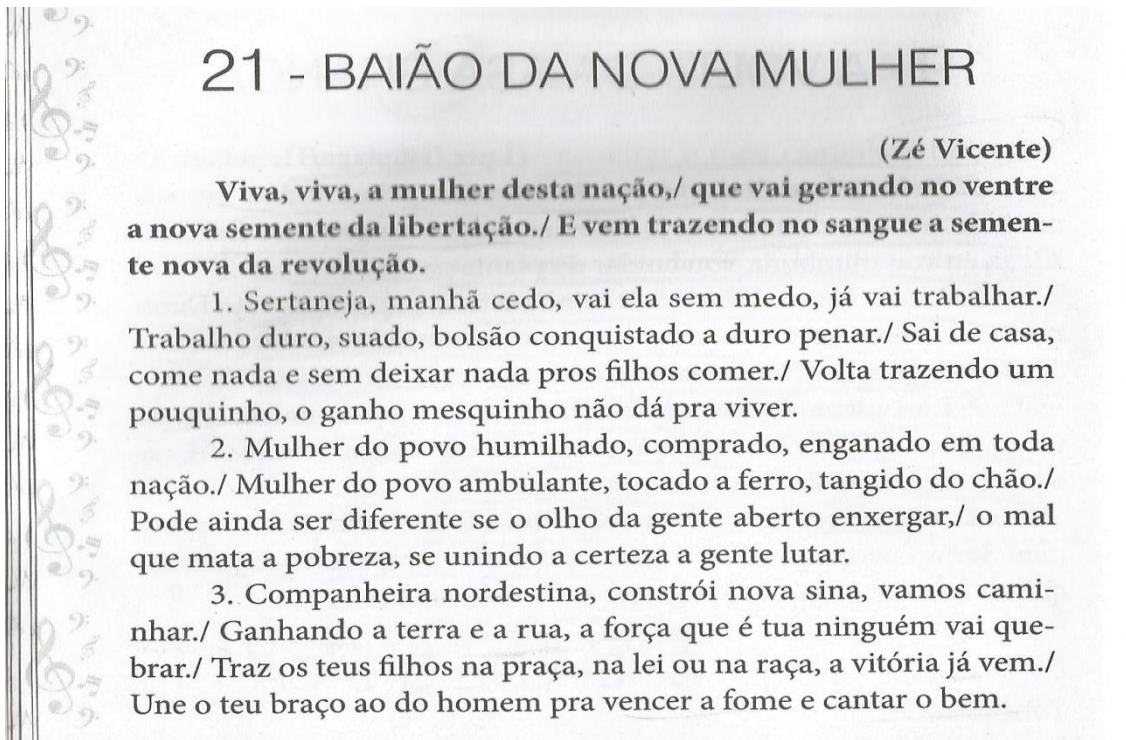
Na canção “Povo que luta”, cuja autoria não é definida no Cancioneiro da CPT, há uma clara referência de quem é o povo do Deus libertador para a CPT e porquê e por quem luta esse povo. É o “povo que luta cansado da mentira, cansado de sofrer, [...] de esperar”, que luta por terra e por redenção. E assim o fazem por crer no Deus que é luz, verdade, justiça, esperança, etc. Ao final de cada estrofe a procura da redenção é posta como objetivo principal que justifica as dificuldades que passam os que lutam, e é no refrão que se diz que “Ele” é, além de outros adjetivos, a própria redenção. É possível dizer que há na canção uma forte tentativa de criar uma identidade daqueles que passam pelas dificuldades que são apontadas.

A temporalidade da canção está no presente visto que as ações que surgem na mesma estão no agora (Ele é luz...). Na primeira e na segunda estrofes a ação (verbo) que se incide é a do “povo que luta...” no presente, já na 3ª e última estrofe o verbo é “espera” como aqueles que almejam algo. Logo, a canção traz um sentido do qual quem luta almeja algo, no caso, aqueles que lutam, esperam “... colheitas mais serenas, verdades mais profundas, caminhos mais fraternos...”.

Sobre a consciência histórica que trabalha a canção, podemos identificar a consciência do tipo genética, pois a mudança é o elemento que guia as ações no tempo, haja vista que a canção demonstra uma espécie de cansaço da situação vivida no presente e direciona para uma vontade de mudança guiada pela redenção (Povo que luta cansado de esperar, procura a

redenção; Povo que luta por vida partilhada, procura a redenção; Povo que espera caminhos mais fraternos, procura a redenção).

Foto 9 – Baião da nova mulher



21 - BAIÃO DA NOVA MULHER

(Zé Vicente)

Viva, viva, a mulher desta nação,/ que vai gerando no ventre a nova semente da libertação./ E vem trazendo no sangue a semente nova da revolução.

1. Sertaneja, manhã cedo, vai ela sem medo, já vai trabalhar./ Trabalho duro, suado, bolsão conquistado a duro penar./ Sai de casa, come nada e sem deixar nada pros filhos comer./ Volta trazendo um pouquinho, o ganho mesquinho não dá pra viver.

2. Mulher do povo humilhado, comprado, enganado em toda nação./ Mulher do povo ambulante, tocado a ferro, tangido do chão./ Pode ainda ser diferente se o olho da gente aberto enxergar,/ o mal que mata a pobreza, se unindo a certeza a gente lutar.

3. Companheira nordestina, constrói nova sina, vamos caminhar./ Ganhando a terra e a rua, a força que é tua ninguém vai quebrar./ Traz os teus filhos na praça, na lei ou na raça, a vitória já vem./ Une o teu braço ao do homem pra vencer a fome e cantar o bem.

Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 20)

Afunilando o estudo sobre quem a CPT apresenta como o povo de Deus, encontramos no decorrer das análises do Cancioneiro a figura da mulher. O tema é a participação das mulheres nas lutas pela transformação social. Em “Baião da Nova Mulher”, Zé Vicente retrata a importância da mulher na luta dos povos oprimidos. O autor reforça ainda o imaginário de que não é qualquer mulher, mas a sertaneja que sem medo acorda cedo e vai trabalhar, a mulher do povo humilhado, povo ambulante, a mulher nordestina, etc. E é no refrão que Zé Vicente traz a referência de Maria em um duplo sentido, pois é aquela que “gera no ventre a nova semente da libertação”, sendo aqui a ideia que são elas que geram os que futuramente irão continuar lutando, assim como Maria gerou a maior inspiração para aqueles que hoje lutam, Jesus.

A canção tem como sentido geral demonstrar a força da mulher sertaneja, trabalhadora, que mesmo diante de toda dificuldade e pobreza, levanta cedo e vai à luta em busca daquilo que lhe for possível para o sofrido dia trabalhado quando “volta trazendo um pouquinho, o ganho mesquinho não dá pra viver”. Posteriormente, o autor faz um chamado à necessidade de união entre mulheres e homens para superar as dificuldades dos oprimidos.

Algo que nos chamou atenção no decorrer das análises foi o fato de que as canções que trazem as mulheres como sujeitos centrais são todas escritas por homens. Este fato nos remete ao marcador temporal, o qual utilizamos como análise categórica, pois a opressão exercida sobre as mulheres existe em grande parte da história da humanidade e desde sempre a História é narrada majoritariamente por vozes masculinas. Articulando com o presente, a luta e resistência acerca da opressão de gênero sofrida pelas mulheres pode ser observada em diferentes períodos históricos e vem ganhando cada vez mais força no decorrer das últimas décadas, podemos citar como exemplos de conquistas da luta feminista as leis Maria da Penha (Lei 11340/06) e do Feminicídio (Lei 13104/15).

A inserção do referido tema por parte da CPT em seu corpo de canções cantadas nos 40 anos da entidade mostra uma preocupação crescente deste, não questiona diretamente a opressão sofrida historicamente pelas mulheres, fruto da desigualdade de gênero reproduzida secularmente, mas traz a reflexão frente a uma possível unidade de força na luta contra a exploração da classe trabalhadora (Companheira nordestina. Constrói nova sina. Vamos caminhar). Esses elementos nos ajudam a compreender a necessidade de mudança para as mulheres/sertanejas, remetendo àquelas que tenham contato com a canção, a identidade enquanto mulher trabalhadora e de luta.

No entanto, ainda há a necessidade de avançar em relação ao espaço em que as mulheres ocupam como protagonistas de sua própria história de luta, como as que contam e cantam suas vitórias e derrotas, elevando assim sua consciência. Jörn Rüsen (1992, s/p), ao discorrer sobre as tipologias da consciência histórica, afirma que as recentes discussões acerca do feminismo recorrem constantemente a uma consciência do tipo crítico, sendo que “as narrações deste tipo formulam pontos de vista históricos, demarcando-os, distinguindo-os das orientações históricas sustentadas por outros” acabando por romper com uma noção de continuidade temporal,

Por exemplo, as feministas modernas criticam o princípio da universalidade moral. Alegam que isso nos leva a considerar a natureza do "outro" nas relações sociais a favor de uma universalização abstrata dos valores como condição suficiente de sua moralidade. Afirmando que tal "universalização" é completamente parcial e ideológica, servindo para estabelecer a regra do homem como uma norma humana geral, e que faz caso omissivo da singularidade através do gênero do homem e da mulher como condição necessária da humanidade.

Assim, a canção em si pode representar esse tipo de consciência considerando que o tema da canção é uma ruptura com um tipo de consciência tradicionalmente hegemônico que vincula as ações humanas rumo a transformação a ações exclusivamente de homens. Nesse

viés podemos ressaltar a importância da visibilidade e narrativa da mulher enquanto ser que “vai gerando no ventre a nova semente da libertação”, mas que também está inserida na luta de classes enquanto trabalhadora, “Mulher do povo, humilhado e comprado, enganado em toda a nação”, povo condicionado a pobreza que luta e resiste na terra e nas ruas.

Há ainda na canção uma perspectiva de mudança no sentido de chamada para a união de homens e mulheres na transformação da sociedade (Une o teu braço ao do homem para vencer a fome e cantar o bem.), assim como cria-se uma identidade que faz que as mulheres que compartilham das situações de opressão contidas na canção se reconheçam como oprimidas e se juntem na luta pela transformação.

Foto 10 – A de Ó

3 - A de Ó

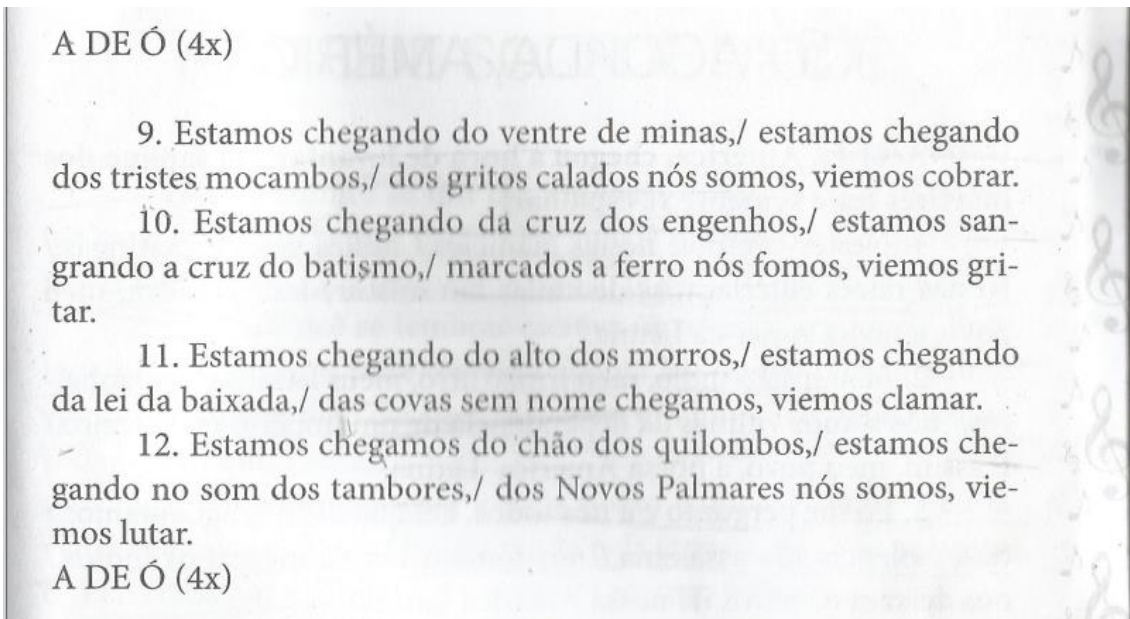
(Milton Nascimento)

1. Estamos chegando do fundo da terra,/ estamos chegando do ventre da noite,/ da carne do acoite./ Nós somos, viemos lembrar.
2. Estamos chegando da morte dos mares,/ estamos chegando dos turvos porões,/ herdeiros dos banzos, nós somos, viemos chorar.
3. Estamos chegando dos pretos rosários,/ estamos chegando dos nossos terreiros, dos santos malditos nós somos, viemos rezar.
4. Estamos chegando do chão da oficina,/ estamos chegando do som e das formas,/ da arte negada que somos, viemos criar.
5. Estamos chegando do fundo do medo,/ estamos chegando das surdas correntes,/ um longo lamento nós somos, viemos louvar.

A DE Ó (4x)

6. Estamos chegando dos rios fogões,/ estamos chegando dos pobres bordéis,/ da carne vendida que somos, viemos amar.
7. Estamos chegando das velhas senzalas,/ estamos chegando das novas favelas,/ das margens do mundo nós somos, viemos dançar.
8. Estamos chegando dos grandes estádios,/ estamos chegando da escola de samba,/ sambando a revolta chegamos, viemos gingar.

10 Cancioneiro da CPT



Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 10/11)

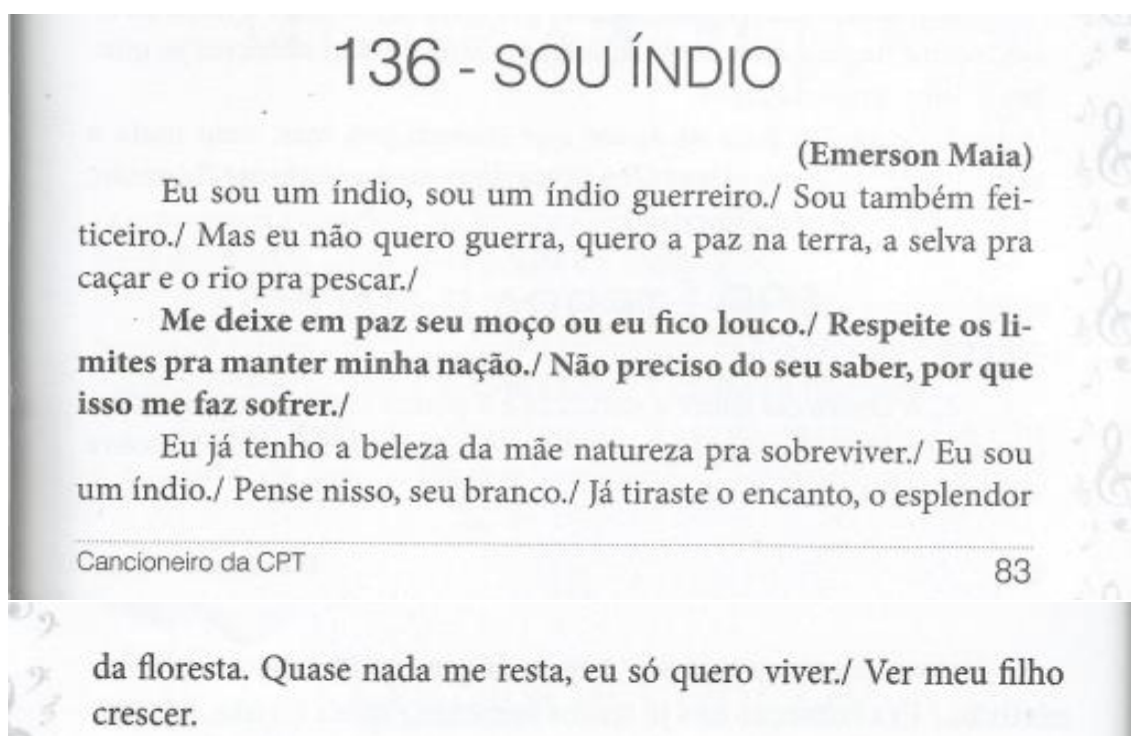
Em “A de Ó”, Milton Nascimento revela a trajetória dos negros na penosa luta pela libertação. De onde vêm e para o que vem. Milton Nascimento traça uma direção em sua canção que aponta qual o lugar histórico reservado aos povos negros na História do Brasil, mas que se propõem a ocupar os espaços de luta, resistência e visibilidade na sociedade brasileira. O verbo no gerúndio “chegando”, repetido várias vezes em todas as estrofes, aponta ações no presente, transmitindo, assim, uma noção de duração e continuidade da ação, e ao final de cada estrofe os verbos apontam para ações que lhes eram negadas em tempos de escravidão mas que agora eles o farão, como forma de resistência e afirmação de sua dignidade. Esse sentido de ação nos remete, de forma geral, novamente à consciência histórica, que é apontada por Rüsen (1992) como uma ferramenta de orientação no tempo, resgatando a memória do passado para que seja possível agir no presente, visando uma perspectiva de um futuro diferente.

Os sujeitos que aparecem de forma explícita, são os negros escravizados no passado e diversos elementos característicos de sua vivência são elucidados no decorrer da canção pelos substantivos: açoite, porões, banzos, terreiros, correntes, senzalas, favelas, samba, minas, mocambos, engenhos, morros, covas, quilombos, tambores. A identificação dos sujeitos está diretamente ligada ao espaço ocupado pelos mesmos (Estamos chegando do fundo da terra...; Estamos chegando da morte dos mares...; Estamos chegando das velhas senzalas...; Estamos chegando do ventre das minas...; ... da cruz dos engenhos...; ... do chão dos Quilombos...; etc), o que aponta para a condição histórica de escravidão dos negros no Brasil.

Há, uma forte identificação entre os sujeitos descritos na canção e o autor da mesma. Este fato se mostra quando o autor utiliza em toda a canção a 1ª pessoa do plural (Nós somos, viemos), identificando a si mesmo e aos outros como “nós”, ou seja, sujeitos que compõem um mesmo grupo social historicamente oprimido. Como elementos causais postos na música surge a primeira vista um desejo de redenção de sua condição histórica de escravidão, dor e sofrimento que serão substituídos por ações de alegria, fé e união, representadas pelos verbos: chorar, rezar, criar, louvar, amar, dançar, gingar, cobrar, gritar, clamar, lutar. A sequência desses verbos revela uma consciência de trajetória no tempo e do lugar ocupado por essas pessoas.

Surge ainda na canção uma forte noção de ruptura temporal, servindo a memória histórica como exemplo do que não queremos/podemos mais ser/viver. Assim, dizemos que a consciência histórica que a canção enseja é a do tipo crítico haja vista que, de acordo com Rüsen (1992, s/p), “em relação a nós e a nossa própria identidade histórica, tais histórias críticas expressam uma negatividade; o que não queremos ser.”.

Foto 11 – Sou índio



Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 83/84)

Emerson Maia destaca em sua canção, entre os sujeitos na luta pela libertação, os povos indígenas, nativos da América. Estes reforçam o direcionamento que a CPT tem em

relação à defesa dos povos tradicionais e à manutenção dos seus modos identitários de vida. A ideia central, destacada no refrão é sobre a importância da autonomia e da soberania dos povos indígenas, sendo eles dignos de escolher suas próprias formas de vida, por muitas vezes ferida pelos “brancos” que impõem a eles práticas cotidianas distanciadas de suas origens ancestrais. Sendo exigido a este branco que “Respeite os limites para manter minha nação”. Os limites invocados vão além do território e passam também por questões etnoculturais como a educação e saberes, que do ponto de vista desses povos, a negação de suas tradições os fazem sofrer (Não preciso do seu saber, porque isso me faz sofrer...).

A canção detém em todas as estrofes a 1ª pessoa do singular, ou seja, o narrador se coloca enquanto protagonista na canção, na pessoa do indígena que canta sua própria resistência e permanência. Além do próprio narrador da canção, surge como sujeito o homem branco (Pense nisso, seu branco.), receptor da narrativa e opositor ao modo de vida dos povos nativos.

As estrofes que antecedem e sucedem o refrão explicitam que o índio quer apenas viver sua soberania e liberdade, já que viveram/vivem historicamente em comunhão com a natureza e esta produz o suficiente a eles. Podemos dizer que há na canção de Emerson Maia uma crítica implícita sobre o discurso de superação do modo de vida dessas populações em nome do progresso, como se esse modo de existência representasse o atraso e que sem a “ajuda” dos brancos essas sociedades não se desenvolveriam por si mesmas. Esse discurso se mantém sob a égide da dominação e do colonialismo que justificou e ainda justifica a dominação de alguns povos sobre outros.

Há na narrativa do cantor um entendimento de um tipo de consciência histórica tradicional, visto que, para Rüsen (1992, s/p):

Quando a consciência histórica nos provê de tradições, nos faz recordar as origens e a repetição de obrigações, fazendo-o em forma de acontecimentos passados de concretização fática que demonstram o atributo de validade e obrigatoriedade dos valores e dos sistemas de valores. (RÜSEN, 1992, s/p)

Portanto, Rüsen (1992) reafirma que “as tradições são elementos indispensáveis de orientação dentro da vida prática, e sua negação total conduz a um sentimento de desorientação massiva.”. Assim, a consciência histórica funciona em parte para manter vivas essas tradições.

3.1.3 A construção de uma nova cosmologia: uma nova consciência ambiental

Como visto anteriormente, a preocupação com a questão ambiental por parte da Igreja Católica é recente, sendo que esse tema surge com mais contundência no final do século passado e início do XXI. O historiador José Oscar Beozzo (2011) ao falar da encíclica *mater et magistra* aponta que um dos problemas do documento foi não considerar a temática ambiental como elemento merecedor de atenção à época, o Papa João XXIII ponderava que o avanço científico e tecnológico trataria de resolver a questão do meio ambiente. A atual preocupação ambiental também fica latente na tentativa de introduzir o conceito do “Bem Viver”, já mencionado anteriormente neste estudo, presente nas formações que a CPT oferece ao seu corpo militante.

Atualmente, a questão ambiental vem recebendo cada vez mais centralidade em diversos debates de órgãos internacionais e ONGs ambientalistas, além de estudos científicos desenvolvidos em universidades por todo o mundo. Em contrapartida, uma série de pesquisas de cunho negacionistas são produzidas questionando a veracidade dos reais impactos do desmatamento e aquecimento global, culminando na saída de importantes países da economia global em acordos e tratados internacionais que visam controlar o problema - como os E.U.A. de Donald Trump, e o Brasil, conforme anunciado pelo presidente eleito em 2018 durante sua campanha eleitoral, Jair Bolsonaro - influenciados por essas pesquisas e interesses escusos do grande capital.

Cabe ainda retomar que as canções seguem uma lógica na quantidade de temas que aponta para uma nova forma de relação com a natureza, pois no mundo que se quer criar homem e natureza não são opostos, a natureza não deve ser tratada com um entrave ao progresso, pelo contrário, seres humanos e natureza são criações unas que devem viver em harmonia.

Foto 12 – Devoção à Amazônia

53 - DEVOÇÃO À AMAZÔNIA

(Zé Pinto)

Ô, Amazônia, cuidado com o pé do boi. Chico já disse, ninguém mais se esqueceu./ O latifúndio traz miséria, acaba a mata, incendia, desacata, milenares filhos teus. (bis)

1. Se expulsar o seringueiro meu amigo, pense comigo, a seringueira vai chorar./ É sua escora, é companheira, é sua amiga e ela percebe que ele saber preservar.

2. Muita tristeza no tombo da castanheira. Pro castanheiro é quase morrer de dor./ Ver destruída sua eterna companheira, por um projeto que ele não testemunhou.

Cancioneiro da CPT

37

3. E como fica onça pintada, arara azul, paca, cutia, periquito, porco-espinho./ O jacaré, traíra, boto e lambari. Pedem socorro com seu choro jacamin.

4. Chega de longe uma falsa ecologia, mas essa fria seu projeto já mostrou./ Imperialismo tá escrito na cabeça, não tem magia quem não conhece o amor.

5. Levanta o índio junto aos outros companheiros, vamos ligeiros contra a força desse mal./ Fazer corrente em toda América Latina, a causa é nobre, a luta é internacional.

Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 37/38)

Em “Devoção à Amazônia” o compositor Zé Pinto revela a preocupação com o meio ambiente que tem no latifúndio seu maior algoz. Logo no início da canção o refrão destaca como ideia norteadora o risco da expansão pecuária e o desmatamento desmedido para a preservação da Amazônia e para os “milenares filhos teus” quando alerta sobre o “cuidado com o pé do boi”, “Chico já disse, ninguém mais esqueceu”. Zé Pinto refere-se a figura de Chico Mendes, seringueiro, ativista político e ambientalista brasileiro, assassinado em emboscada no ano de 1988, no Acre.

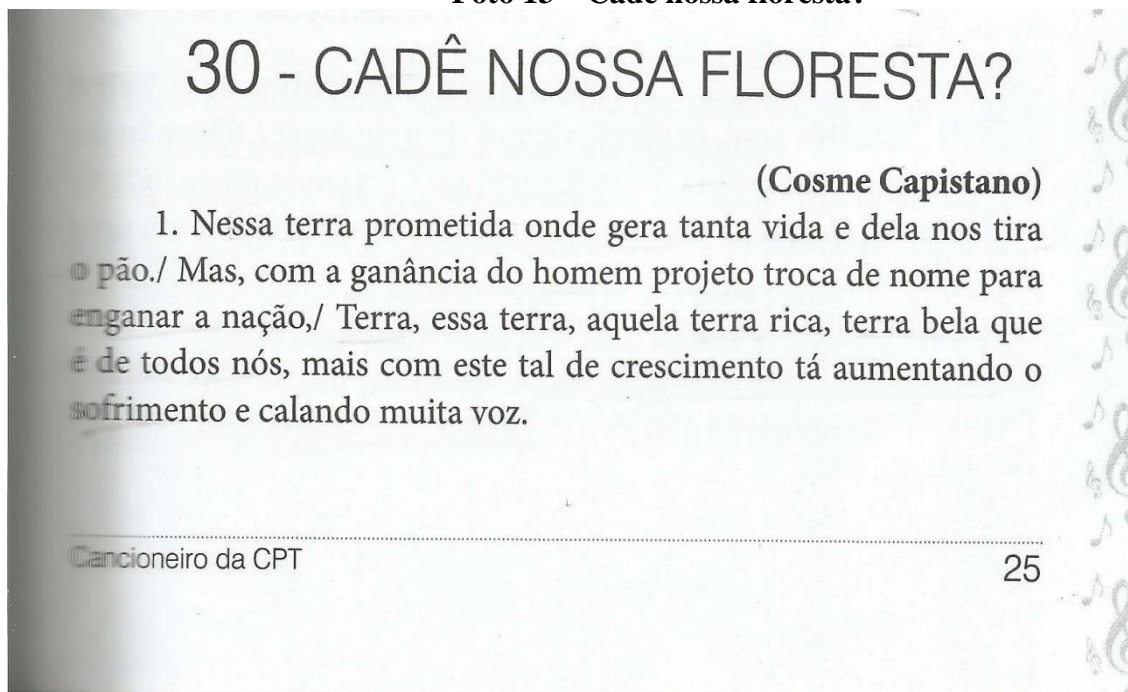
Além dos povos indígenas e toda a biodiversidade que existe na Amazônia, outros povos tradicionais são colocados em pauta, como os seringueiros e castanheiros que sobrevivem dos recursos naturais oferecidos pelas matas. Interessante notar como a canção

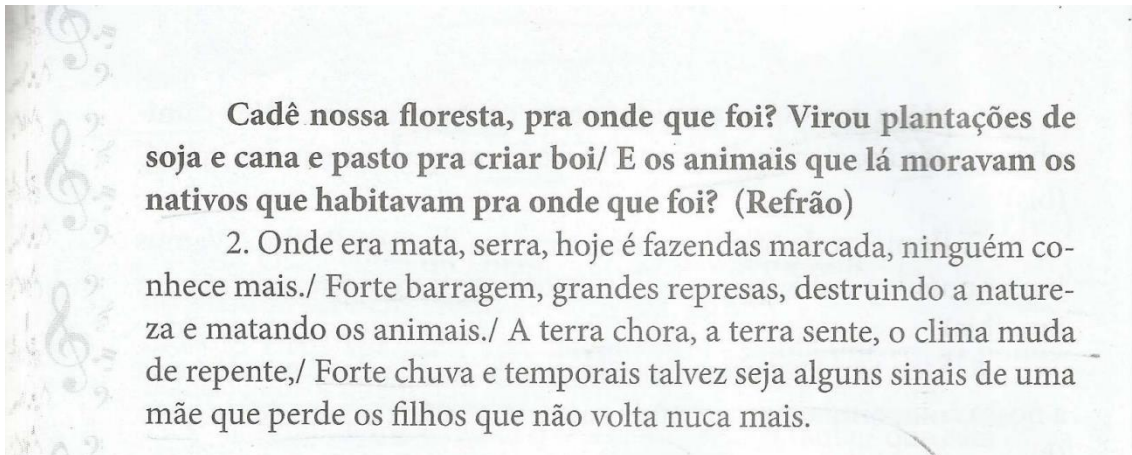
trata de ideias que surgem com bastante vigor nessa disputa. Seria a falsa ideia de um capitalismo sustentável do qual o autor aponta como “falsa ecologia”, que para o mesmo já se mostrou ser “uma fria” pois o “imperialismo está escrito na cabeça”.

Entre os sujeitos expressos na música, além do próprio narrador na 1ª pessoa, aparecem a Amazônia, o latifúndio (como algo a ser denunciado e combatido), o seringueiro, o castanheiro e o índio, esses últimos referem-se àqueles que vivem sustentavelmente dos recursos naturais disponíveis na floresta amazônica.

Na última estrofe reforça-se a ideia da importância que a Amazônia tem para o mundo e que a luta pela sua preservação e conservação é de todos (Fazer corrente em toda América Latina, a causa é nobre, a luta é internacional.). A motivação que leva aos sujeitos o dever de agir surge como a própria sobrevivência da floresta, sua fauna e flora, e daqueles que dela sobrevivem. Além disso, é mostrado que os sujeitos que ali vivem sabem se portar em harmonia com a natureza e mantém uma relação de respeito com a mesma expressada nos versos: “Se expulsar o seringueiro [...] a seringueira vai chorar. É sua escora, é companheira, é sua amiga. E ela percebe que ele sabe preservar.; Pro castanheiro é quase morrer de dor. Ver destruída sua eterna companheira...”.

Foto 13 – Cadê nossa floresta?





Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 25/26)

Cosme Capistano denuncia em sua canção os males que atingem as florestas e como estas estão deixando de existir para dar lugar à “plantações de soja e cana e pasto para criar boi”, além de represas e barragens que atingem diretamente os povos que vivem das matas e da água. Aponta ainda algumas consequências negativas dessas ações como “fortes chuvas e temporais” e oscilações climáticas que atingem plantações e impactam modos de vida em sua essência.

A canção apresenta-se na 1ª pessoa do plural, trazendo a sensação de coletividade para quem lê/ouve (Terra bela que é de todos nós...; Cadê nossa floresta...) ao mesmo tempo em que denuncia o homem que com ganância troca o nome de um projeto que promove o desequilíbrio ambiental e ameaça a sobrevivência dos povos que dependem da floresta viva, engando a nação em nome do crescimento (com este tal de crescimento tá aumentando o sofrimento e calando muita voz) que beneficia apenas um grupo restrito de latifundiários, muitos deles grileiros e empresas estrangeiras que exploram os recursos que existem nas florestas.

Ambas canções destacadas neste subtópico tratam do tema ambiental e nos trazem elementos de uma consciência histórica do tipo exemplar. Como trata-se de sujeitos que vivem ou viveram uma relação de harmonia e dependência com a natureza, a canção aponta para a necessidade de aprendermos com esses povos tradicionais respeitar e viver em equilíbrio com a natureza. De acordo com Rüsen (1992, s/p), nesta concepção a história é vista como uma recordação do passado (Cadê nossa floresta? Para onde foi?), como uma mensagem ou lição para o presente e futuro.

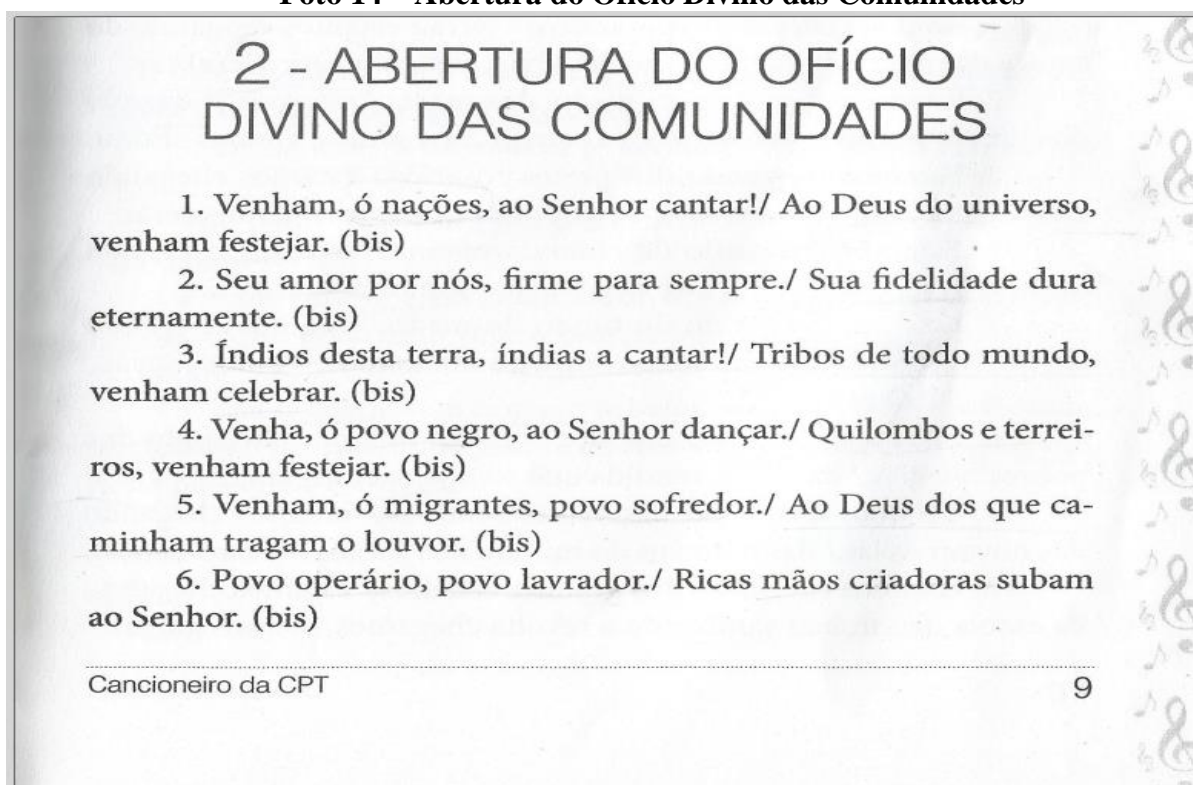
É evidente em toda a canção uma relação entre o passado e o presente, no sentido de recordar o que se tinha antes e traçar comparativos para as condições atuais (Cadê nossa

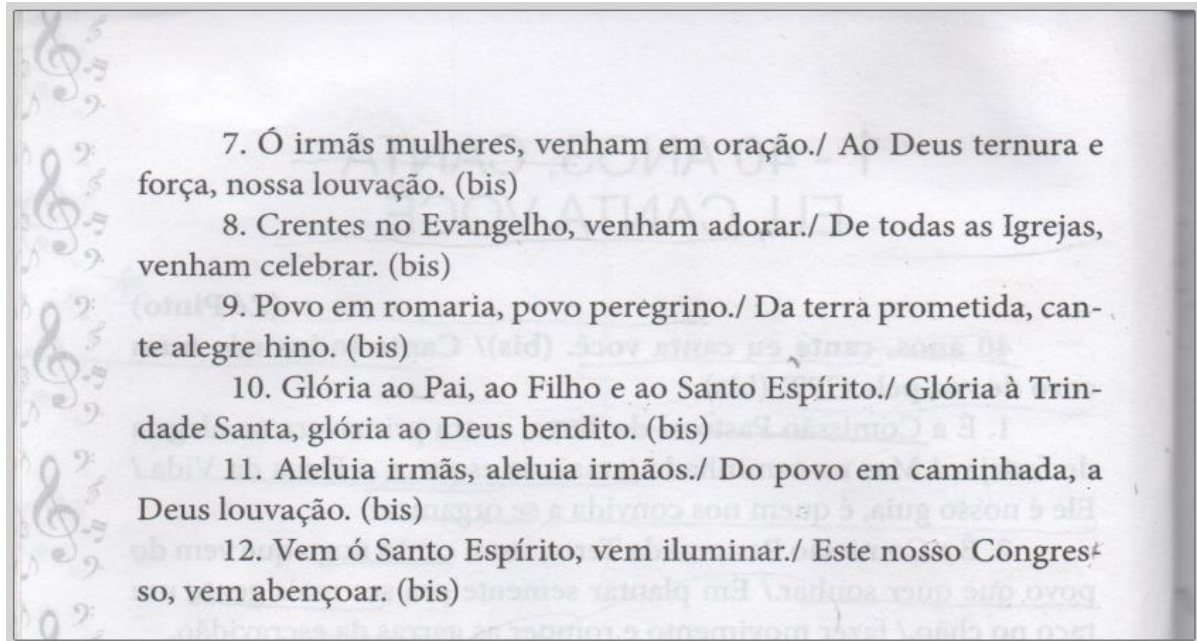
floresta [...]? Virou plantações de soja e cana e pasto pra criar boi.; Onde era mata [...] hoje é fazenda marcada.) e direcionar a necessidade de mudança como condição de existência para uma situação que pode tornar-se irreversível (Sinais de uma mãe que perde os filhos e que não voltam nunca mais). Nesse sentido Rüsen (1992, s/p) aponta sobre o tipo exemplar de consciência histórica, que “o pensamento histórico exemplar relaciona as atividades da vida às regras e princípios, e tem como função legitimar tais atividades através do raciocínio abstrato. A identidade histórica é o marco dado de sensatez (prudência)”.

3.1.4 A consciência de uma nova sociedade: a Comum-idade

Outro elemento de destaque, que dialoga com o caderno Cancioneiro da CPT, é a compreensão do que se entende por comunidade. Parte-se da percepção de como esses sujeitos devem se unir e compor a Comum-idade entre diversos povos. As canções analisadas neste subtópico possuem um viés religioso explícito e invocam a figura de Deus como representação de um ser capaz de promover a unidade entre as pessoas que nele deposita sua fé. A seguir, a segunda canção do Cancioneiro canção, cuja autoria não é definida, chama os índios, os negros, os migrantes, os lavradores, as mulheres, os crentes e os peregrinos a juntarem-se em oração e refletir sobre os problemas que enfrentam como uma comunidade de luta, onde todos esses grupos identitários mencionados são oprimidos.

Foto 14 – Abertura do Ofício Divino das Comunidades





Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 09/10)

A “Abertura do Ofício Divino das Comunidades”, de autoria não declarada, se apresenta então como um chamado a diversas comunidades se juntarem em um só lugar, podendo ser entendido como um Congresso, encontro com muitas pessoas, como se remete a última estrofe (Este nosso Congresso, vem abençoar). Este chamado, no entanto, não tende a ser uma aclamação de uma só crença, modo de vida ou religiosidade. A união proposta na questão visa manter os grupos distintos unidos na luta pelo o que acreditam e seus modos de vida. Os sujeitos são vários: nações, índios, negros, migrantes, operários, mulheres, evangélicos, povo em romaria, etc. No caso desses últimos podemos identificar uma forma de generalização de todos os povos que são oprimidos, pois o “povo em romaria” é aquele que se desloca, que caminha em busca de algo, que, por algum motivo, põe-se em romaria, forma de peregrinação, por não se sujeitar à condição que lhe foi imposta.

A canção possui uma forte mediação com o presente, chamando os sujeitos repetidamente através do verbo “Venham”, no entanto, a canção remete a um Deus que perpassa os tempos (Seu amor por nós, firme para sempre. / Sua fidelidade dura eternamente.), traçando uma relação do presente com o passado e o futuro.

Foto 15 – Baião das comunidades

22 - BAIÃO DAS COMUNIDADES

(Zé Vicente)

Somos gente nova vivendo a união,/ somos povo semente de uma nova nação! Ê, ê!/ Somos gente nova vivendo o amor,/ somos comunidades, povo do Senhor! Ê, ê!

1. Vou convidar os meus irmãos trabalhadores,/ operários, lavradores, biscateiros e outros mais./ E juntos vamos celebrar a confiança,/ nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz, ê, ê!
2. Vou convidar os índios que ainda existem, as tribos que ainda insistem no direito de viver./ E juntos vamos, reunidos na memória,/ celebrar uma vitória, que vai ter que acontecer, ê, ê!
3. Convido os negros, irmãos no sangue e na sina,/ seu gingado

20

Cancioneiro da CPT

nos ensina, a dança da redenção./ De braços dados, no terreiro da irmandade,/ vamos sambar de verdade, enquanto chega a razão, ê, ê!

4. Vou convidar Oneide, Rosa, Ana Maria,/ a mulher que noite e dia luta e faz nascer o amor./ E reunidas no altar da liberdade,/ vamos cantar de verdade,/ vamos pisar sobre a dor, ê, ê!
5. Vou convidar a criançada e a juventude,/ tocadores me ajudem, vamos cantar por aí./ O nosso canto vai encher todo o país,/ velho vai dançar feliz, quem chorou vai ter que rir, ê, ê!
6. Desempregados, pescadores, desprezados/ e os marginalizados, venham todos se ajuntar/ à nossa marcha pra nova sociedade,/ quem nos ama de verdade, pode vir, tem um lugar.

Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 20/21)

Zé Vicente, compositor da canção “Baião das Comunidades” reafirma o desejo de união de vários sujeitos históricos em uma comum-unidade para marchar rumo à uma “nova sociedade”. De forma geral, a canção evoca os povos marginalizados, tal qual a “Abertura do Ofício Divino das Comunidades”, porém, é mais abrangente quanto aos sujeitos.

A narrativa nos leva à um espírito de celebração e festa, pois no final das estrofes a ideia é de superação dos problemas posta no ato de “pisar sobre a dor”, “quem chorou vai ter que rir”, “sambar de verdade”, etc. E o refrão esclarece a celebração sendo que “Somos gente nova vivendo a união/somos povo semente de uma nova nação...”.

A canção inicia na 1ª pessoa do plural (Somos gente nova...; somos povo...; somos comunidade...; etc) e nas estrofes o autor surge na 1ª pessoa do singular (Vou convidar...) se referindo a outros sujeitos a quem vai se dirigir, estes na 3ª pessoa do plural (os meus irmãos trabalhadores...; os índios que ainda existem...; a criançada e a juventude...; etc), mas não como uma contraposição de sujeitos - nós e eles - e sim como uma referência à quem é o “nós” que compõe o refrão da música, trazendo a ideia de unidade.

A temporalidade expressa na canção de Zé Vicente parte de elementos do presente (Somos comunidades...) e as ações das estrofes seguintes se encontram no futuro (Vou convidar...; celebrar uma vitória, que vai ter que acontecer...; vamos pisar sobre a dor...; etc). Essa relação temporal nos ajuda a compreender a concepção do tipo genético de consciência histórica apontada por Rüsen (1992), pois assim,

Permitimos que a história faça parte do passado; no entanto, ao mesmo tempo, lhe concedemos outro futuro. A mudança propriamente dita é que dá sentido à história. A mudança temporal se despojou de seu aspecto ameaçador e se transformou no caminho no qual estão abertas as opções para que a atividade humana crie um novo mundo. O futuro supera, excede efetivamente o passado em seu direito sobre o presente, um presente conceituado como uma intersecção, um nó intensamente temporal, uma transição dinâmica.

Nesse sentido, podemos afirmar que a relação de esperança e mudança para o futuro, que o compositor canta à estes sujeitos, utiliza-se da fé e da religiosidade como alimento para alma que almeja a superação das opressões sofridas pelos grupos que estão a margem da sociedade de classes. Cada sujeito mencionado traz consigo um protagonismo que ao juntar-se em Comum-unidade ganha força e fortalece a luta.

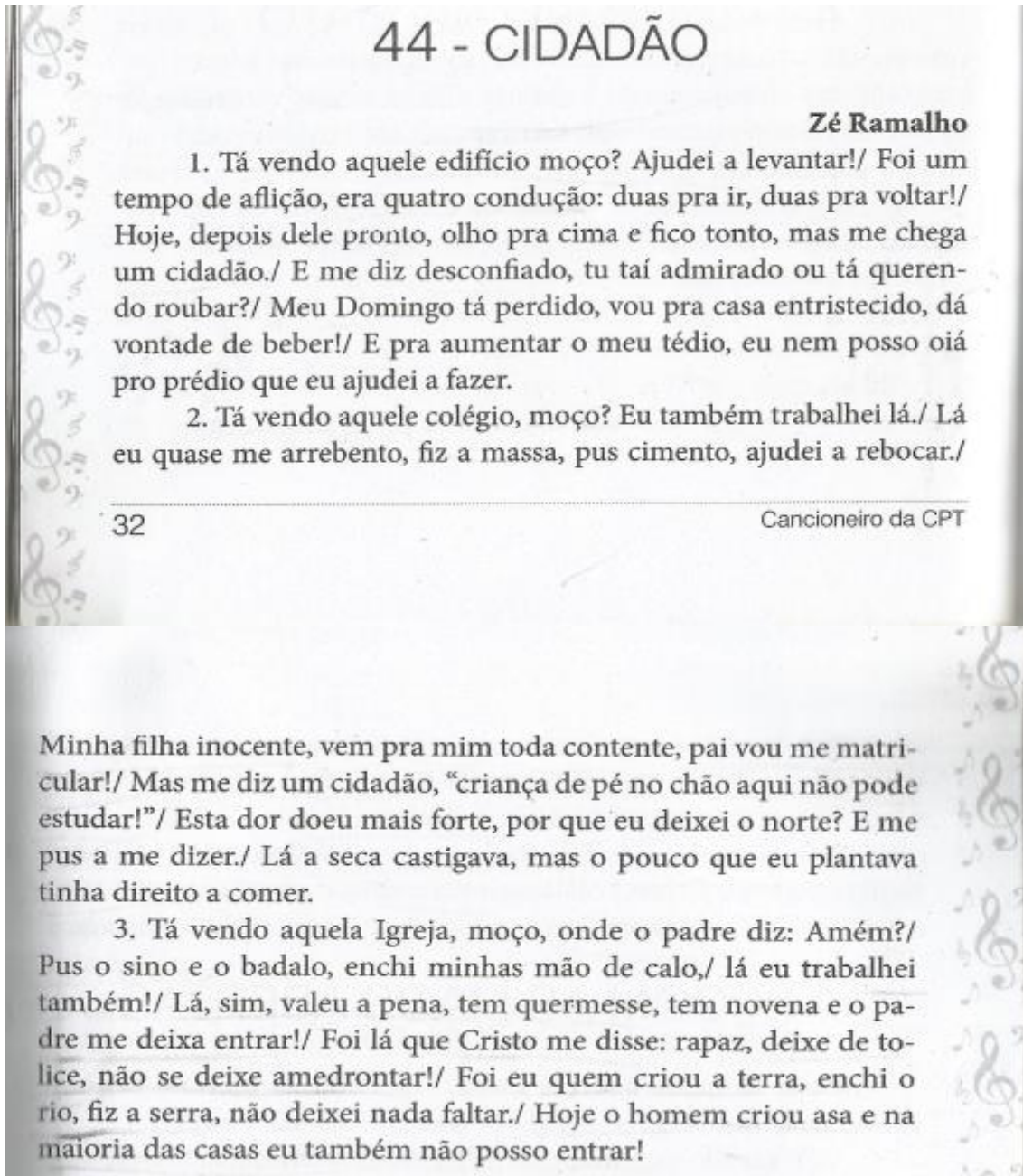
3.1.5 Uma nova consciência e construção do trabalho/trabalhador

Essa temática dialoga diretamente com o tema já retratado anteriormente sobre a questão ambiental pois em diversas músicas - tanto sobre meio ambiente quanto sobre o trabalho - é comum a noção de que outra relação com o mundo passa necessariamente por um outro olhar sobre o trabalho e vice versa, nos conduzindo assim a uma ideia da produção familiar no campo que tende a ter uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente.

As canções selecionadas no Cancioneiro que tem como temática o “Trabalho/trabalhador” tratam também de uma visão ontológica de trabalho, no qual esse é inerente aos seres humanos. O que as canções tentam denunciar é uma visão de trabalho alienado às vontades humanas, o trabalho alienado típico do sistema capitalista e que nos

remete às críticas de Marx. Nas canções sobre o tema que se encontram no Cancioneiro da CPT, destacamos duas que nos ajudam a entender essa concepção.

Foto 16 - Cidadão



Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 32/33)

Na canção de Zé Ramalho o trabalhador alienado de seu trabalho é tema central, sendo que o sujeito ali posto é alijado dos produtos de seus esforços. A canção deixa claro que o sujeito principal é um trabalhador da construção civil dialogando com outro sujeito. O trabalhador queixa-se por ter ajudado a construir o edifício onde ele não pode entrar, como

também num colégio em que a filha não pode estudar, somente na Igreja em que trabalhou ele sente ser bem-vindo.

Aqui duas ideias clareiam o sentido da canção: a primeira é de que, no pensamento de retornar ao Norte o que o inspira é que “Lá a seca castigava. Mas o pouco que eu plantava tinha direito a comer” e que é no templo de Cristo que o trabalhador tem lugar, pois assim como o trabalhador não tem espaço naquilo que construiu Cristo também não está presente nos lugares em que criou, pois esse lhe diz: “Foi eu quem criou a terra, enchi o rio, fiz a serra, não deixei nada faltar. Hoje o homem criou asa e na maioria das casas eu também não posso entrar.” criando assim uma forte identificação entre o trabalhador e o Cristo dos oprimidos. Essa canção revela também a preocupação da CPT com as condições dos trabalhadores urbanos que são resultados de correntes migratórias que se formam a partir da dificuldade de sobreviver da e na terra. A temporalidade aqui exposta trata-se de uma relação que se inicia no presente - o diálogo do narrador com outro sujeito - mas esse diálogo se detém no passado, no ato de contar uma história de vida.

Segundo Alessandro Portelli (1996, p. 2): “(...) Narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar”. A compreensão de narrativa utilizada por Portelli se apresentou como particularmente inspiradora, e conjugada ao entendimento de Rüsen (1992) de que a narrativa histórica é um “modo específico de sentido sobre a experiência do tempo”, possibilitam olhar para narrativas sejam orais ou escritas como um processo de interpretação do passado e por isso, como um componente significativo do pensamento histórico, já que para Rüsen (1992) a aprendizagem que constitui a consciência histórica vem em destaque nas narrativas, ou seja, no ato de contar histórias, pois esta é uma forma coerente de comunicação e porque trata da identidade histórica tanto do comunicador como do receptor.

Foto 17 – Romaria da terra

NOVA SOCIEDADE

127 - ROMARIA DA TERRA

(Tião e Bié)

Romaria da terra faz o povo reunir./ Numa luta sem guerra, nós lutaremos por ti! (bis)

1. A terra é sagrada, feita por nosso Senhor./ Ele fez e deu ao homem e também nos ensinou/ que é nela que vivemos e ela abençoou./ É tão linda a natureza, é obra do Criador./ Deus deu a inspiração,/ o homem fez a plantação, foi assim que começou.

2. Mas no passar do tempo que o povo aumentou,/ começou a ambição e a terra negociou./ Uns compraram e outros não e à força eles tomou./ Fazendeiros e jagunços matando o trabalhador./ As famílias que eram donas,/ hoje vivem no abandono,/ sem sua terra ficou.

3. Amigo trabalhador, veja a nossa situação./ Nós queremos trabalhar e não temos condição./ E a terra que era nossa hoje é toda do patrão./ Desemprego na cidade, virou uma maldição./ Precisamos resistir e nós vamos conseguir pôr a terra em nossas mãos.

Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 78)

Na mesma perspectiva sobre o trabalho, Tião e Bié tematizam sobre o que é o trabalhador alijado de sua principal fonte de trabalho e sobrevivência: a terra. Romaria da terra seria aquilo que faz o povo se unir em torno da luta pela distribuição da terra. Os autores retratam que a terra faz parte da natureza, da criação divina, na qual todos poderiam usufruir. Passado um tempo a terra passa a ser mercadoria e a ambição levou à tomada e concentração das mesmas nas mãos do “patrão”. O que a canção nos aponta é justamente o contrário do que o senso comum daqueles que criticam os movimentos de luta pela terra alegam, o que os trabalhadores desses movimentos desejam é terra para trabalhar e que possam colher os frutos de seu trabalho.

As estrofes percorrem uma historicidade em relação a questão da terra no Brasil, fazendo referências a vários marcos históricos de luta no campo. Inicia com a ideia da terra enquanto criação divina e liberta da exploração, sendo entendida então enquanto uma “inspiração” divina e coube ao homem cultivá-la. Na 2ª estrofe há referência a processos de ocupação e exploração das terras - no caso brasileiro nos remete à Lei de Terras de 1850 (... começou a ambição e a terra negociou), iniciando assim outra relação com a terra, baseada na exploração, concentração e violência (Uns compraram outros não e a força eles tomou.; Fazendeiros e jagunços matando o trabalhador.; As famílias que eram donas, hoje vivem no

abandono,; etc). Na terceira estrofe então o narrador se atém as condições atuais dos trabalhadores oprimidos por esse modelo (... veja nossa situação. Nós queremos trabalhar e não temos condição.; Desemprego na cidade, virou uma maldição.; etc) e termina fazendo um chamado de resistência para recuperar a terra perdida.

A temporalidade muito bem definida entre passado e presente indica uma consciência de tipologia exemplar, sendo que esta, para Rüsen (1992, s/p)

[...] Se refere à experiência do passado na forma de casos que representam e personificam regras gerais de mudança temporal e a conduta humana. O horizonte da experiência temporal se expande de forma significativa neste modo de pensamento histórico. A tradição se move dentro de um marco de referência empírica bastante estreito, mas a memória histórica estruturada em termos de exemplos está aberta para processos em número infinito de acontecimentos passados...

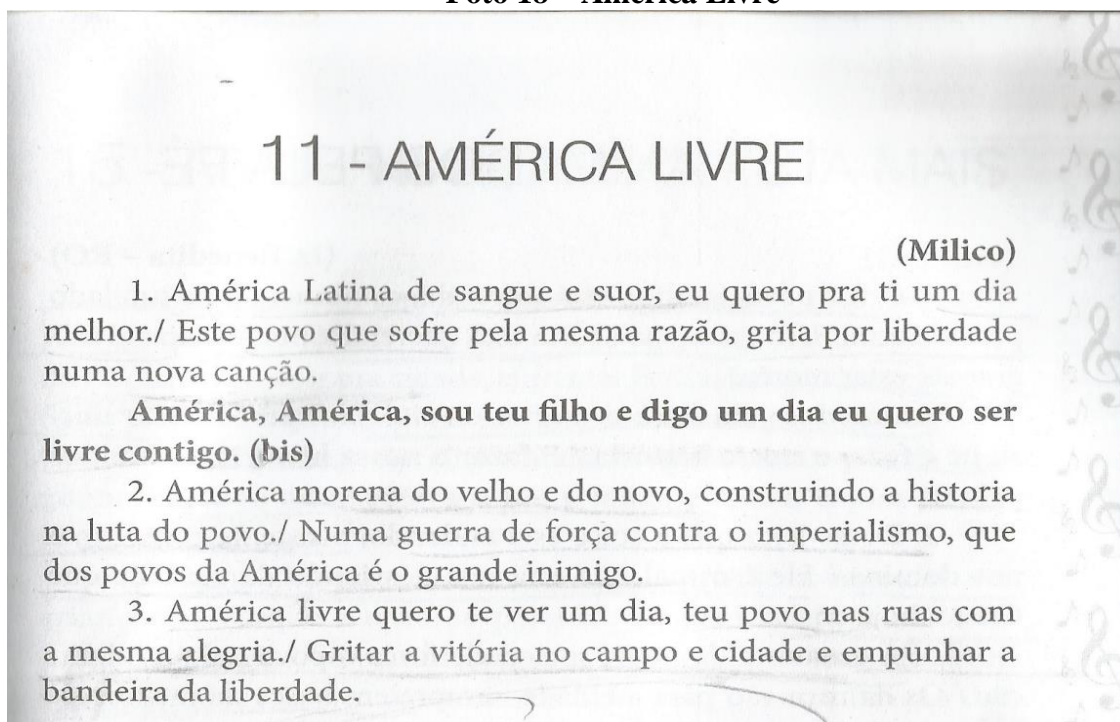
Sendo assim, o passado nos ensina qual curso de ação tomar e o que devemos evitar fazer, podendo vir a justificar ações no presente, no caso da canção, compreender a situação desses trabalhadores e justificar o chamado para a resistência e para o resgate da terra que lhes foi usurpada (E a terra que era nossa hoje é toda do patrão.).

3.1.6 Uma nova consciência e engajamento na luta pela libertação

A ideia de liberdade/libertação permeia todas as ações das pastorais progressistas da Igreja Católica no Brasil que tem a Teologia da Libertação como base de atuação e assumem um pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais.

Assim sendo, há no Cancioneiro um sentido de chamado à liberdade, enquanto fim a ser alcançado, em diversas canções mesmo quando a liberdade não aparece como tema central. Portanto, o tema liberdade/libertação surge no cancioneiro, na perspectiva de mística apontada por Igor Fernandes (2016) do “Cristo hoje na história”, na relação de exploração que povos e nações sofrem diante do processo de dominação do capital. Portanto, podemos dizer que a liberdade trabalhada na CPT, e refletida no seu Cancioneiro, passa não somente pela liberdade individual, mas também pela liberdade de povos inteiros e suas nações. As canções selecionadas para esse tema ensinam esse sentido.

Foto 18 – América Livre



Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 15)

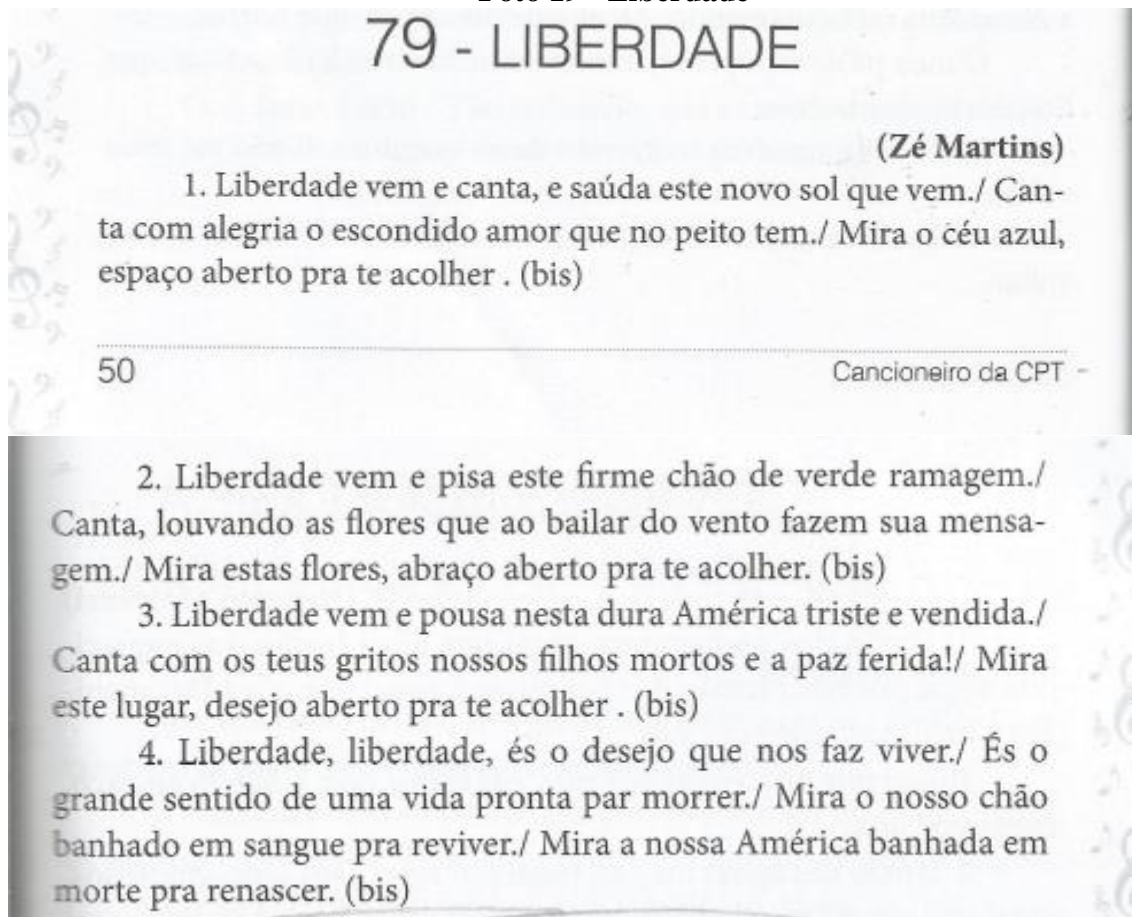
Em “América Livre”, o autor Milico retrata a condição de submissão da América aos interesses imperialistas. É importante frisar que enquanto América, Milico canta a América Latina, haja vista que o “imperialismo”, tratado na canção como “o grande inimigo” a ser vencido, tem como símbolo maior na contemporaneidade os Estados Unidos.

Temos então como tema da canção a liberdade da América diante da exploração do imperialismo e o desejo de liberdade de seu povo. Os sujeitos que surgem na canção são o próprio narrador, que se coloca como americano (... América, sou teu filho e digo um dia quero ser livre contigo.) e que entende que sua liberdade está diretamente ligada à liberdade do seu lugar, e a própria América a quem o autor dirige sua narrativa. O refrão da canção identifica o cantor como participante dessa luta e as estrofes seguintes apontam características do povo latino americano (América morena, do velho e do novo...; ... teu povo na rua com a mesma alegria...) e sua ânsia pela liberdade (... grita por liberdade numa nova canção.; Construindo a história na luta do povo.; Gritar a vitória do campo e da cidade e empunhar a bandeira da liberdade.).

A música trabalha com uma temporalidade que oscila entre o futuro (... eu quero para ti um dia melhor.; ... um dia quero ser livre contigo.; ... Quero te ver um dia...) e o presente (Este povo que sofre...; ... construindo a história na luta do povo) que surge então para caracterizar o povo e suas condições de existência.

De modo geral, poderíamos dizer que a canção cria uma identificação de povo americano e o entendimento de que a liberdade do indivíduo está atrelada a liberdade de seu povo e sua nação, retomando assim a compreensão da Teologia da Libertação, na qual a liberdade somente se dará na superação das desigualdades econômicas, políticas ou sociais.

Foto 19 - Liberdade



Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 50/51)

Zé Martins canta a “Liberdade” como elemento central de todas as estrofes da canção, é ela então, como explicita o autor na última estrofe, “o desejo que nos faz viver”. Em toda a canção a liberdade se coloca como elemento motivador das ações humanas. Assim como na canção anterior desse tema, para Zé Martins a liberdade também envolve a superação das desigualdades sociais, políticas e econômicas quando na 3ª e 4ª estrofes o autor recorre a condição de explorada da América que tem sua liberdade tolhida por interesses escusos (Liberdade vem e pousa nesta dura América triste e vendida.; Mira a nossa América banhada em morte...).

Na 4ª estrofe a ideia de ressurreição destaca-se, trazendo a noção da libertação que se dá com a morte, ou seja, a verdadeira libertação acontece para aqueles que seguem ao Deus

vivo na história, e materializa-se na luta por melhores condições de existência. É, então, a lógica cristã de que a liberdade plena se dará no reino de Deus (Mira o nosso chão banhado de sangue pra reviver.; Mira a nossa América banhada em morte pra renascer.). A mesma estrofe reforça então o imaginário de que a morte dos que lutaram/lutam é a própria libertação (És o grande sentido de uma vida pronta pra morrer.).

3.1.7 A consciência dos percalços da luta

Nos caminhos a serem percorridos, na travessia do longo deserto rumo a libertação dos povos, a CPT aponta para problemas que existem. Como a mística se propõe a ser também animação, o Cancioneiro reserva um espaço limitado na temática do que chamamos de percalços da luta. São os problemas enfrentados no dia a dia daqueles que lutam pela terra e pela manutenção de seus modos de existência. Um dado se faz importante quanto ao tema. Em 2017, em dados levantados pela ONG Global Witness o Brasil ficou em primeiro lugar no ranking de morte de ambientalistas e pessoas ligadas à movimentos de luta pela terra, foram 57 mortes em uma realidade mundial de 207 mortos pelas mesmas causas.

Sendo assim, o tema da martirização dos que lutam, a dominação capitalista e do latifúndio compõem a lista dos “percalços da luta”. Seguem abaixo duas canções que mostram esse sentido.

Foto 20 – Canção pra Margarida

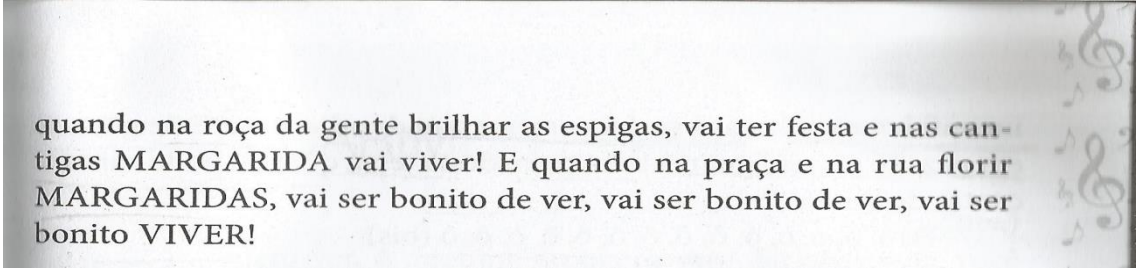
36 - CANÇÃO PRA MARGARIDA

(Zé Vicente)

1. Não faz muito tempo, seu moço, nas terras da Paraíba, viveu uma mulher de fibra, MARGARIDA se chamou./ E o patrão com uma bala, tentou calar sua fala e o SONHO dela espalhou./ Já faz muito tempo, seu moço, que em riba deste chão e em toda a nossa nação, o pobre é pra lá e pra cá./ Lavrador faz mas não come e a miséria é sobrenome do povo deste lugar./ E quando na carne da gente mordida a opressão, MARGARIDA erguia a mão e o seu grito era o nosso clamor! (bis)

2. Daqui há algum tempo, seu moço, se a gente não se cuidar, se o pobre não se ajuntar, tubarão engole alegria./ Pois o jeito é treinar o braço, pra desatar esse laço que amarra a fulô do dia! E

28 Cancioneiro da CPT



quando na roça da gente brilhar as espigas, vai ter festa e nas cantigas MARGARIDA vai viver! E quando na praça e na rua florir MARGARIDAS, vai ser bonito de ver, vai ser bonito de ver, vai ser bonito VIVER!

Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 28/29)

“Canção pra Margarida”, de Zé Vicente, fala sobre a morte da sindicalista e defensora dos direitos humanos Margarida Maria Alves, executada em 12 de agosto de 1983 na Paraíba e que dá origem à Marcha das Margaridas, manifestação realizada desde os anos 2000 por mulheres trabalhadoras rurais do Brasil.

Como sujeitos aparecem o narrador, o ouvinte a quem o canto é direcionado, o trabalhador, o pobre e o patrão. Ainda relativo aos sujeitos, a canção convoca a união de todos na luta contra a opressão com exceção do patrão que representa a figura do opressor (E o patrão com uma bala, tentou calar sua fala...).

A temporalidade da canção transita entre o passado no qual a história contada se passou (Não faz muito tempo...; viveu uma mulher...; Já faz muito tempo...; MARGARIDA erguia a mão...; etc.) e aponta para o futuro na perspectiva da necessidade de união (Daqui há algum tempo...; se o pobre não se ajuntar...; vai ter festa...; vai ser bonito de ver...; etc.). O presente se localiza no momento em que a canção é cantada.

A consciência histórica, conforme Rüsen (1992), se faz na relação temporal ao partir do presente no qual se dá a existência (assim como quando a canção é cantada/contada), recorremos ao passado pra dar explicações e buscar origens dos problemas do agora e, com isso, adquirimos ferramentas de orientação para ações do presente momento e criamos possibilidades de atuação para o futuro. A “Canção pra Margarida” percorre esse trajeto temporal, no qual a partir de uma narrativa cantada no presente sobre o assassinato de Margarida e suas motivações - que ocorreram no passado - elabora uma expectativa de futuro aonde, para que não se repita casos como o citado, é preciso união e organização dos trabalhadores pobres e oprimidos.

Foto 21 – Mataram mais um irmão

85 - MATARAM MAIS UM IRMÃO

(Padre Zezinho)

1. Por causa da tua Palavra, por causa da libertação./ Por causa de um pouco de terra, por uma fatia de pão. (bis)

Mataram mais um irmão, mataram mais um irmão./ Mas ele ressuscitará, ressuscitará, ressuscitará./ E o povo não esquecerá, não esquecerá, não esquecerá.

2. Por causa do teu Evangelho, por causa da nossa nação./ Por causa de nossa esperança, por causa da religião.

3. Por causa de um mundo mais justo, por causa de tanta opressão./ Por causa das coisas que disse, por ter defendido os irmãos.

Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 54)

Padre Zezinho conta a história de mais um caso de execução de um homem que lutava pelo acesso à terra. A ideia central da canção se faz no refrão, aonde apesar da morte, sua memória permanecerá naqueles que continuam a luta, portanto ele ressuscitará em cada um desses. As outras três estrofes apontam as causas que levaram à execução, sendo elas de cunho religioso e político que se misturam na causa.

O refrão estabelece uma relação temporal que aponta do passado para o futuro, de algo no qual o narrador conta (Mataram mais um irmão) para uma causa futura (Mas ele ressuscitará.../E o povo não esquecerá...).

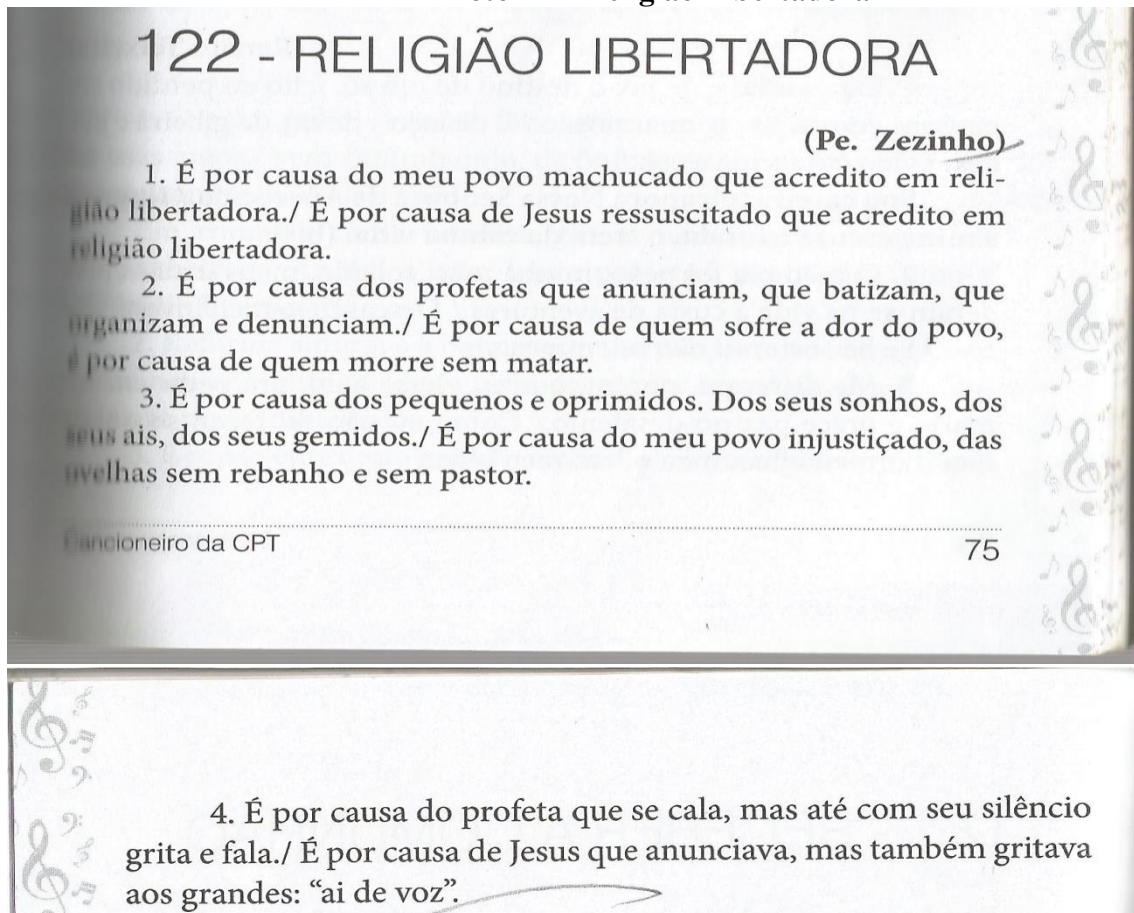
As motivações que levam os sujeitos a agirem na canção são de cunho religioso e político, pois logo no primeiro verso a “Palavra” de Cristo surge como elemento inspirador da luta pela libertação, pela terra e pelo alimento (Por causa da tua Palavra [...] Por causa de um pouco de terra, por uma fatia de pão).

No refrão da canção a memória é um fator de extrema relevância para os lutadores da CPT. É na preservação da memória dos que morreram na luta que vive a força e esperança daqueles que seguirão lutando (Por causa de um mundo mais justo, por causa de tanta opressão. Por causa das coisas que disse, por ter defendido os irmãos.)

3.1.8 A consciência do que fortalece o povo de Deus na luta

Aqui os temas que se destacam marcam elementos que apontam para um acalanto no trilhar do caminho. São símbolos que representam suportes à quem os oprimidos na luta pela libertação podem se apoiar. As canções abaixo trazem esses elementos que se destacam nas análises, sendo esses: uma “Religião Libertadora” e a “Santa Mãe Maria”.

Foto 22 – Religião Libertadora



Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 75/76)

Em “Religião Libertadora”, Padre Zezinho reafirma o papel fundamental de uma religião que olhe pelo “pequenos e oprimidos” e “injustiçados”. Trata-se, portanto, da afirmação da CPT enquanto aquela que está ao lado do povo sofredor e um princípio elementar da Teologia da Libertação.

Os sujeitos que aparecem na canção são “meu povo machucado”, “Jesus ressuscitado”, “profetas que anunciam”, “Quem sofre a dor do povo”, “pequenos e oprimidos”, “povo injustiçado” e o “profeta que se cala”. Esses sujeitos surgem na canção como motivação que leva à crença em uma religião libertadora (É por causa do meu povo machucado que acredito

em religião libertadora). A religião libertadora é aquela que dá sustentação as ações que levam a denúncias, a defesa dos que sofrem, a luta pela justiça e o enfrentamento ao opressor (É por causa dos profetas que anunciam, que batizam, que organizam e denunciam; É por causa de quem sofre a dor do povo...). Há ainda a ideia de que é na religião libertadora que se encontra o Jesus vivo, ressuscitado nas ações daqueles que lutam contra a opressão (É por causa de Jesus ressuscitado que acredito na religião libertadora).

A temporalidade da canção se detém no presente, pois em todas as estrofes as ações indicam causas em acontecimento (...profetas que anunciam...; ... por causa de quem sofre...; ...por causa de quem morre...; etc.). Somente na última estrofe é que autor se remete ao passado (É por causa de Jesus que anunciava... gritava...). Essa temporalidade indica que as ações do presente se justificam nas ações de Cristo que se deram no passado.

Essa perspectiva temporal remete a tipologia tradicional de Rüsen (1992), pois as ações do narrador, ao justificar o porquê segue uma religião libertadora, remetem as ações de Cristo no seu tempo, ou seja, o narrador age conforme agia Jesus.

Foto 23 – Santa Mãe Maria

128 - SANTA MÃE MARIA

(José Acácio Santana)

1. Santa Mãe, Maria, nessa travessia cubra-nos teu manto cor de anil./ Guarda nossa vida, Mãe Aparecida, Santa Padroeira do Brasil.

Ave Maria (bis)

78 Cancioneiro da CPI

2. Com amor Divino guarda os peregrinos nesta caminhada para o além./ Dá-lhes companhia, pois também, um dia, foste peregrina de Belém.

3. Mulher peregrina, força feminina, a mais importante que existiu./ Com justiça queres que nossas mulheres sejam construtoras do Brasil.

4. Com seus passos lentos, enfrentando os ventos quando sopram noutra direção./ Toda mãe Igreja pede que tu sejas companheira de libertação.

Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 78/79)

Na canção de José Acácio Santana, Maria é posta como uma força que guarda aqueles que fazem a caminhada em busca de uma realidade mais justa e liberta para os oprimidos. O tema central é, portanto, Maria como aquela que acalanta, acompanha e dá força aos que sofrem na longa peregrinação por um novo mundo (Santa Mãe Maria, nessa travessia cubra-nos com teu manto...; com amor Divino guarda os pequeninos nesta caminhada...).

Além da própria Maria, aparecem como sujeitos os peregrinos, as mulheres e a mãe Igreja. Os peregrinos aparecem como aqueles que recebem a proteção de Maria, as mulheres como agente que fazem parte da construção do Brasil e a mãe Igreja (entendida aqui como todo corpo social da Igreja), pede para que Maria seja companheira da caminhada pela libertação.

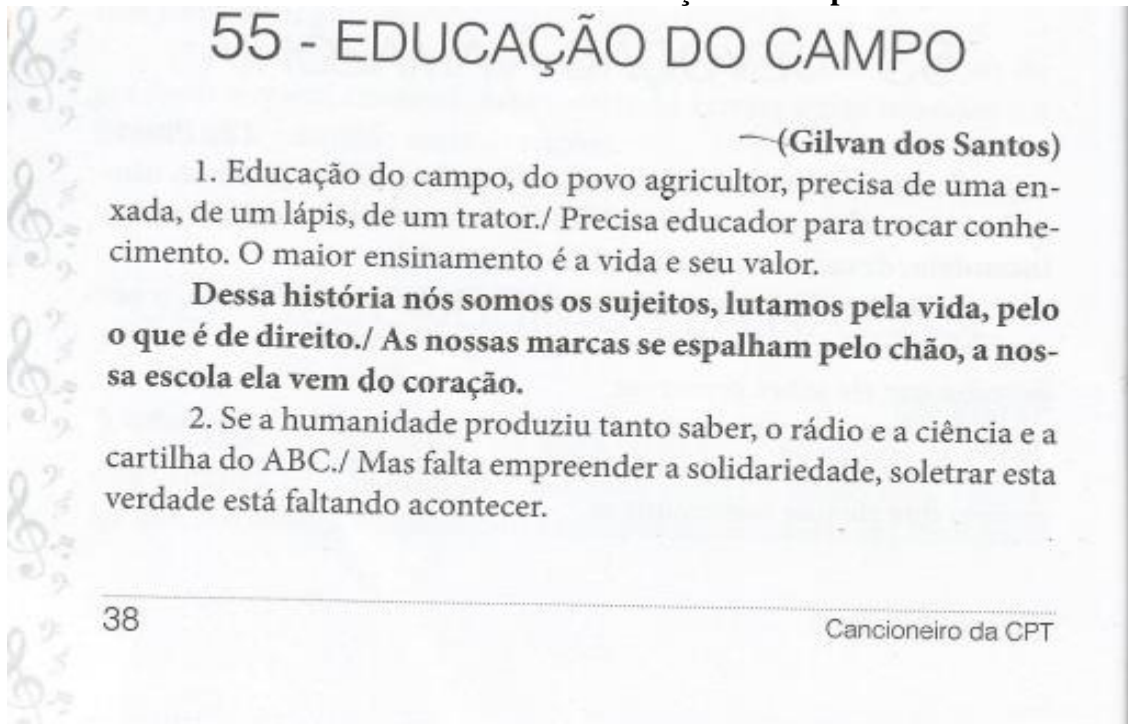
A temporalidade da canção, tal qual a anterior, sugere que é um tipo tradicional de consciência, pois detém-se no presente (... cubra-nos com teu manto...; Guarda nossa vida...; Guarda os peregrinos...; etc.) e em alguns momentos recorre ao passado para criar identidade com as ações do presente (... pois também, um dia, foste peregrina...; ... força feminina, a mais importante que existiu.)

Uma ideia que surge de forma mais implícita na canção, com maior vigor na 3ª estrofe é a imagem de Maria não apenas como aquela que acolhe e protege, mas também a que representa a força feminina (Mulher peregrina, força feminina [...] Com justiça queres que nossas mulheres sejam construtoras do Brasil).

3.1.9 A valorização da Educação e da cultura no campo

Por fim, essa última consciência que, reunidos os devidos temas, buscam valorizar elementos do cotidiano de homens e mulheres da vida rural. Se destacam principalmente o resgate da cultura tradicional do campo como danças, culinária e rituais folclóricos além de canções que falam da questão da educação do campo.

Foto 24 – Educação do campo



Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 38)

Gilvan Santos traz como tema central da sua canção a questão da educação do campo. O refrão aponta a ideia de uma educação condizente com a realidade do povo do campo e que trate os sujeitos como autores da própria história (Dessa história nós somos os sujeitos...). Na primeira estrofe há uma mistura de ferramentas do trabalho no campo com ferramentas da educação, o que sugere uma outra perspectiva de educação para as pessoas do campo (Educação do campo, do povo agricultor, precisa de uma enxada, de um lápis, de um trator.). Essa ideia é reafirmada no fim da estrofe quando o autor aponta que “o maior conhecimento é a vida e seu valor”, clamando assim pela valorização dos saber das pessoas do campo.

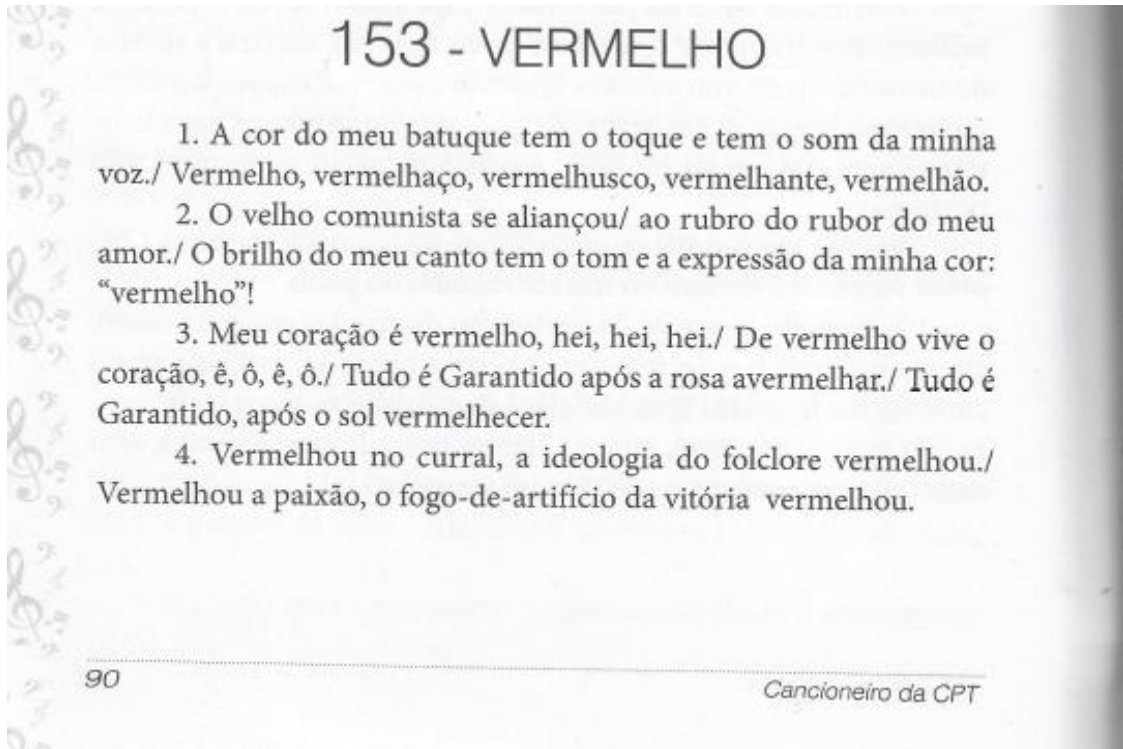
Na última estrofe o autor contrapõe a produção dos saberes presentes escolares à ideia da perda da solidariedade, podendo ser esta última entendida como prática mais recorrente das pessoas que vivem no meio rural (Se a humanidade produziu tanto saber [...] Mas falta empreender a solidariedade...).

Os sujeitos que aparecem na canção se resumem ao próprio narrador, quando esse se coloca no refrão como sujeito dessa história, o “povo agricultor” e a humanidade de forma geral.

A canção se detém no presente na primeira estrofe e no refrão (... precisa de enxada [...], precisa educador...; ... somos os sujeitos.) e na última estrofe os autor passa do passado

(... já produziu...) para o futuro (...falta empreender...), o que sugere uma consciência que relaciona um entendimento do passado que lhe permite criar expectativas para o futuro.

Foto 25 - Vermelho



Fonte: Cancioneiro da CPT (2015, p. 90)

A canção “Vermelho”, toada do Bumbá Garantido na festa de Parintins, no Amazonas, tem forte apelo popular e a festividade traz símbolos regionais que representam os povos indígenas e o homem ribeirinho nortista. A canção em vários momentos se utiliza da linguagem popular, o que nos remete a uma forte ideia de valorização da cultura popular da região (vermelhaço, vermelhante, vermelhão, avermelhar). Além da valorização cultural, pode-se identificar a tentativa de assimilar a cor vermelha (cor do bumbá Garantido) com o vermelho símbolo internacional das organizações de esquerda (o velho comunista se aliançou ao rubro do rubor do meu amor.).

A valorização cultural trabalhada pela CPT nos remete ao apontamento de Ademar Bogo (2010), para quem, nesse aspecto, “lutar faz parte da existência como o trabalho ou a festa”. Podemos então afirmar que a temática da valorização da cultura de homens e mulheres que vivem no campo resgata uma ideia de mística que abarca todas as esferas da vida, desde a própria existência quanto as manifestações culturais que nela se inserem.

As análises das canções do Cancioneiro da CPT nos permitiu uma melhor compreensão sobre os conceitos e práticas de mística que são vivenciados e incorporados pelos membros da CPT, assim como compreender como a música exerce papel de destaque na construção desse processo, haja visto que a música faz parte de todos os momentos no qual a mística se realiza.

Assim sendo, sejam quais forem os sentidos expressos nas canções, as músicas que mediam o fenômeno da mística são escolhidas e/ou produzidas a partir da realidade vivida por camponeses e camponesas e demais povos tradicionais que lidam diariamente com as dificuldades da vida no campo, seja pela luta para conquista de terras ou de sua permanência nelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como base algumas preocupações que surgiram ao longo dos últimos anos da nossa história. Como dito na apresentação da mesma, nos últimos cinco anos experimentamos momentos turbulentos de nossa política que desaguou na eleição de figuras públicas do campo da extrema direita brasileira em 2018. Os discursos que se encontram nas bases narrativas dessas figuras causam muita preocupação à quem toma como princípio de atuação pessoal/profissional a defesa da democracia e os avanços sociais que historicamente são negados as populações oprimidas de nossa sociedade.

A partir dessas preocupações, nosso trabalho parte de dois pontos que, ao nosso ver, são centrais para contrapor a narrativa desses grupos ultraconservadores, sendo esses uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais e uma visão de Deus pautada no individualismo e na Teologia da Prosperidade (doutrina religiosa cristã que defende que a bênção financeira é o desejo de Deus para os cristãos e que a fé, o discurso positivo e as doações para os ministérios cristãos irão sempre aumentar a riqueza material do fiel) apregoada por igrejas Neopentecostais que encontram forte influência no governo que assumirá a presidência em 2019.

Buscamos assim, tentar compreender, a partir do exposto acima, como a CPT (enquanto agente Católico de fomento da transformação social) trabalha na formação de uma consciência que permita aos seus militantes se identificarem como aqueles que vivenciam uma luta histórica que teve início na luta dos hebreus pela liberdade e pela terra prometida e que permanece naqueles que lutam pela questão da terra hoje. Essa perspectiva de consciência da luta no tempo nos remete à ideia do *continuum* da história do qual Walter Benjamin (1987) expõe. Para ele,

O materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas para no tempo e se imobiliza. Porque esse conceito define exatamente aquele presente em que ele mesmo escreve a história. [...] o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz "era uma vez". Ele fica senhor das suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história.

Nesse sentido, buscamos inicialmente compreender como se deu uma guinada por parte da Igreja Católica no Brasil que faz com que a opção preferencial pelos pobres se torne base de atuação e propicie o surgimento de agentes progressistas católicos no decorrer de sua história, entre eles a Comissão Pastoral da Terra. Ainda no primeiro capítulo tentamos compreender também o que é a mística para a CPT e como essa dialoga com a perspectiva do

Deus da Teologia da Libertação, teologia essa que surge no processo de investida de alas progressistas da Igreja e que encontram na realidade extremamente desigual do Brasil (e da América Latina) terreno fértil para se desenvolver, chegando a ser afirmado por Michael Löwy (2016) que em nenhum lugar do mundo a Igreja Católica tomou as feições progressistas que apresenta no Brasil.

No segundo momento da pesquisa partimos para a análise do documento, qual seja, o Cancioneiro da CPT, para tentar identificar que tipo de consciência a CPT tenta desenvolver em seus membros através das canções utilizadas em suas místicas, e como a música exerce papel fundamental na construção desse processo.

O que pudemos notar no decorrer das pesquisas desse trabalho é que o conjunto de canções encontradas no Cancioneiro (que segundo a própria CPT foram cantadas ao longo dos 40 anos da entidade), nos revela uma concepção no qual o próprio caderno de canções é a mística dos povos que lutam. Há então no Cancioneiro uma tentativa de percorrer os caminhos do povo de Deus em suas lutas históricas, que iniciam na marcha do povo de Deus pela libertação, na antiguidade, e perdura até os dias atuais naqueles que continuam essa luta.

Essa percepção está posta na forma em que o Cancioneiro está organizado quanto aos temas de suas canções, ou seja: Quem é o Deus que a CPT clama, quem são os povos chamados para continuar a caminhada do povo de Deus, que mundo são chamados à construir, quais dificuldades poderão encontrar nessa construção e, diante dessas dificuldades, aonde se apoiarão o povo que luta. Sendo então a libertação e a redenção o grande objetivo dessa caminhada. Essa trajetória está diretamente ligada a travessia do grande deserto que outrora o povo de Deus enfrentou na busca pela sua libertação. Essa concepção reduz a distância temporal entre os hebreus do Antigo Testamento e os povos oprimidos da atualidade, ajudando a criar assim uma forte identidade entre eles e reforçando a visão mística do Cristo hoje na história.

Nesse sentido, seja como mensageira e/ou veículo de tradição, a música conduz aos espectadores imagens e símbolos que provocam emoções, encorajam a interpretação crítica do mundo e podem se transformar em um alicerce aonde se faça possível a ação. Nos movimentos sociais as músicas surgem então com ênfase na construção de uma consciência e assim, mais do que um elemento artístico, a música se faz um elemento idealizador e edificador da consciência daqueles que vivenciam a luta pela terra.

No decorrer da pesquisa surgiu como preocupação uma definição de consciência que desse conta de abarcar a complexidade que o termo apresenta. Buscamos então recorrer à duas concepções de consciência que, ao nosso ver (mesmo sobre o risco de cair em uma armadilha

teórica) poderiam se complementar: a Consciência de Classe postulada por Thompson e a Consciência Histórica tratada por Jörn Rüsen.

Apesar dos distintos lugares que esses conceitos ocupam na Teoria da História, há em ambos uma perspectiva na qual a transformação da sociedade se faz central, uma sobre um olhar coletivo e outra sobre o indivíduo. No entanto, foi percebido no decorrer da escrita deste trabalho que ambos os conceitos podem se complementar em um movimento dialético no qual sem uma consciência individual, que faz com que sujeitos se percebam na relação entre presente/passado/futuro e reconheçam o lugar ocupa nessa relação temporal, pode auxiliar na compreensão de pertencimento a uma determinada classe social.

Nesse sentido, Déa Ribeiro Fenelon (2009) surgiu como um alívio para essa angústia. Para a pesquisadora:

[...] o diálogo sadio e natural de posições, o debate no sentido da troca de experiências, infelizmente ainda não se instalou entre nós historiadores e quiçá outros cientistas sociais. Como vício de uma formação maniqueísta, sempre se contrapõe uma posição à outra e é assim que concebemos e realizamos nossa prática docente.

Assim, a consciência histórica e a consciência de classe se encontram nas análises desse trabalho, ainda que a primeira seja mais recorrente e explícita e a segunda se encontre de forma mais implícita, sendo que esta surge quase sempre na oposição dos sujeitos - nós e eles - demonstrando assim, de forma indireta, uma relação de oposição de classes e interesses.

De forma geral, cremos que a relevância desta pesquisa se dá diante do entendimento de Deus enquanto um campo em disputa. Trata-se da oposição de uma visão de Deus que justifica retrocessos sociais que atingirão principalmente as classes mais fragilizadas da nossa sociedade e de outra que rememora um olhar sobre o Deus dos oprimidos, que alimenta a luta daqueles que já tem pouco a perder.

Independente de crenças, enquanto historiadores, não podemos negar a importância do cristianismo para a formação da sociedade brasileira e a existência de Deus para quem nele acredita e que isso faz parte da forma como organizamos nossa sociedade. Cabe-nos então disputar sua imagem e colaborar para a transformação da realidade material na qual vivemos.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia literária, Elefante, 2016
- ARAÚJO, Ricardo Torri de. **Experiência mística e psicanálise**. São Paulo: Loyola, 2015.
- ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. In: *Revista Nera* – Ano 8, N. 7 – julho/dezembro de 2005 – ISSN 1806-6755.
- BENEDETTI, Luiz Roberto. **As CEBs, a política e a religião: O impasse entre o político e o religioso nas CEBs**. In. *Perspectiva Teológica*. Nº 22. 1990
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987
- BEOZZO, José Oscar. In. **Revista IHU**, Ed. 360, São Leopoldo, RGS. 2011.
- BOGO, Ademar. A mística: parte da vida e da luta. **Diálogos, propostas, histórias: para uma cidadania mundial**. 2010. <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8237.html> <acessado em 20/11/2017>
- BOGO, A. **O vigor da Mística**. Cadernos de Cultura nº 2, MST, 2002
- COELHO, Fabiano. **A Prática da Mística e a Luta pela Terra no MST**. Dourados, MS : UFGD, 2010.
- COSTA, Ismar da Silva. **A caminhada do povo de Deus: Religião e política na ‘Igreja do Evangelho’ em Itapuranga -Go nas décadas de 1970 a 1980**. Universidade Federal de Uberlândia. 2004
- CPT, Cancioneiro da. Fundação Rosa Luxemburgo, 2015
- CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança. Comissão Nacional de Formação da CPT. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016
- CANUTO, Antônio. **Uma vez CPT, sempre CPT**. In. CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança. Comissão Nacional de Formação da CPT. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016
- D’INCAO, Maria Conceição. e ROY, Gérard. **Nós, cidadãos: autonomia e participação popular**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1995.
- FENELON, Déa Ribeiro. **O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?** In. *História & Perspectivas*, Uberlândia, jan.jun. 2009
- FERNANDES, Berarndo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. In. *Revista Cultura Vozes*. Disponível em: <<http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>> <Acessado em 20/10/2017>
- FERNANDES, Igor. **Um olhar sobre a Mística Cristã no século XXI**. Instituto Teológico Franciscano. 2016

FILHO, Robson Rodrigues Gomes. **Carisma e dominação carismática: perspectivas teórico-metodológicas do conceito weberiano de carisma e sua efetivação histórica nos estudos de religião.** In. Revista de Teoria da História Ano 6, Número 11, Maio/2014.

FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Experiências internacionais de reforma agrária: entre socialismo e populismo?** In. *Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais.* UNIARA, 2006.

FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo de história geral.** Trad. Helóisa Reichel. Bauru, SP: Edusc, 2000.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. e STÉDILLE, João Pedro. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1991.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Cia da Letras, 1998.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação : religião e política na América Latina** – 2. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo : Expressão Popular, 2016

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A luta por terra no Brasil e o Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2009.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História e música: canção popular e conhecimento histórico.** In: Revista brasileira de História. Vol. 20, n.39. São Paulo: 2000. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010201.882000000100009>. <Acessado em 16/08/2017.>

MST. **A Questão da Mística no MST.** São Paulo, 1991

NAPOLITANO, Marcos. **História & música – história cultural da música popular.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** In. *Tempo.* Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996

REIS, José Carlos. **História & Teoria.** 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes sociais e luta de Classes.** Tese de doutorado em educação, UFPA. Instituto de Ciências da educação, Programa de Pós-graduação, Belém, 2012.

RÜSEN, Jörn. **O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral.** In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de História.* Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RÜSEN, Jörn. **El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral.** Revista Propuesta Educativa, Buenos Aires, Ano 4, n.7, 1992.

SAFATLE, Vladimir. **República Fundamentalista.** Folha de São Paulo. São Paulo, Nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2018/11/republica->

fundamentalista.shtml> Acesso em: 24 nov. 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.) **Aprender História: Perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Unijuí, 2009.

SILVA, Moisés Pereira. **Igreja Católica e os Movimentos Sociais no campo nas décadas de 1950 e 1960**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis/SC. Julho de 2015.

THOMPSON, E.P., **A formação da classe operária inglesa I: A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: Imprensa oficial. 1999.

ANEXO

Tabela 1 – Separação dos temas e autores das canções do Cancioneiro

AUTOR	Nº	NOME DA CANÇÃO	TEMA	RITMO
Zé Vicente	4	Abre A Janela Meu Bem	Um novo dia que nasce (esperança) / Amor	
Zé Vicente	21	Baião Da Nova Mulher	A mulher lutadora nordestina	Baião
Zé Vicente	22	Baião Das Comunidades	União das comunidades	Baião
Zé Vicente	24	Baião Do Peregrino Sofredor	Peregrinação dos povos marginalizados	Baião
Zé Vicente	25	Baião Do Povo Jovem	A luta da juventude	Baião
Zé Vicente	28	Bendito dos Romeiros Da Terra	Romaria dos povos em busca da terra e da liberdade	
Zé Vicente	36	Canção Pra Margarida	Assassinato da sindicalista Margarida	
Zé Vicente	39	Canto Dos Mártires da Terra	A martirização dos que lutam	
Zé Vicente	46	Chegou A Hora Da Alegria	A alegria na palavra de Deus	
Zé Vicente	50	De Repente A Nossa Vista Clareou	A conscientização da união do povo pobre	
Zé Vicente	51	Deus Nos Abençoe	A paz da benção de Deus	
Zé Vicente	57	É Bonita Demais	A mão de Deus conduz à paz.	
Zé Vicente	59	Elas Estão Chegando	A chegada de uma força na luta pelas mudanças (mulheres)	
Zé Vicente	61	Eu Quero Viver	Viver para vivenciar o sonho de um mundo melhor	
Zé Vicente	86	Meu Canto, Minha Arma	A resistência do sofrimento do povo no canto	
Zé Vicente	89	Missão De Todos Nós	O chamado de Deus é a missão do povo	
Zé Vicente	90	Momento Novo	Deus chama para um novo momento de união	
Zé Vicente	91	Nas Horas De Deus, Amém!	A concordância incondicional com Deus	
Zé Vicente	95	Nesta Mesa Da Irmandade	As oferendas em agradecimento a Deus	
Zé Vicente	99	Nova Luz	A palavra de Deus é uma nova luz para o povo	
Zé Vicente	102	Ofertório Do Povo	A oferta é a luta do povo	
Zé Vicente	106	Olha A Glória de Deus Brilhando	A glória de Deus	
Zé Vicente	111	Pai Nosso Dos Mártires	Deus dos oprimidos	
Zé Vicente	113	Pelos Caminhos D'América	A luta dos povos latinoamericanos	
Zé Vicente	116	Povo Novo	Um novo povo que nasce do espírito de Deus	
Zé Vicente	129	Salve A Romaria	A romaria em busca de um novo dia	
Zé Vicente	131	Se É Pra Ir À Luta	Chamado para a luta	
Zé Vicente	144	Toda Palavra De Vida	A liberdade é divina	
Zé Vicente	148	Tua Palavra É Luz	A palavra de Deus	
Zé Vicente	151	Utopia	Sonho de dias melhores	
Zé Vicente	152	Vence A Tristeza	A superação da tristeza junto de Deus	
Zé Pinto	1	40 anos, canta eu canta você.	Comemoração dos 40 anos da CPT	
Zé Pinto	15	Assim Ninguém Chora Mais	A união do povo em movimentos	
Zé Pinto	43	Causa Nobre	A nobreza da causa Sem-terra	
Zé Pinto	52	Descobrimos Lá Na Base	A luta dos povos sem terra	
Zé Pinto	53	Devoção À Amazônia	A luta pela Amazônia	
Zé Pinto	67	Floriô	A luta dos povos sem terra	
Zé Pinto	108	Ordem E Progresso	Reforma agrária por amor ao Brasil	
Zé Pinto	132	Sem Medo De Ser Mulher	A participação da mulher na luta dos sem terra	
Pinduca	40	Carimbó Do Macaco	Carimbó do macaco	Carimbó
Pinduca	41	Carimbó Do Socó	Carimbó do socó	Carimbó
Pinduca	42	Carimbó Do Mato	Dança do carimbó no mato	Carimbó
Pinduca	54	Dona Maria Que Dança É Essa	Dança do carimbó	Carimbó
Pinduca	68	Garota Do Tacacá	Uma menina fazendo tacacá	Carimbó
Pinduca	133	Sinhá Pureza	Sobre dançar sirimbó	Sirimbó
Pinduca	142	Tia Luzia, Tio José	O sobrinho buscar café	Carimbó
Roberto Malvezzi	6	Água De Chuva	A importância da água	
Roberto Malvezzi	23	Beleza Iluminada	A beleza da moça sertaneja	
Roberto Malvezzi	76	Jubileu Da Terra	A importância da terra para povos nativos, quilombolas e pequenos lavradores	
Roberto Malvezzi	81	Louvação Ecológica	Louvor à São Francisco	
Roberto Malvezzi	83	Mandamentos Ecológicos De Padre Cícero	Sobre a preservação do sertão	
Dom Luiz Flávio Cappio, OFM / Roberto Malvezzi	87	Meu Rio De São Francisco	Sobre a preservação do rio São Francisco	
Cosme Caspitano	30	Cadê Nossa Floresta?	Sobre preservação ambiental	
Cosme Caspitano	37	Cante Comigo	Sobre preservação ambiental e direito dos povos tradicionais	
Cosme Caspitano	114	Plantar É Muito Mais Profundo	Sobre a importância do plantio	
Zé Martins	79	Liberdade	Canto à liberdade	
Zé Martins	125	Romaria Da Esperança 1	O povo caminha com esperança em romaria	

Zé Martins	137	Tá Lindo Demais	Um momento de encontro e celebração	
Antonio Baiano	78	Lamento Do Povo	O lamento do povo que luta pela terra	
Antonio Baiano	126	Romaria Da Esperança 2	A romaria do povo que luta pela terra	
Antonio Baiano	134	Somos Pastoral Da Terra	Sobre o papel da CPT	
Boi Garantido	18	A Vida Depende Da Vida	A importância da preservação ambiental para vida	Toada
Boi Garantido	77	Lamento De Raça	A preservação das matas	Toada
Raízes Caboclas	9	Amazonas Moreno	Canto ao rio Amazonas	
Raízes Caboclas	35	Canção Do Lavrador	Celebração ao plantio	
Gilvan dos Santos	55	Educação Do Campo	A importância da educação do campo	
Gilvan dos Santos	56	Educação É Direito E Não Esmola	A educação do campo enquanto um direito	
Emerson Maia	10	Amazônia Em Prece	A defesa da Amazônia	
Milico	11	América Livre	A liberdade da América Latina	
Pedro O. da Silva	26	Bandeira De Luta	A união das diversas bandeiras de luta	
Flávio Irala e Valdomiro de Oliveira	32	Canção Da Chegada	Sobre a chegada da união em torno de Cristo e da luta	
Pedro Munhoz	33	Canção Da Terra	A Terra enquanto criação divina e direito de quem nela planta	
Manoel Machado	34	Canção De Maria	Deus como aquele que liberta dos males da terra	
Paulo César Pinheiro	38	Canto Das Três Raças	O sofrimento dos povos negros, índios e trabalhadores brancos	
Jorge Pereira	60	Eu Acredito	A crença de um mundo melhor	
Thiago de Mello	64	Faz Escuro	A espera de uma nova manhã que traz a alegria	
Reginaldo Veloso	69	Glória dos Pobres	Sobre A glória do povo pobre para Cristo	
Zé Germano	71	História Desumana	Sobre a violência da história do Brasil	
Vera Lúcia	73	Irã Chegar	Sobre a chegada de uma nova terra livre das desigualdades	
Janduhy Finizola	75	Jesus Sertanejo	Sobre a importância de Jesus para o sertanejo	
Lúcio Sanfilippo	82	Maldita Cancela	Sobre a espera de que a amada passe pela cancela	
Manoel Nerys	97	Nossa Vida É Missão	Sobre os povos missionários da Amazônia	
Paraíba	98	Nossos Direitos, Vêm	Cristo como aquele que fará valer os direitos dos povos sofridos	
Airton dos Reis Pereira	112	Pão Da Terra, Pão Do Céu	Sobre as bênçãos da terra e do céu	
João Bento	119	Presença De Deus	A presença de Deus se sente na luta	
Tião e Bié	127	Romaria Da Terra	A terra é sagrada para o trabalhador	
José Acácio Santana	128	Santa Mãe Maria	A importância da Santa Maria para os peregrinos da terra	
Gildes Bezerra e Amaury Vieira	135	Somos Todos Roceiros	Sobre vivermos todos na "roça" de Deus e partilhar o pão e a terra	
Emerson Maia	136	Sou Índio	Sobre respeito e preservação dos povos nativos	
Manelão	138	Terra Da Libertação	União na luta pela terra da libertação	
Miroval Marques	141	Terra Prometida	O sertão como a terra prometida	
ARTISTAS / MÚSICAS CONSAGRADAS				
Milton Nascimento	3	A de Ó	Dos negros que se levantam vindos da opressão	Samba / Maracatu
Milton Nascimento	31	Cálix Bento	Dos símbolos e liturgias da igreja	Sertanejo
Milton Nascimento / Fernando Brant	84	Maria, Maria	A força e a magia da mulher brasileira e do povo brasileiro de modo geral	MPB
Vital Farias	7	Ai Que Sodade D'Ocê	Sobre a saudade do trabalhador por sua amada	Baião
Gilberto Gil	12	Andar Com Fé	Que a fé está em tudo e em todos	MPB
Alceu Valença	14	Anunciação	Sobre alguém que está por vir	MPB
Luiz Gonzaga	16	A Vida De Viajante	Sobre recordações da vida de viajante	Forró
Luiz Gonzaga / H. Teixeira	19	A Volta Da Asa Branca	Sobre a volta da asa branca para o sertão junto à chuva	Baião
Luiz Gonzaga	123	Riacho Do Navio	Resgate de um lugar e um tempo de sossego	Baião
Luiz Gonzaga	155	Xote Ecológico	Sobre as agressões ao meio ambiente	Xote
Ivan Lins	27	Bandeira Do Divino	Sobre os devotos e a Bandeira do Divino Espírito Santo	MPB
Zé Ramalho	44	Cidadão	Sobre o trabalhador aliado do produto de seu trabalho	MPB
Chico Buarque	45	Cio Da Terra	Sobre plantar, colher e se fartar daquilo que a terra dá	MPB
Dominguinhos e Anastácia	62	Eu Só Quero Um Xodó	Sobre sentir falta de um amor	Forró
Catulo da Paixão Cearense	80	Luar Do Sertão	Sobre a saudade de um retirante de suas terras no sertão	MPB
Geraldo Azevedo	105	O Princípio Do Prazer	Sobre amor e felicidade	MPB

Gonzaguinha	109	O Que É, O Que É	Sobre as belezas da vida apesar dos sofrimentos	MPB
Martinho da Vila / Manuel Rui / Rui Mingas	110	Os Meninos De Huambo		Samba
Geraldo Vandré	118	Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores	Sobre união e fazer o próprio tempo	MPB
Renato Teixeira	124	Romaria	Sobre um sertanejo que almeja a paz	Sertanejo pantaneiro
Almir Sater	143	Tocando Em frente	Sobre bem viver	Sertanejo pantaneiro
AUTORES LIGADOS À IGREJA				
Ir. Benedita - RO	13	Animados Pela Fé	Sobre fé e esperança apesar dos sofrimentos causados pelo sistema capitalista	
Padre Zezinho	58	É Como A Chuva Que Lava	A palavra de Deus é como a chuva que lava	
Padre Zezinho	85	Mataram Mais Um Irmão	A morte de um trabalhador rural	
Padre Zezinho	122	Religião Libertadora	A importância de uma religião dos oprimidos	
Padre Zezinho	145	Trabalhar O Pão	Sobre partilhar o pão, fruto do suor e do trabalho	
Ir. Mazé Silva	65	Fazei Ressoar	Sobre levar a palavra de Cristo junto aos povos	
Padre Gildásio Mendes	70	Guaranis	Sobre as terras guaranis	
Pe. Leôncio Bacurau	72	Igreja É Povo	A igreja junto aos povos trabalhadores e sofridos	
Frei Zeca	74	Javé, O Deus Dos Pobres	Sobre o Deus dos pobres	
Dom Luiz Flávio Cappio, OFM / Roberto Malvezzi	87	Meu Rio De São Francisco	Sobre a preservação do rio São Francisco	
Frei Mingas	88	Migrante	Sobre a peregrinação dos povos explorados	
Pe. Alfredo Dorea, SJ	100	Óh, Que Coisa Linda	A celebração da união de Cristo com os negros	
São Fransisco de Assis	103	Onipotente E Bom Senhor	Sobre a bondade divina na beleza da criação	
Pe. José Cândido da Silva	117	Povos D'América	Sobre o sofrimentos dos povos da América e a luta cristã	
Padre João Carlos	140	Terra, Pão E Lar	A terra deixada pelo criador para trabalho, alimento e moradia	
SEM REFERÊNCIAS AUTORAIS				
#####	2	Abertura Do Ofício Divino Das Comunidades	Convocação à todas as "nações" para festejar a Palavra	
#####	5	Acorda, América	Um chamado aos povos latino americanos	
#####	8	A Mesa Tão Grande	Aonde há opulência não há amor e paz	
#####	17	A Viagem	Alguém que decidiu fazer seu caminho	
#####	20	Ave, Cheia De Graça	Maria, mãe dos oprimidos	
#####	29	Bendito Dos Mártires	Saudação aos que se sacrificaram	
#####	47	Com As Mãos Abertas	As marcas nas mãos dos trabalhadores (Se erguem ao Senhor)	
#####	48	Comunhão De Pão	A partilha do pão	
#####	49	Deixa-me Ser Jovem	Sobre a vontade dos jovens de lutar	
#####	63	Eu Sou Feliz É Na Comunidade	A importância da comunidade	
#####	66	Força De Paz	Sobre elementos da liturgia	
#####	92	Nativo Da Região	Sobre a vivência para com os povos nativos e tradicionais	
#####	93	Negra Mariama	Sobre a luta dos negros	
#####	94	Negro Nagô	Contra o papel do negro como inferior	
#####	96	Nossa Alegria	A alegria é ver o povo se libertar	
#####	101	Oferecerei	As oferendas dos negros a Deus	
#####	104	O Povo De Deus	O povo de Deus do passado e do presente	
#####	107	O Mundo Que Eu Quis	O mundo capitalista não é o mundo quisto	
#####	115	Povo Que Luta	O povo que luta para viver na terra	
#####	120	Profeta	Alguém que luta com a benção do Profeta	
#####	121	Receber A Comunhão	A comunhão com os povos oprimidos	
#####	130	Se Calarem A Voz Dos Profetas	A comunhão com os povos oprimidos	
#####	139	Terra E Raiz	Terra e raiz como elementos de vida e trabalho	
#####	146	Toda semente	Tudo é semente (anseio por algo)	
#####	147	Tua Palavra É Lâmpada	A Palavra é luz para o caminho	
#####	149	Vamos Todos Bendizer	Sobre os bendizeres da Palavra	
#####	150	Um Clamor De Justiça	Um clamor por justiça	

#####	153	Vermelho	O vermelho como símbolo folclórico e de luta	Toada
#####	154	Xote Da Certeza	Sobre a certeza de colher os frutos após toda peleja	Xote

Legenda	
Deus / Jesus / Fé (guia, conforto, caminho, alimento da luta)	23
Povo (que luta, oprimidos, marginalizados, que sofre)	20
Temática Ambiental	13
União / Celebração / Encontro / Comunidade	12
Trabalho / Trabalhador	10
Romaria / Peregrinação	10
Esperança / Novo mundo / Novo dia / Novo Povo	7
Mulher	5
Negros	5
Sertão / Sertanejo (lugar de memória e bem estar)	5
Amor / Amada	5
CPT / Religião dos pobres e oprimidos	4
Martirização	4
Juventude	3
Liberdade	3
Partilha	3
Capitalismo / Capitalista / Concentração	3
Maria (mãe, protetora, guia)	2
Índios / Nativos	2
Liturgia	2
Educação	2
Outros	12